

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	7
DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	17
DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	18
Demonstração do Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	134
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	136
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	137

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	503.308.389
Preferenciais	0
Total	503.308.389
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	6.620.035	6.547.703
1.01	Ativo Circulante	404.658	429.159
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	219.649	280.525
1.01.03	Contas a Receber	168.869	132.127
1.01.03.01	Clientes	30.443	33.066
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	138.426	99.061
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	138.426	99.061
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.484	6.632
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.484	6.632
1.01.07	Despesas Antecipadas	107	34
1.01.07.02	Adiantamento a fornecedores	107	34
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.549	9.841
1.02	Ativo Não Circulante	6.215.377	6.118.544
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.617	8.743
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	7.435	8.530
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	7.435	8.530
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	182	213
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	182	0
1.02.02	Investimentos	6.182.955	6.087.689
1.02.02.01	Participações Societárias	6.182.955	6.087.689
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	6.182.955	6.087.689
1.02.03	Imobilizado	15.594	14.165
1.02.04	Intangível	9.211	7.947
1.02.04.01	Intangíveis	9.211	7.947

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	6.620.035	6.547.703
2.01	Passivo Circulante	758.828	745.688
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.543	5.946
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.543	5.946
2.01.02	Fornecedores	10.720	24.871
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.720	24.871
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.485	3.183
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	295.029	293.049
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	80.598	80.585
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	80.598	80.585
2.01.04.02	Debêntures	214.431	212.464
2.01.05	Outras Obrigações	433.635	410.568
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	375.936	344.205
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	375.936	344.205
2.01.05.02	Outros	57.699	66.363
2.01.05.02.04	Contas a pagar projetos	57.664	66.363
2.01.05.02.06	Adiantamentos de Cliente	35	0
2.01.06	Provisões	10.416	8.071
2.01.06.02	Outras Provisões	10.416	8.071
2.01.06.02.04	Outras Provisões	10.416	8.071
2.02	Passivo Não Circulante	1.789.213	1.571.518
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.705.225	1.493.357
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	749.013	788.089
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	749.013	788.089
2.02.01.02	Debêntures	956.212	705.268
2.02.02	Outras Obrigações	713	575
2.02.02.02	Outros	713	575
2.02.02.02.03	Outros Passivos	575	575
2.02.02.02.04	Adiantamento de clientes	138	0
2.02.03	Tributos Diferidos	13.518	13.518
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.518	13.518
2.02.04	Provisões	69.757	64.068
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.307	3.077
2.02.04.02	Outras Provisões	59.450	60.991
2.02.04.02.05	Provisão Para Perda de Investimentos	59.450	44.839
2.02.04.02.06	Contas a pagar de aquisições	0	16.152
2.03	Patrimônio Líquido	4.071.994	4.230.497
2.03.01	Capital Social Realizado	3.390.444	3.390.444
2.03.01.01	Capital social	3.390.444	3.390.444
2.03.02	Reservas de Capital	878.903	878.903
2.03.04	Reservas de Lucros	47.000	-38.850
2.03.04.12	Prejuízos acumulados	0	-87.643
2.03.04.13	Reserva de Lucro	1.305	1.292
2.03.04.14	Ajuste de Avaliação Patrimonial	45.695	47.501
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-244.353	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.474	55.355	37.097	57.814
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.138	-54.852	-37.717	-57.779
3.03	Resultado Bruto	1.336	503	-620	35
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-39.133	-50.356	-35.202	-64.664
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.793	-38.697	-17.941	-33.285
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.115	-6.031	-3.289	-5.949
3.04.05.01	Remuneração dos administradores	-2.303	-4.400	-2.590	-4.555
3.04.05.02	Depreciação e amortização	-814	-1.631	-700	-1.394
3.04.05.03	Outras	2	0	1	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-20.225	-5.628	-13.972	-25.430
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-37.797	-49.853	-35.822	-64.629
3.06	Resultado Financeiro	-56.289	-108.663	-30.127	-55.627
3.06.01	Receitas Financeiras	2.759	5.256	10.430	16.834
3.06.02	Despesas Financeiras	-59.048	-113.919	-40.557	-72.461
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-94.086	-158.516	-65.949	-120.256
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-94.086	-158.516	-65.949	-120.256
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-94.086	-158.516	-65.949	-120.256
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,19000	0,31000	0,15000	0,27000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,19000	0,32000	0,15000	0,28000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-94.086	-158.516	-65.949	-120.256
4.03	Resultado Abrangente do Período	-94.086	-158.516	-65.949	-120.256

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-56.662	83.409
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-37.763	-23.013
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do período	-158.516	-120.256
6.01.01.02	Depreciação e amortização	1.547	1.394
6.01.01.03	Baixa de ativo imobilizado	357	7
6.01.01.04	Equivalência patrimonial	5.628	25.430
6.01.01.05	Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	6.911	348
6.01.01.06	Provisão para programa de pagamentos baseados em ações	13	83
6.01.01.07	Atualização monetária	14.806	-331
6.01.01.08	Encargos financeiros e empréstimos, financiamentos e debêntures	91.491	70.312
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	61.766	167.960
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	2.623	-22.362
6.01.02.02	Outros créditos	-708	-5.479
6.01.02.03	Impostos a recuperar	1.148	-1.691
6.01.02.04	Adiantamento a fornecedores	-73	418
6.01.02.05	Dividendos recebidos	70.558	197.192
6.01.02.06	Fornecedores	-14.151	387
6.01.02.07	Adiantamento de clientes	173	0
6.01.02.08	Obrigações tributárias	-1.698	-366
6.01.02.09	Obrigações trabalhistas	1.597	2.201
6.01.02.10	Pagamento de contingências trabalhistas, tributários e cíveis	-47	-74
6.01.02.11	Outros passivos	2.344	-2.266
6.01.03	Outros	-80.665	-61.538
6.01.03.01	Juros pagos	-80.665	-61.538
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-178.528	-222.256
6.02.01	Aquisição de controladas menos saldos líquidos de caixa adquiridos no ano	0	-70.930
6.02.02	Aumento de capital em controladas	-196.205	0
6.02.03	Aplicações financeiras vinculadas	0	-30.082
6.02.04	Aquisição de imobilizado	-2.254	-1.757
6.02.05	Depósitos judiciais	35	-17
6.02.06	Aquisição de intangível	-2.343	-215
6.02.07	Dívidas com pessoas ligadas	20.614	-1.172
6.02.08	Partes relacionadas	1.625	-118.083
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	174.314	109.552
6.03.01	Captação de financiamentos - líquido dos custos de captação	293.605	298.700
6.03.02	Aumento de capital líquido de gastos na emissão de ações	0	906
6.03.03	Pagamento de contas a pagar de aquisições	-28.708	0
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-90.583	-190.054
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-60.876	-29.295
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	280.525	250.402
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	219.649	221.107

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.390.444	878.903	48.793	-87.643	0	4.230.497
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.390.444	878.903	48.793	-87.643	0	4.230.497
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	13	-158.516	0	-158.503
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-158.516	0	-158.516
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	13	0	0	13
5.05.02.06	Pagamento baseado em ações	0	0	13	0	0	13
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.806	1.806	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-1.806	1.806	0	0
5.07	Saldos Finais	3.390.444	878.903	47.000	-244.353	0	4.071.994

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.907.487	604.589	52.285	0	0	3.564.361
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.907.487	604.589	52.285	0	0	3.564.361
5.04	Transações de Capital com os Sócios	906	0	0	0	0	906
5.04.01	Aumentos de Capital	906	0	0	0	0	906
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	83	-120.256	0	-120.173
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-120.256	0	-120.256
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	83	0	0	83
5.05.02.06	Pagamento baseado em ações	0	0	83	0	0	83
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.806	1.806	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-1.806	1.806	0	0
5.07	Saldos Finais	2.908.393	604.589	50.562	-118.450	0	3.445.094

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	63.238	65.464
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	60.855	63.707
7.01.02	Outras Receitas	129	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.254	1.757
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-79.984	-69.791
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-60.276	-57.779
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.498	-10.953
7.02.04	Outros	-8.210	-1.059
7.03	Valor Adicionado Bruto	-16.746	-4.327
7.04	Retenções	-1.631	-1.394
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.631	-1.394
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-18.377	-5.721
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-372	-8.596
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.628	-25.430
7.06.02	Receitas Financeiras	5.256	16.834
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-18.749	-14.317
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-18.749	-14.317
7.08.01	Pessoal	18.166	20.533
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.137	14.973
7.08.01.02	Benefícios	4.942	3.753
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.087	1.807
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.750	11.066
7.08.02.01	Federais	5.750	11.066
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	115.851	74.340
7.08.03.01	Juros	91.500	70.312
7.08.03.02	Aluguéis	1.932	1.879
7.08.03.03	Outras	22.419	2.149
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-158.516	-120.256
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-158.516	-120.256

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	11.933.201	11.635.876
1.01	Ativo Circulante	1.391.952	1.166.224
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.099.044	828.411
1.01.02	Aplicações Financeiras	32.172	5.324
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	31.733	4.888
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	31.733	4.888
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	439	436
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	439	436
1.01.03	Contas a Receber	169.048	233.335
1.01.03.01	Clientes	169.048	233.335
1.01.06	Tributos a Recuperar	71.875	70.875
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	71.875	70.875
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.567	7.105
1.01.07.02	Adiantamento a fornecedores	5.567	7.105
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.246	21.174
1.01.08.03	Outros	14.246	21.174
1.02	Ativo Não Circulante	10.541.249	10.469.652
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	422.970	359.342
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	313.545	248.127
1.02.01.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	313.545	248.127
1.02.01.06	Tributos Diferidos	5.290	5.404
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.290	5.404
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	6.753	6.281
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	6.753	6.281
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	97.382	99.530
1.02.01.09.03	Outros créditos	79.216	76.108
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	6.676	8.006
1.02.01.09.05	Impostos a recuperar	11.490	15.416
1.02.03	Imobilizado	6.582.789	6.483.826
1.02.04	Intangível	3.535.490	3.626.484
1.02.04.01	Intangíveis	3.535.490	3.626.484

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	11.933.201	11.635.876
2.01	Passivo Circulante	1.112.842	1.019.959
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.543	5.946
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.543	5.946
2.01.02	Fornecedores	128.659	106.182
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	128.659	106.182
2.01.03	Obrigações Fiscais	37.139	51.951
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	689.324	677.622
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	417.574	354.290
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	417.574	354.290
2.01.04.02	Debêntures	271.750	323.332
2.01.05	Outras Obrigações	242.808	171.442
2.01.05.02	Outros	242.808	171.442
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	4.000	4.000
2.01.05.02.04	Contas a pagar projetos	58.945	70.994
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	17.868	22.151
2.01.05.02.06	Adiantamento de clientes	161.995	74.297
2.01.06	Provisões	7.369	6.816
2.01.06.02	Outras Provisões	7.369	6.816
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	7.369	6.816
2.02	Passivo Não Circulante	6.635.889	6.273.419
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.370.880	4.971.912
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.366.697	3.555.686
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.366.697	3.555.686
2.02.01.02	Debêntures	2.004.183	1.416.226
2.02.02	Outras Obrigações	26.317	50.888
2.02.02.02	Outros	26.317	50.888
2.02.02.02.03	Adiantamento de clientes	24.477	23.843
2.02.02.02.04	Fornecedores	0	633
2.02.02.02.05	Outros Passivos	1.840	10.260
2.02.02.02.06	Contas a pagar de aquisições	0	16.152
2.02.03	Tributos Diferidos	1.146.132	1.167.073
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.146.132	1.167.073
2.02.04	Provisões	92.560	83.546
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	40.764	33.608
2.02.04.01.05	Provisão para riscos trabalhistas	40.764	33.608
2.02.04.02	Outras Provisões	51.796	49.938
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	51.796	49.938
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.184.470	4.342.498
2.03.01	Capital Social Realizado	3.390.444	3.390.444
2.03.01.01	Capital Social	3.390.444	3.390.444
2.03.02	Reservas de Capital	878.903	878.903
2.03.04	Reservas de Lucros	47.000	48.793
2.03.04.11	Reserva de Lucro	1.305	1.292
2.03.04.12	Ajuste de Avaliação Patrimonial	45.695	47.501
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-244.353	-87.643

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	112.476	112.001

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	295.619	660.034	245.148	534.056
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-194.125	-435.265	-173.626	-388.196
3.03	Resultado Bruto	101.494	224.769	71.522	145.860
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-77.973	-151.961	-59.998	-115.633
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-32.639	-59.990	-22.002	-42.433
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-45.334	-91.971	-37.996	-73.200
3.04.05.01	Remuneração dos administradores	-2.303	-4.400	-2.590	-4.555
3.04.05.02	Depreciação e amortização	-494	-1.653	-700	-1.394
3.04.05.03	Amortização do direito de exploração	-42.539	-85.918	-34.708	-67.253
3.04.05.04	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2	0	2	2
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	23.521	72.808	11.524	30.227
3.06	Resultado Financeiro	-112.054	-218.735	-79.071	-147.277
3.06.01	Receitas Financeiras	29.880	59.489	28.522	48.013
3.06.02	Despesas Financeiras	-141.934	-278.224	-107.593	-195.290
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-88.533	-145.927	-67.547	-117.050
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.549	-11.800	1.679	-3.143
3.08.01	Corrente	-15.526	-32.626	-7.265	-18.585
3.08.02	Diferido	10.977	20.826	8.944	15.442
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-93.082	-157.727	-65.868	-120.193
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-93.082	-157.727	-65.868	-120.193
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-94.086	-158.516	-65.949	-120.256
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.004	789	81	63
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,19000	0,31000	0,15000	0,27000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,19000	0,32000	0,15000	0,28000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-93.082	-157.727	-65.868	-120.193
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-93.082	-157.727	-65.868	-120.193
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-94.086	-158.516	-65.949	-120.256
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.004	789	81	63

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2015 à 30/06/2015	Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	212.647	163.442
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	391.418	280.113
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do período	-145.927	-117.050
6.01.01.02	Depreciação e amortização	260.695	206.156
6.01.01.03	Baixa de ativo imobilizado	11.059	5
6.01.01.04	Baixa de ativo intangível	0	11
6.01.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-34	-211
6.01.01.06	Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	6.766	615
6.01.01.07	Ajuste a valor presente da provisão socioambientais e desmobilização de ativos	2.545	2.069
6.01.01.08	Provisão para programa de pagamentos baseados em ações	13	83
6.01.01.09	Atualização monetária	3.605	-977
6.01.01.10	Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures	252.696	189.412
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	124.738	41.766
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	64.321	60.415
6.01.02.02	Outros créditos	3.820	-2.284
6.01.02.03	Impostos a recuperar	2.926	78
6.01.02.04	Adiantamento a fornecedores	1.538	2.087
6.01.02.05	Fornecedores	-7.428	-53.477
6.01.02.06	Adiantamento de clientes	88.332	54.239
6.01.02.07	Obrigações tributárias	-17.465	-17.954
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas	1.597	2.206
6.01.02.09	Pagamento de custos socioambientais	-134	-121
6.01.02.10	Pagamento de contingências trabalhistas, tributários e cíveis	-64	-96
6.01.02.11	Outros passivos	-12.705	-3.327
6.01.03	Outros	-303.509	-158.437
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-29.973	-20.265
6.01.03.02	Juros pagos	-273.536	-138.172
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-336.972	-169.882
6.02.01	Aquisições de controladas menos saldos líquidos de caixa adquiridos no ano	0	-68.464
6.02.02	Títulos e valores mobiliários	-3	196
6.02.03	Aplicações financeiras	-26.845	19.188
6.02.04	Aplicações financeiras vinculadas	-65.418	-29.781
6.02.05	Aquisição de imobilizado	-243.741	-90.579
6.02.06	Depósitos judiciais	1.462	-219
6.02.07	Aquisição de intangível	-2.530	-223
6.02.08	Partes relacionadas	103	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	394.958	5.537
6.03.01	Captação de financiamentos - líquido dos custos de captação	743.065	436.700
6.03.02	Aumento de capital líquido de gastos na emissão de ações	0	906
6.03.03	Pagamentos de contas a pagar por aquisições	-32.058	0
6.03.04	Dividendos pagos	-314	0
6.03.05	Pagamento de empréstimos, financiamento e debêntures	-315.735	-432.069

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2015 à 30/06/2015	01/01/2014 à 30/06/2014
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	270.633	-903
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	828.411	731.055
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.099.044	730.152

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.390.444	878.903	48.793	-87.643	0	4.230.497	112.001	4.342.498
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.390.444	878.903	48.793	-87.643	0	4.230.497	112.001	4.342.498
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-314	-314
5.04.08	Dividendos distribuídos a minoritários	0	0	0	0	0	0	-314	-314
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-158.516	0	-158.516	789	-157.727
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-158.516	0	-158.516	789	-157.727
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.793	1.806	0	13	0	13
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-1.806	1.806	0	0	0	0
5.06.04	Pagamento baseado em ações	0	0	13	0	0	13	0	0
5.07	Saldos Finais	3.390.444	878.903	47.000	-244.353	0	4.071.994	112.476	4.184.470

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.907.487	604.589	52.285	0	0	3.564.361	13.879	3.578.240
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.907.487	604.589	52.285	0	0	3.564.361	13.879	3.578.240
5.04	Transações de Capital com os Sócios	906	0	0	0	0	906	-1.315	-409
5.04.01	Aumentos de Capital	906	0	0	0	0	906	0	906
5.04.08	Resgate de reserva de não controladores	0	0	0	0	0	0	-1.315	-1.315
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-120.256	0	-120.256	63	-120.193
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-120.256	0	-120.256	63	-120.193
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.723	1.806	0	83	0	83
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-1.806	1.806	0	0	0	0
5.06.04	Pagamento baseado em ações	0	0	83	0	0	83	0	83
5.07	Saldos Finais	2.908.393	604.589	50.562	-118.450	0	3.445.094	12.627	3.457.721

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	981.688	695.337
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	699.397	570.853
7.01.02	Outras Receitas	5.063	461
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	277.194	123.812
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	34	211
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-560.455	-370.674
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-192.108	-206.296
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-347.468	-158.905
7.02.04	Outros	-20.879	-5.473
7.03	Valor Adicionado Bruto	421.233	324.663
7.04	Retenções	-260.695	-206.156
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-260.695	-206.156
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	160.538	118.507
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	62.030	49.567
7.06.02	Receitas Financeiras	62.030	49.567
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	222.568	168.074
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	222.568	168.074
7.08.01	Pessoal	28.330	27.366
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.270	21.639
7.08.01.02	Benefícios	4.969	3.856
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.091	1.871
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	57.280	45.610
7.08.02.01	Federais	55.165	44.433
7.08.02.02	Estaduais	2.115	0
7.08.02.03	Municipais	0	1.177
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	294.685	215.291
7.08.03.01	Juros	256.875	199.784
7.08.03.02	Aluguéis	12.281	9.629
7.08.03.03	Outras	25.529	5.878
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-157.727	-120.193
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-157.727	-120.193

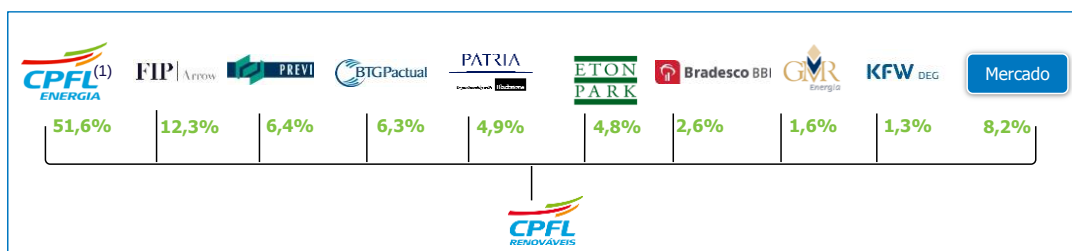
Visão Geral

A CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis ou Companhia") foi criada em 24 de agosto de 2011, como resultado da associação entre a CPFL Energia, através das controladas CPFL Geração e CPFL Brasil, e a ERS – Energias Renováveis S.A.. A implementação desta associação resultou na criação da maior empresa de energias renováveis do Brasil, com presença marcante nas quatro principais tecnologias de energia renovável desenvolvidas atualmente no país – Parques Eólicos, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), Usinas Termelétricas Movidas à Biomassa e Usina Solar. Os empreendimentos da Companhia estão presentes em oito Estados brasileiros com forte contribuição para o desenvolvimento econômico e social local e regional.

A CPFL Renováveis é uma empresa produtora independente de energia, com foco exclusivo no mercado brasileiro de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, através do desenvolvimento, construção e operação de um portfólio de usinas de pequeno e médio porte.

Organograma Societário

Abaixo a demonstração da composição acionária da Companhia no 2º. trimestre de 2015:



Ambientes de Comercialização de Energia

A demanda por energia elétrica varia em função do desempenho dos demais setores produtivos do País, que por sua vez, estão relacionados à atividade econômica no Brasil. Os projetos da Companhia que estão em construção ou em operação já possuem contratos de venda de energia de longo prazo. Para os futuros projetos deveremos comercializar a energia gerada com base em uma estratégia de maximização de retornos, selecionando as melhores oportunidades de venda entre a alocação no Ambiente de Contratação Livre (ACL), incluindo os Consumidores Especiais e os Consumidores Livres, e no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), através de leilões de energia.

A receita operacional e os custos de geração das PCHs, dos Parques Eólicos e das Usinas Termelétricas Movidas à Biomassa sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- A menor velocidade média dos ventos faz com que os parques eólicos apresentem menores volumes de geração no 1º e 2º trimestres.
- A safra da cana de açúcar na região sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro. Já a safra da região nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior.

- Dado que o reconhecimento das receitas das usinas eólicas e das usinas de biomassa segue a geração efetiva dessas usinas, observa-se o mesmo efeito suas receitas, fazendo com que, de forma geral, o primeiro semestre do ano seja um período com menores receitas do que o segundo para esses ativos.

- O período de chuvas favorece a geração das PCHs do Sudeste/Centro-Oeste no 4º e no 1º trimestres, enquanto no Sul o período de chuvas favorece a geração de energia no 2º e no 3º trimestres. Além disto, os efeitos na contabilização das receitas são consequência da Garantia física de cada usina, sazonalizada e registrada na CCEE. Vale mencionar ainda que as diferenças entre a energia gerada e a Garantia física são cobertas pelo MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física é valorada por uma tarifa denominada "Tarifa de Energia de Otimização" - TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, este efeito é definido como GSF ("Generation Scaling Factor").

Portfólio em Operação

O Parque gerador da CPFL Renováveis possui 1.801,9 MW de capacidade em operação nas quatro fontes de energia renovável em que a Companhia atua. Em relação ao 2T14, o crescimento foi de 20,5%. A capacidade em operação da Companhia, que é a empresa líder no setor de energia renovável, está segmentada da seguinte forma:

Em MW	PCH	Eólica	Biomassa	Solar	Total
Operação	399,0	1.031,8	370,0	1,1	1.801,9

Demonstrativo de Resultados

Demonstrativo de resultado (R\$ mil)

	2T15	2T14	2T15 vs 2T14	1S15	1S14	1S15 vs 1S14
Receita Líquida	295.619	245.148	20,6%	660.034	534.056	23,6%
Custo de geração de energia elétrica	(104.738)	(103.449)	1,2%	(262.141)	(250.687)	4,6%
Depreciação e amortização	(89.387)	(70.177)	27,4%	(173.124)	(137.509)	25,9%
Lucro Bruto	101.494	71.522	41,9%	224.769	145.860	54,1%
Despesas gerais e administrativas	(34.940)	(24.590)	42,1%	(64.390)	(46.986)	37,0%
Amortização do direito de exploração	(42.539)	(34.708)	22,6%	(85.918)	(67.253)	27,8%
Depreciação e amortização	(494)	(700)	-29,4%	(1.653)	(1.394)	18,6%
Lucro operacional	23.521	11.524	104,1%	72.808	30.227	140,9%
Resultado Financeiro	(112.054)	(79.071)	41,7%	(218.735)	(147.277)	48,5%
IR e CS	(4.549)	1.679	N.A.	(11.800)	(3.143)	275,4%
Resultado líquido	(93.082)	(65.868)	41,3%	(157.727)	(120.193)	31,2%
EBITDA ⁽¹⁾	155.941	117.110	33,2%	333.503	236.383	41,1%
Margem EBITDA ⁽¹⁾	52,8%	47,8%	5.0 p.p	50,5%	44,3%	6,3 p.p
EBITDA Ajustado⁽²⁾	204.916	151.410	35,3%	436.858	342.783	27,4%
Margem EBITDA Ajustada ⁽²⁾	69,3%	61,8%	7.6 p.p	66,2%	64,3%	1.9 p.p

(1) O EBITDA segundo disposições da Instrução CVM no. 527 expedida em 04 de outubro de 2012, que dispõe sobre a forma de divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos.

(2) Exclui os seguintes itens extraordinários: GSF, PCHs fora do MRE e compra de energia para suprir lastro de contratos.

Receita Operacional Líquida

As receitas de venda de energia são provenientes de contratos de longo prazo de Proinfa, CCEAR, CER e Mercado Livre, com índices de reajuste indexados ao IPCA ou IGP-M.

A receita operacional líquida foi de R\$ 295,6 milhões no 2T15, montante 20,6% superior ao 2T14 (R\$ 245,1 milhões). Já no 1S15, a receita líquida registrou alta de 23,6%, em relação ao 1S14, totalizando 660,0 milhões. Tais variações são explicadas, basicamente, pelos seguintes fatores:

- (i) Incorporação dos ativos de DESA em outubro de 2014;

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

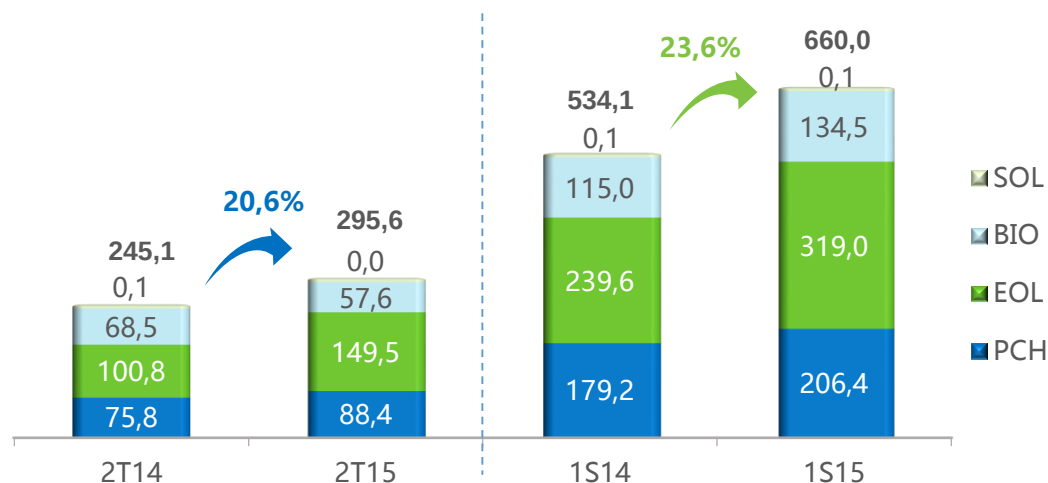
2º TRIMESTRE DE 2015

- (ii) Efeito positivo nos complexos eólicos de SIIF, Bons Ventos e Atlântica e na Bio Formosa devido à maior geração entre os trimestres comparados;
- (iii) Maior receita em Bio Ipê devido à sazonalização do contrato de venda de energia, com contrapartida na compra de energia.

Tais fatores foram parcialmente compensados pelos seguintes itens:

- (iv) Perda de receita devido ao sinistro na usina de Bio Pedra em maio/15;
- (v) Efeito negativo devido ao reconhecimento da geração efetiva dos complexos eólicos Macacos I, Campos dos Ventos II e Eurus VI no 2T15, enquanto que no 2T14 a receita do complexo era regida pelo critério de rateio fixo da receita anual, já que a conexão com o sistema estava pendente (término da construção da ICG). Vale mencionar que o segundo trimestre do ano é normalmente um período de baixos ventos;
- (vi) Reconhecimento do GSF nas receitas das usinas que atendem aos contratos do Proinfa no valor de R\$ 9,8 milhões no 2T15 contra R\$ 2,4 milhões no 2T14 (item extraordinário); e
- (vii) Maior receita em 2T14 em Bio Coopcana e Bio Alvorada devido à sazonalização do contrato de venda de energia, com contrapartida na compra de energia.

Evolução da receita líquida (R\$ MM)



Custos de geração de energia

	2T15	2T14	2T15 vs 2T14	1S15	1S14	1S15 vs 1S14
Custo de compra de energia	(45.429)	(64.484)	-29,5%	(147.439)	(179.635)	-17,9%
Encargos de uso de sistema	(19.443)	(13.638)	42,6%	(39.245)	(25.485)	54,0%
PMSO ⁽¹⁾	(39.866)	(25.327)	57,4%	(75.457)	(45.567)	65,6%
Subtotal	(104.738)	(103.449)	1,2%	(262.141)	(250.687)	4,6%
Depreciação e amortização	(89.387)	(70.177)	27,4%	(173.124)	(137.509)	25,9%
Total dos Custos	(194.125)	(173.626)	11,8%	(435.265)	(388.196)	12,1%

(1) Pessoal, material, serviços de terceiros e outros.

O custo de compra de energia totalizou R\$ 45,4 milhões no 2T15, montante 29,5% inferior ao registrado no 2T14 (R\$ 64,5 milhões).

Esta variação deve-se, basicamente, aos seguintes fatores:

- (i) Compra de energia no valor de R\$ 11,8 milhões para suprir o lastro do contrato de Bio Coopcana, em virtude do sinistro (queima da bobina do gerador) ocorrido em maio de 2014, efeito esse que não se repetiu no 2T15; e
- (ii) Compra de energia para atender ao lastro de contratos de venda de energia de PCHs. No 2T14, 3 PCHs não estavam no MRE (PCHs Três Saltos, Americana e Socorro) e a compra totalizou R\$ 6,6 milhões. Já no 2T15, houve a compra de energia no valor de R\$ 1,1 milhão para atender ao lastro de contrato de venda de energia das PCHs fora do MRE (PCHs Dourados, Guaporé, Três Saltos e Socorro).

Tais efeitos foram parcialmente compensados pela:

- (iii) Aplicação do GSF - conceito explicado na sessão “Ambientes de Comercialização de Energia” - no valor de R\$ 25,6 milhões no 2T15, contra R\$ 13,5 milhões no 2T14; e
- (iv) Compra de energia no valor de R\$ 1,5 milhão em virtude do sinistro de Bio Pedra, referente a penalidade de acordo com as regras do contrato de venda (LER).
- (v) Compra de energia, de R\$5,0 milhões, relacionada ao atendimento de contratos de biomassa.

Adicionalmente, no 2T14 houve um volume de energia comprada para atender a sazonalização das usinas à biomassa totalizando R\$ 31,0 milhões, com contrapartida na receita do mesmo período, efeito esse que não se repetiu no 2T15.

No 1S15, o custo de compra de energia totalizou R\$ 147,4 milhões, montante R\$ 32,2 milhões inferior ao 1S14 (R\$ 179,6 milhões). Essa redução no custo com compra de energia deve-se, basicamente, pelos seguintes gastos extraordinários:

- (i) Compra de energia para atender ao lastro de contratos de venda de energia de PCHs. No 1S14, 3 PCHs não estavam no MRE (PCHs Três Saltos, Americana e Socorro) e a compra totalizou R\$ 45,8 milhões. Já no 1S15, houve a compra de energia no valor de R\$ 2,8 milhões para atender ao lastro de contrato de venda de energia das PCHs fora do MRE em 2015 (PCHs Dourados, Guaporé, Três Saltos e Socorro);
- (ii) Compra de energia para atender ao lastro de contratos de venda de energia do complexo eólico Atlântica que sofreu alterações de cronograma de obras e cujo último parque entrou em operação comercial em março de 2014, no montante de R\$ 26,4 milhões no 1S14, efeito esse que não se repetiu no 1S15; e
- (iii) Aumento no custo com compra de energia no valor de R\$ 11,8 milhões para suprir o lastro do contrato de Bio Coopcana, em virtude do sinistro (queima da bobina do gerador) ocorrido no 1S14, efeito esse que não se repetiu no 1S15.

Em contrapartida, o GSF no 1S15 foi maior que no 1S14 (R\$ 66,8 milhões versus R\$ 19,4 milhões, respectivamente). Além das despesas com compra de energia do 2T15 por conta do sinistro de Bio Pedra e atendimento à contratos, explicadas acima.

O custo com encargos de uso de sistema totalizou R\$ 19,4 milhões no 2T15, 42,6% superior ao 2T14 (R\$ 13,6 milhões). Já no 1S15 totalizou R\$ 39,2 milhões, aumento de 54,0% em relação ao 1S14 (R\$ 25,5 milhões). Tais variações são explicadas, principalmente, pelos seguintes itens:

- (i) Início dos compromissos contratuais de uso e conexão junto as distribuidoras, transmissoras e ONS devido à entrada em operação ou aquisição de ativos nos últimos 12 meses; e
- (ii) Impacto do reajuste anual dos encargos de conexão e tarifas de uso e conexão do sistema de distribuição e transmissão.

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

2º TRIMESTRE DE 2015

O custo com depreciação e amortização teve uma elevação de 27,4% e 25,9% no 2T15 e 1S15, respectivamente, devido, basicamente, à incorporação dos ativos de DESA e pela entrada em operação de ativos ao longo dos últimos 12 meses.

O custo com PMSO totalizou R\$ 39,9 milhões no 2T15, aumento de 57,4% em relação ao 2T14 (R\$ 25,3 milhões). Já no 1S15 totalizou R\$ 75,5 milhões, aumento de 65,6% em relação ao 1S14 (R\$ 45,6 milhões). Tais variações são explicadas, principalmente, pelos seguintes itens:

- (i) Crescimento do portfólio em operação e maior geração no período;
- (ii) Reajuste dos contratos com fornecedores de O&M dos aerogeradores e gastos com a inspeção prévia ao término do período inicial de garantia dos aerogeradores de SIIF, Bons Ventos e Rosa dos Ventos; e
- (iii) Maior compra de cavaco de madeira para contribuir no excedente de geração de energia da Bio Coopcana e Bio Alvorada no 1S15, que não ocorreu no 1S14.

Despesas Gerais e Administrativas

	2T15	2T14	2T15 vs 2T14	1S15	1S14	1S15 vs 1S14
Despesas com pessoal	(11.753)	(13.264)	-11,4%	(24.025)	(25.702)	-6,5%
Serviços de terceiros	(12.544)	(10.243)	22,5%	(22.958)	(18.989)	20,9%
Outros	(10.643)	(1.083)	882,7%	(17.407)	(2.295)	658,5%
Subtotal	(34.940)	(24.590)	42,1%	(64.390)	(46.986)	37,0%
Depreciação	(494)	(700)	-29,4%	(1.653)	(1.394)	18,6%
Amortização do direito de exploração	(42.539)	(34.708)	22,6%	(85.918)	(67.253)	27,8%
Total das despesas G&A	(77.973)	(59.998)	30,0%	(151.961)	(115.633)	31,4%

As despesas gerais e administrativas somaram R\$ 78,0 milhões no 2T15, um incremento de 30,0% em relação ao 2T14 (R\$ 60,0 milhões). Já no 1S15 totalizaram R\$ 152,0 milhões, 31,4% maior na comparação com o 1S14.

As principais variações estão relacionadas aos seguintes fatores:

- (i) Acréscimo na linha de serviço de terceiros que reflete, principalmente, as despesas oriundas dos ativos adquiridos;
- (ii) Aumento nas despesas com amortização do direito de exploração, relacionados, principalmente, à adição de Rosa dos Ventos, complexo eólico Macacos I, complexo eólico Atlântica e os ativos de DESA ao portfólio em operação da Companhia; e
- (iii) Efeitos não recorrentes – No 2T15 ocorreu a provisão para perda do imobilizado, no montante de R\$ 10,9 milhões, referente ao valor contábil depreciado da turbina da Bio Pedra decorrente do sinistro ocorrido em maio de 2015 e despesas com honorários advocatícios de processos concluídos. Além, da provisão para contingências no 1T15, no valor de R\$ 6,5 milhões, referente ao processo de arbitragem de projeto eólico descontinuado no Rio Grande do Norte.

Tais itens foram parcialmente compensados pela reversão da provisão no valor de R\$ 3,4 milhões oriunda de um projeto descontinuado da DESA.

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

2º TRIMESTRE DE 2015

Resultado Financeiro

	2T15	2T14	2T15 vs 2T14	1S15	1S14	1S15 vs 1S14
Receitas Financeiras	29.880	28.522	4,8%	59.489	48.013	23,9%
Receita de aplicação financeira	23.868	26.524	-10,0%	51.168	43.788	16,9%
Outras receitas	6.012	1.998	200,9%	8.321	4.225	96,9%
Despesas Financeiras	(141.934)	(107.593)	31,9%	(278.224)	(195.290)	42,5%
Juros de empréstimos e debentures	(133.897)	(105.540)	26,9%	(256.875)	(200.080)	28,4%
Juros capitalizados no imobilizado	4.180	-	N.A.	4.180	10.668	-60,8%
Outras despesas financeiras	(12.217)	(2.053)	495,1%	(25.529)	(5.878)	334,3%
Resultado Financeiro	(112.054)	(79.071)	41,7%	(218.735)	(147.277)	48,5%

Receitas financeiras

Em 30 de junho de 2015, as disponibilidades e aplicações financeiras da CPFL Renováveis somavam R\$ 1.444,8 milhões ante R\$ 903,5 milhões em 30 de junho de 2014.

No 2T15, as receitas financeiras totalizaram R\$ 29,9 milhões, montante R\$ 1,4 milhão superior ao 2T14 (R\$ 28,5 milhões). Esse acréscimo é explicado pelos seguintes fatores:

- (i) Acréscimo do CDI médio (12,88% a.a. no 2T15 versus 10,61% a.a. no 2T14);
- (ii) Menor saldo médio de caixa¹ (R\$ 980,3 milhões no 2T15 versus R\$ 1.075,5 milhões no 2T14).

As receitas financeiras somaram R\$ 59,5 milhões no 1S15, montante R\$ 11,5 milhões superior ao 1S14 (R\$ 48,0 milhões). Essa elevação é explicada, inicialmente, pelos seguintes efeitos:

- (i) Maior saldo médio de caixa² (R\$ 1.024,5 milhões no 1S15 comparado a R\$ 966,0 milhões no 1S14); e
- (ii) Acréscimo do CDI médio (12,50% a.a. no 1S15 versus 10,54% a.a. no 1S14).

Despesas financeiras

As despesas financeiras somaram R\$ 141,9 milhões no 2T15, montante 31,9% superior ao 2T14 (R\$ 107,6 milhões). No 1S15, as despesas financeiras totalizaram R\$ 278,2 milhões, com elevação de 42,5% em relação ao 1S14 (R\$ 195,3 milhões). Tais desempenhos são explicados pelos seguintes fatores:

- (i) Assunção de dívidas provenientes da aquisição de DESA;
- (ii) Aumento do CDI médio entre os períodos (12,88% a.a. no 2T15 versus 10,61% a.a. no 2T14) e (12,50 % a.a. no 1S15 versus 10,54% a.a. no 1S14);
- (iii) Aumento da TJLP entre os períodos (6,0% a.a. no 2T15 versus 5,0% a.a. no 2T14) e (5,0% a.a. no 1S15 versus 5,75% a.a. no 1S14); e

¹ Saldo médio diário

² Saldo médio diário

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

2º TRIMESTRE DE 2015

- (iv) Despesas financeiras dos parques que estão em operação no 2T15, enquanto no 2T14 estavam sendo capitalizadas por estarem em construção.

O acelerado crescimento do portfólio de ativos da Companhia é naturalmente associado a dívidas de longo prazo que, na medida em que as novas capacidades entram em operação ou que as aquisições passam a ser consolidadas na CPFL Renováveis, incrementam sua despesa financeira, afetando seus resultados líquidos. Por outro lado, o crescimento do portfólio também proporciona aumento da geração de caixa operacional da Companhia.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação, com exceção das SPEs: Bons Ventos, Formosa e Icaraizinho, que adotaram o regime de tributação com base no lucro real em função de ultrapassarem o limite de faturamento exigido por lei para enquadramento no lucro presumido, que é de R\$ 78 milhões desde janeiro de 2014.

Prejuízo Líquido

A CPFL Renováveis registrou um prejuízo de R\$ 93,1 milhões no 2T15 ante a um prejuízo de R\$ 65,9 milhões no 2T14. Na comparação entre os semestres foi registrado um prejuízo de R\$ 157,7 milhões no 1S15 contra R\$ 120,2 milhões no 1S14.

EBITDA

R\$ mil	2T15	2T14	2T15 vs 2T14	1S15	1S14	1S15 vs 1S14
Resultado líquido	(93.082)	(65.868)	41,3%	(157.727)	(120.193)	19,0%
(+) Depreciação e amortização	132.420	105.585	25,4%	260.695	206.156	27,5%
(+) Resultado Financeiro	112.054	79.071	41,7%	218.735	147.277	56,4%
(+) IR e CS	4.549	(1.679)	N.A	11.800	3.143	50,4%
EBITDA ⁽¹⁾	155.941	117.110	33,2%	333.503	236.383	48,9%
Margem EBITDA ⁽¹⁾	52,8%	47,8%	5.0 p.p	50,5%	44,3%	6.3 p.p.
(+/-) Gastos extraordinários	48.975	34.300	42,8%	103.355	106.400	-2,9%
EBITDA Ajustado ⁽²⁾	204.916	151.410	35,3%	436.858	342.783	27,4%
Margem EBITDA Ajustada ⁽²⁾	69,3%	61,8%	7.6 p.p	66,2%	64,3%	1,9 p.p

(1) O EBITDA segundo disposições da Instrução CVM no. 527 expedida em 04 de outubro de 2012, que dispõe sobre a forma de divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos.

(2) Exclui os feitos dos gastos extraordinários de GSF, PCHs fora do MRE, provisão de ESS (Encargo de Serviço do Sistema) e compra de energia para suprir lastro de contratos.



COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

2º TRIMESTRE DE 2015

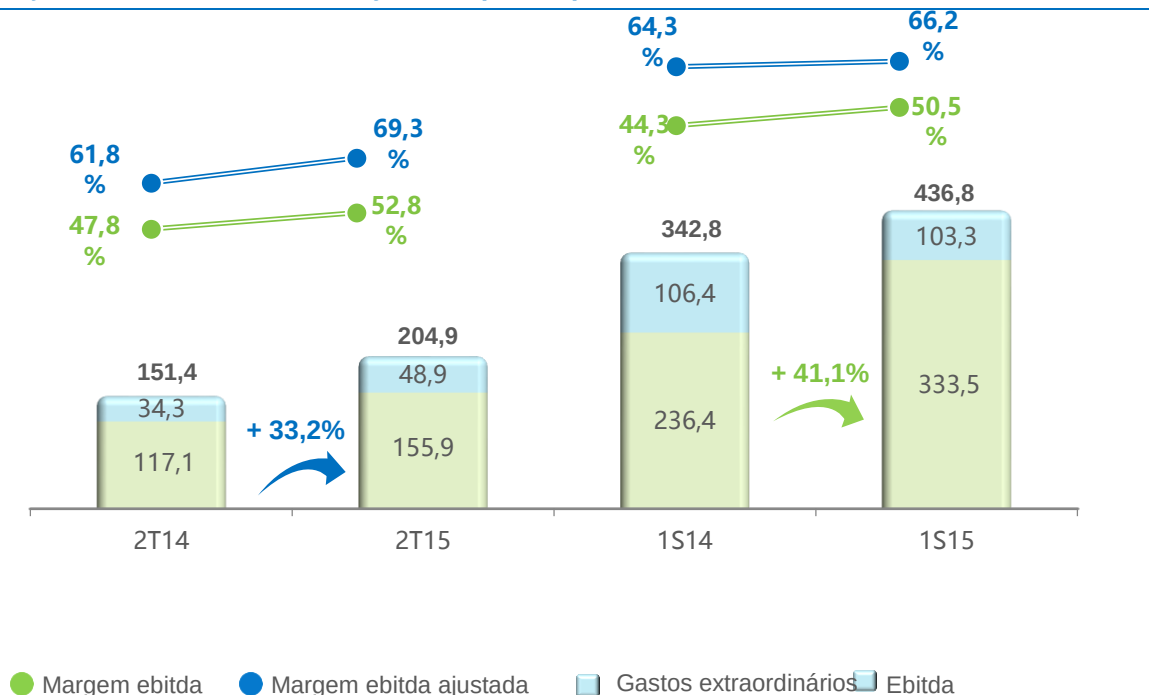
Reconciliação do Ebitda x Ebitda ajustado - R\$ mil	2T15	2T14	2T15 vs 2T14	1S15	1S14	1S15 vs 1S14
Ebitda	155.941	117.110	33,2%	333.503	236.383	41,1%
Itens ajustados	48.975	34.300	42,8%	103.355	106.400	-2,9%
GSF (receita líquida)	9.800	2.400	308,3%	21.318	3.000	610,6%
GSF (custo com compra de energia)	25.600	13.500	89,6%	66.812	19.400	244,4%
PCHs fora do MRE	1.140	6.600	-82,7%	2.790	45.800	-93,9%
Sinistro de Bio Coopcana	-	11.800	NA	-	11.800	NA
Sinistro de Bio Pedra	12.435	-	NA	12.435	-	NA
Compra de lastro - complexo eólico Atlântica	-	-	-	-	26.400	NA
Ebitda ajustado	204.916	151.410	35,3%	436.858	342.783	27,4%

(1) O EBITDA segundo disposições da Instrução CVM no. 527 expedida em 04 de outubro de 2012, que dispõe sobre a forma de divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos.

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

2º TRIMESTRE DE 2015

Evolução do Ebitda e do Ebitda ajustado (R\$ MM)



No 2T15, a CPFL Renováveis registrou EBITDA de R\$ 155,9 milhões, com margem de 52,8%, representando um acréscimo de 33,2% em relação ao 2T14 (R\$ 117,1 milhões), com margem de 47,8%. Tal performance deve-se a maior receita líquida resultante, principalmente, da incorporação de DESA e maior receita de eólicas, parcialmente compensada pelos maiores custos com GSF e à provisão de perda de R\$ 10,9 milhões mencionada acima.

Desconsiderando os itens extraordinários, a Companhia apresentaria um EBITDA ajustado de R\$ 204,9 milhões no 2T15, com margem de 69,3% ante um Ebitda ajustado de R\$ 343,4 milhões no 1S14, com margem de 64,3%. Os ajustes realizados são os seguintes:

- (i) Gastos com GSF (R\$ 35,4 milhões) no 2T15;
- (ii) Efeitos do sinistro ocorrido em Bio Pedra no 2T15, no valor de R\$ 12,4 milhões, sendo: R\$ 1,5 milhão referente a penalidade prevista no LER e outros R\$ 10,9 milhões decorrentes da provisão para perda do imobilizado; e
- (iii) Compra de energia para suprir os contratos das PCHs que estão fora do MRE (R\$ 1,1 milhão) no 2T15.

No 2T14, os ajustes efetuados no EBITDA se referem: aos gastos com GSF de R\$ 15,9 milhões, a compra de energia no valor de R\$ 11,8 milhões para suprir o lastro do contrato de Bio Coopcana em virtude do sinistro ocorrido em maio de 2014 e a compra energia para suprir os contratos das PCHs que estavam fora do MRE no montante de R\$ 6,6 milhões.

No 1S15, o EBITDA totalizou R\$ 333,5 milhões, 41,1% superior ao 1S14 (R\$ 236,4 milhões). Esse resultado foi influenciado pela maior receita líquida, parcialmente compensado pelos maiores custos oriundos dos ativos adicionados ao portfólio, pela provisão de perda de R\$ 10,9 milhões ocorrida no 2T15 e pela provisão de contingência no valor de R\$ 6,5 milhões referente ao processo de arbitragem ocorrida no 1T15.

Já no 1S15, desconsiderando os itens extraordinários, a Companhia apresentaria um Ebitda ajustado de R\$ 436,9 milhões, com margem de 66,2% ante um Ebitda ajustado de R\$ 342,8 milhões no 1S14, com margem de 64,3%. Os ajustes realizados são os seguintes:

- (i) Gastos com GSF (R\$ 88,1 milhões) no 1S15;
- (ii) Efeitos do sinistro ocorrido em Bio Pedra no 2T15, no valor de R\$ 12,4 milhões, sendo: R\$ 1,5 milhão referente a penalidade prevista no LER e outros R\$ 10,9 milhões decorrentes da provisão para perda do imobilizado; e
- (iii) Compra de energia para suprir os contratos das PCHs que estão fora do MRE (R\$ 2,8 milhões) no 1S15.

No 1S14, os ajustes efetuados no EBITDA se referem: a compra energia para suprir os contratos das PCHs que estavam fora do MRE no montante de R\$ 45,8 milhões, a compra de energia para suprir lastro do complexo eólico Atlântica no 1T14 devido à revisão do cronograma de obras (R\$ 26,4 milhões), aos gastos com GSF de R\$ 23,0 milhões e a compra de energia no valor de R\$ 11,8 milhões para suprir o lastro do contrato de Bio Coopcana em virtude do sinistro ocorrido em maio de 2014.

Investimento

A CPFL Renováveis investiu R\$ 99,6 milhões no 2T15 ante R\$ 59,5 milhões no 2T14. Os investimentos foram direcionados basicamente aos projetos detalhados abaixo:

Projeto concluído:

Parque eólico Morro dos Ventos II - localizados no Estado do Rio Grande do Norte, com entrada em operação comercial em abril de 2015. A potência é de 29,2 MW e a garantia física de 15,3 MW médios. A energia foi vendida por meio do leilão A-5 realizado em dezembro de 2011. Porém, com a antecipação da entrada em operação comercial para abril de 2015, a energia gerada por este parque está sendo vendida no mercado de curto prazo até o início do contrato de venda de energia.

Projetos em andamento:

- (i) **Complexo eólico Campo dos Ventos** (Campo dos Ventos I, III e V) e **Complexo eólico São Benedito** (Ventos de São Benedito, Ventos de Santo Dimas, Santa Mônica, Santa Úrsula, São Domingos e Ventos de São Martinho) - localizados no Estado do Rio Grande do Norte, com entrada em operação gradual a partir do 2T16. A potência total desses complexos é 231,0 MW e a garantia física de 129,1 MW médios. A energia foi vendida por meio de contrato de longo prazo no mercado livre; e
- (ii) **PCH Mata Velha** – localizado no Estado de Minas Gerais, com entrada prevista para 1S16. A potência é de 24,0 MW e a garantia física de 13,1 MW médios. A energia foi vendida por meio do leilão A-5 realizado em agosto de 2013. Com a antecipação da obra, foi realizado um contrato bilateral (Mercado Livre) entre abril/2016 e 2018, quando iniciará a vigência do LEN 2013.

Endividamento

A Companhia encerrou o 1S15 com endividamento total de R\$ 6.060,2 milhões, montante 24,5% superior ao 1S14 (R\$ 4.866,0 milhões). Sem considerar os empréstimos ponte (que serão quitados com as captações de dívida de longo prazo), as dívidas da Companhia apresentaram prazo médio de 5,8 anos e custo médio nominal de 10,20% a.a. (74,8% do CDI de 30 de junho de 2015).

O maior endividamento decorre da consolidação das dívidas da DESA no valor de R\$ 973,4 milhões e às captações realizadas nos últimos 12 meses, em sua grande parte para reforçar o caixa da Companhia e fazer frente aos investimentos

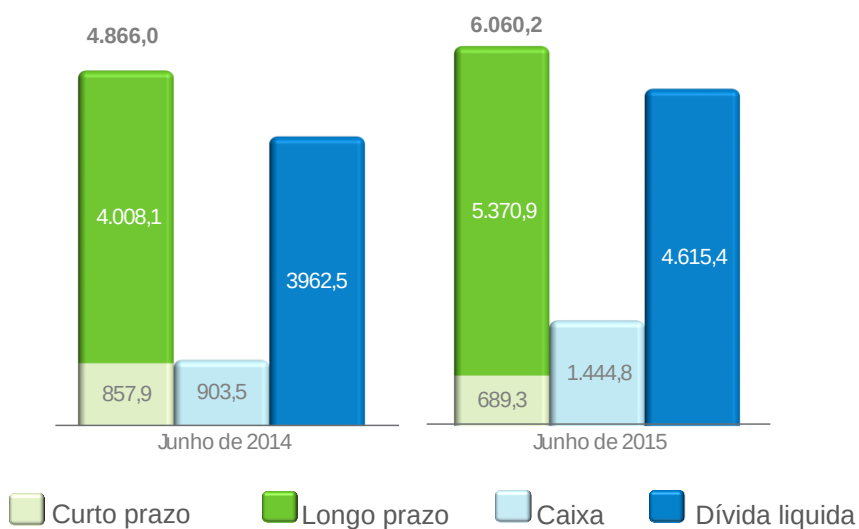
COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

2º TRIMESTRE DE 2015

necessários para a construção do complexo eólico Macacos I, complexo eólico Atlântica, Bio Alvorada, Bio Coopcana, PCH Mata Velha, Salto Góes e Complexo São Benedito e Campo dos Ventos.

O endividamento líquido consolidado totalizou R\$ 4.615,4 milhões no 1S15, montante 16,5% superior ao 1S14, refletindo a posição de caixa, o efeito da incorporação das dívidas da DESA e as captações no período.

Endividamento (R\$MM)



(1) O saldo de caixa considera caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e conta reserva (aplicações vinculadas).

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede no município de São Paulo - SP, constituída com o objetivo principal de atuar como holding e tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social:

- a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis.
- b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais.
- c) Comercialização de energia elétrica, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia apresentou nas informações contábeis intermediárias individuais o capital circulante líquido negativo no montante de R\$354.170, decorrente principalmente dos mútuos firmados com suas controladas em dezembro de 2014. Tais valores serão liquidados com o saldo de dividendos a receber e antecipação de dividendos de 2015 pelas controladas.

A maior parte das controladas diretas e indiretas foi constituída ou adquirida com o propósito específico de implantar e explorar o potencial de pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”), usinas termelétricas movidas à biomassa, parques eólicos e projeto de geração de energia solar, conforme descrito nas notas explicativas nº 1.4 a nº 1.7.

1.1. Associação entre CPFL Renováveis e Dobrevê Energia S.A. (“DESA”) - 1º de outubro de 2014.

Conforme divulgado em nossas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, em 17 de fevereiro de 2014, a CPFL Renováveis e a sua acionista controladora CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”), controlada da CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”), celebraram um acordo de associação, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a associação entre a DESA e a CPFL Renováveis. Em 24 de abril de 2014 esta associação foi autorizada pela ANEEL e, em 6 de maio de 2014 foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Pública - CADE.

O objetivo da associação foi consolidar a experiência de ambos os grupos (CPFL Renováveis e DESA) no setor de energias renováveis e, desta forma, obter ganhos de

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

escala e sinergia pela unificação das atividades, que passa a ter estrutura mais eficiente para o desenvolvimento de seus empreendimentos.

Esta associação foi concluída em 1º de outubro de 2014, conforme detalhado a seguir:

Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 30 de setembro de 2014, com eficácia das aprovações para 1º de outubro de 2014, os acionistas tanto da CPFL Renováveis bem como o Arrow - Fundo de Investimentos e Participações ("FIP Arrow"), único acionista da WF2 Holding S.A. ("WF2"), que por sua vez era detentora da totalidade das ações de emissão da DESA, aprovaram o Protocolo de Incorporação e o Termo de Encerramento da Associação. Consequentemente, em 1º de outubro de 2014, o FIP Arrow, efetuou a contribuição do acervo líquido da WF2 como aumento de capital na CPFL Renováveis, que por sua vez emitiu 61.752.782 novas ações ordinárias em nome do FIP Arrow, que se tornou acionista da CPFL Renováveis com uma participação de 12,27%.

Após o aumento de capital realizado, a CPFL Renováveis incorporou a WF2, extinguindo essa sociedade, e a CPFL Renováveis passou a deter diretamente 100% das ações de emissão da DESA, e consequentemente, a DESA passou a ser controlada pela CPFL Renováveis.

A relação de troca de 100% das ações de emissão da WF2 por 12,27% das ações CPFL Renováveis (pós emissão das novas ações ordinárias) foi livremente negociada e pactuada entre as partes e reflete a melhor avaliação da WF2 e da CPFL Renováveis. Tais valores levaram em consideração o valor econômico da CPFL Renováveis e da WF2, apurados por suas respectivas Administrações, tendo em vista a natureza de suas atividades, inseridas em um conjunto de premissas econômicas, operacionais e financeiras aplicáveis às companhias.

Esta associação entre a CPFL Renováveis e a DESA resultou em uma combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (RI) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", uma vez que a CPFL Renováveis passou a deter o controle da WF2, e pagou pela obtenção do controle desta companhia mediante a emissão de novas ações próprias. A associação foi avaliada a valor justo utilizando o método de abordagem de receita (income approach). Em decorrência desta emissão de ações o patrimônio líquido da CPFL Renováveis sofreu um aumento, líquido da participação dos acionistas não controladores, de R\$833.663, o qual reflete o valor justo das ações emitidas pela CPFL Renováveis, e que foram transferidas ao FIP Arrow na data da aquisição.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

O aumento no patrimônio líquido da CPFL Renováveis, em 1º de outubro de 2014, ocorreu da seguinte forma: (i) aumento do capital social no montante de R\$481.834, mediante a emissão de 61.752.782 novas ações; (ii) constituição de reserva de capital no montante de R\$351.829, correspondente ao valor que excedeu o valor patrimonial por ação e saldo remanescente do acervo líquido incorporado e (iii) registro do valor justo da participação dos não controladores no montante de R\$106.320.

Na associação descrita acima, a WF2 (controladora da DESA) foi a empresa adquirida e em 1º de outubro de 2014, a Companhia incorporou os saldos contábeis da WF2, conforme segue:

	WF2 <u>Controladora</u> <u>01.10.2014</u>
Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	43
Impostos a recuperar	1.041
Ativos não circulantes:	
Investimento	719.665
Passivos circulantes:	
Debêntures	94.688
Contas a pagar de aquisições	83.484
Partes relacionadas	549
Passivos não circulantes:	
Debêntures	75.426
Impostos diferidos	13.518
Ativos líquidos adquiridos	<u>453.084</u>

Informações adicionais à associação (Aquisição da WF2)

a) Ativos adquiridos e passivos a serem reconhecidos na data aquisição - preliminar

O valor da transação não-caixa (valor justo das ações emitidas pela CPFL Renováveis), foi alocado na data de aquisição aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis relacionados ao direito de exploração da autorização, o qual será amortizado pelo prazo remanescente das autorizações vinculadas à exploração dos empreendimentos eólicos e de PCHs adquiridos, sendo o prazo médio estimado em 25 anos para todos os empreendimentos. Consequentemente, o valor da transação foi provisoriamente alocado a ativos e passivos identificados e nenhum valor residual foi alocado como ágio nesta transação.

A Administração da Companhia não espera que o valor alocado como direito de exploração dessa associação seja dedutível para fins fiscais e, portanto, constituiu

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre o valor alocado e a base fiscal deste ativo.

A alocação inicial do valor da transação está baseada em análises conduzidas pela própria Administração, até que o laudo de avaliação econômico-financeiro seja finalizado. Esta alocação, e consequentemente a contabilização inicial foi provisoriamente efetuada em 1º de outubro de 2014, para todos os itens apresentados a seguir, baseados na melhor estimativa da Administração:

	WF2 <u>consolidado</u> <u>01.10.2014</u>
Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	139.293
Contas a receber de clientes	23.576
Impostos a recuperar	3.753
Outros créditos	4.945
Ativos não circulantes:	
Aplicações financeiras vinculadas	84.830
Depósito judicial	5.368
Imposto a recuperar	513
Outros créditos	7.553
Imobilizado	1.295.476
Intangível	7.937
Intangível - direito de exploração	784.460
Passivos circulantes:	
Fornecedores	19.124
Empréstimos e financiamentos	52.691
Debêntures	50.305
Contas a pagar de aquisições	60.287
Obrigações trabalhistas	3.741
Obrigações tributárias	5.541
Outros passivos	17.405
Passivos não circulantes:	
Empréstimos e financiamentos	647.576
Debêntures	224.411
Contas a pagar de aquisições	27.828
Impostos diferidos	13.518
Impostos diferidos sobre o direito de exploração	266.716

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	14.257
Provisão para desmobilização de ativos	4.635
Outros passivos	9.686
Ativos líquidos adquiridos	939.983
Participação dos não controladores	(106.320)
Contrapartida transferida	833.663

A participação dos não controladores apresentada no quadro anterior, refere-se a 40% da participação da Ludes Energética S.A. (PCH) a valor justo. Essa participação foi avaliada a valor justo utilizando o método de abordagem de receita.

A expectativa da Administração é de que o laudo de alocação do preço pago da WF2 esteja finalizado até o final de agosto de 2015.

- b) Saldo de caixa líquido incorporado na associação com a DESA (controlada direta após a incorporação da WF2)

Como a aquisição foi efetuada a partir de troca de ações, não houve pagamento de caixa, apenas foi incorporado o caixa e equivalentes de caixa consolidado da WF2 no montante de R\$139.293.

1.2. Aquisição de Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia S.A. - RDV - 2014

Em 18 de junho de 2013, a Companhia assinou contrato de aquisição de 100% dos ativos dos parques eólicos (i) Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 10,5 MW; e (ii) Lagoa do Mato, com capacidade instalada de 3,2 MW, localizados no litoral do Estado do Ceará. Ambos encontram-se em operação comercial, sendo que a totalidade da energia gerada pelos Parques Eólicos está contratada com a Eletrobrás, através do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

Em 28 de fevereiro de 2014, a Companhia concluiu a aquisição de Rosa dos Ventos. O preço total da aquisição é de R\$103.358, que compreende: (i) o valor de R\$70.296 pago ao vendedor; (ii) ajuste de preço no montante de R\$634; e (iii) a assunção de dívida líquida da Rosa dos Ventos no valor de R\$32.428.

Informações adicionais sobre aquisição da controlada Rosa dos Ventos

- a) Considerações transferidas

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Rosa dos
Ventos28.02.2014

Considerações transferidas:

Caixa transferido em caixa e equivalentes de caixa diretamente aos acionistas	70.296
Ajuste de preço pago aos vendedores de acordo com cláusula contratual	634
Caixa líquido de aquisição	<u>70.930</u>

b) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

A totalidade das contraprestações transferidas (pagas) foi alocada aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração da autorização, o qual será amortizado pelo prazo remanescente da autorização vinculada à exploração do empreendimento eólico adquirido, sendo o prazo médio estimado em 18 anos para Rosa dos Ventos. Consequentemente, como a totalidade do valor pago foi alocado à ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado como ágio nesta transação.

As alocações do valor pago foram suportadas por laudos de avaliação econômico-financeiro.

A Administração da CPFL Renováveis não espera que os valores alocados como direito de exploração dessa aquisição sejam dedutíveis para fins fiscais e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos.

A contabilização da aquisição de Rosa dos Ventos foi concluída. A seguir apresentamos os ativos adquiridos e passivos assumidos de Rosa dos Ventos a valor justo:

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Rosa dos
Ventos
28.02.2014

Ativos circulantes:

Caixa e equivalentes de caixa	2.466
Contas a receber de clientes	6.122
Impostos a recuperar	10
Outros créditos	99

Ativos não circulantes:

Aplicações financeiras vinculadas	4.223
Depósito judicial	307
Imposto diferido	570
Imobilizado	50.102
Intangível - direito de exploração	67.741

Passivos circulantes:

Fornecedores	3
Empréstimos e financiamentos	1.960
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	744
Obrigações tributárias e trabalhistas	212
Outros passivos	878

Passivos não circulantes:

Empréstimos e financiamentos	32.934
Impostos diferidos sobre o direito de exploração	23.032
Provisão para desmobilização de ativos	947
Ativos líquidos adquiridos	<u>70.930</u>
Contrapartida transferida	<u>70.930</u>

c) Saída de caixa líquido na aquisição da Rosa dos Ventos

Rosa dos
Ventos

28.02.2014

Contrapartida pagas em caixa	70.930
Menos: Saldo de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(2.466)
Caixa líquido de aquisição	<u>68.464</u>

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

1.3. Divulgações complementares

- Os laudos de avaliação de ativos tangíveis e ativos intangíveis de WF2/DESA estão em processo de elaboração; e
- Os grupos de contas que estão sujeitos a alterações são: imobilizado, intangível - direito de exploração, impostos diferidos, provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis e participação de não controladores.

1.4. Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs

Em 30 de junho de 2015, a Companhia possuía as seguintes concessões e autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico:

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

<u>PCHs</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)**</u>
Aiuruoca	3	Res.357	22/12/1999	30 anos	18,0
Alto Irani	1	Res.587	29/10/2002	30 anos	21,0
Americana	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	30,0
Andorinhas	1	Des.1990	30/11/2005	Indeterminado ***	0,5
Arvoredo	1	Res.606	05/11/2002	30 anos	13,0
Barra da Paciência	1	Res.348	17/12/1999	30 anos	23,0
Boa Vista II	3	Em andamento *	-	-	29,9
Bonanza	3	Res.425	30/01/2006	30 anos	9,9
Buritit	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	0,8
Cachoeira Grande	3	Res.540	14/10/2003	30 anos	16,0
Capão Preto	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,3
Cherobim	3	Res.573	17/12/2001	30 anos	25,5
Chibarro	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	2,6
Cocais Grande	1	Res.349	22/12/1999	30 anos	10,0
Corrente Grande	1	Res.17	14/01/2000	30 anos	14,0
Diamante	1	Portaria 475	13/11/1997	30 anos	4,2
Dourados	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	10,8
Eloy Chaves	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	18,8
Esmertil	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	5,0
Figueirópolis	1	Res.198	04/05/2004	30 anos	19,4
Gavião Peixoto	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,8
Guaporé	1	Res.1987	30/11/2005	Indeterminado ***	0,7
Jaguari	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	11,8
Laranjinha	3	Res.440	06/02/2006	30 anos	3,2
Lençóis	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	1,7
Ludesa	1	Res.705	17/12/2002	30 anos	30,0
Mata Velha	2	Res.262	16/05/2002	30 anos	24,0
Monjolinho	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	0,6
Ninho da Água	1	Res.370	29/12/1999	30 anos	10,0
Novo Horizonte	1	Res. 652	26/11/2002	30 anos	23,0
Paíol	1	Res.406	06/08/2002	30 anos	20,0
Penedo	3	Em andamento *	-	-	17,0
Pinhal	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	6,8
Pirapó	1	Des.1989	30/11/2005	Indeterminado ***	0,8
Plano Alto	1	Res.607	07/11/2002	30 anos	16,0
Saltinho	1	Desp.1988	30/11/2005	Indeterminado ***	0,8
Salto Góes	1	Res.2510	10/08/2010	30 anos	20,0
Salto Grande	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,6
Santa Cruz	3	Res.718	17/12/2002	30 anos	12,5
Santa Luzia	1	Portaria 352	20/12/2007	35 anos	28,5
Santana	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,3
São Gonçalo	1	Res.13	13/01/2000	30 anos	11,0
São Joaquim	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	8,1
Socorro	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	1,0
Tombo	3	Em andamento *	-	-	16,0
Três Saltos	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	0,6
Varginha	1	Res.355	22/12/1999	30 anos	9,0
Várzea Alegre	1	Res.367	29/12/1999	30 anos	7,5
Total					571,0

* Resolução autorizativa em processo de obtenção.

** Informação não revisada pelos auditores independentes

*** Potenciais hidráulicos iguais, ou inferiores a 1,0 MW estão dispensados de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser registrados junto à ANEEL.

(1) - Operação

(2) - Construção

(3) - Preparação

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Os prazos das autorizações e concessões são contados a partir da data da assinatura dos respectivos contratos.

1.5. Projetos de geração eólica

Em 30 de junho de 2015, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial eólico:

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

<u>Projetos Eólicos</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)**</u>
Atlântica I	1	Portaria 134	25/02/2011	35 anos	30,0
Atlântica II	1	Portaria 148	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica IV	1	Portaria 147	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica V	1	Portaria 168	21/03/2011	35 anos	30,0
Baixa Verde	3	Em andamento *	-	-	13,8
Bons Ventos	1	Resolução 093	07/03/2003	30 anos	50,0
Cajueiro	3	Em andamento *	-	-	29,9
Campos dos Ventos I	2	Resolução 3967	26/03/2013	30 anos	30,0
Campos dos Ventos II	1	Portaria 257	18/04/2011	35 anos	30,0
Campos dos Ventos III	2	Resolução 3968	26/03/2013	30 anos	30,0
Campos dos Ventos V	2	Resolução 3969	27/03/2013	30 anos	26,0
Canoa Quebrada	1	Resolução 680	10/12/2002	30 anos	57,0
Conoa Quebrada (Rosa dos Ventos)	1	REA 329	18/06/2002	30 anos	10,5
Costa Branca	1	Portaria 585	11/10/2011	35 anos	20,7
Costa das Dunas	3	Em andamento *	-	-	29,9
Curral Velho I	3	Em andamento *	-	-	26,0
Curral Velho II	3	Em andamento *	-	-	28,0
Curral Velho IV	3	Em andamento *	-	-	30,0
Enacel	1	Resolução 625	12/11/2002	30 anos	31,5
Eurus I	1	PRT 264	19/04/2011	35 anos	30,0
Eurus III	1	PRT 266	27/04/2011	35 anos	30,0
Eurus VI	1	Portaria 749	24/08/2010	35 anos	8,0
Farol de Touros	3	Em andamento *	-	-	23,0
Figueira Branca	3	Em andamento *	-	-	13,8
Foz do Rio Choró	1	Resolução 306	04/06/2002	30 anos	25,2
Icaraízinho	1	Resolução 454	27/08/2002	30 anos	54,6
Iraúna I	3	Em andamento *	-	-	19,4
Iraúna II	3	Em andamento *	-	-	25,9
Iraúna IX	3	Em andamento *	-	-	25,9
Iraúna X	3	Em andamento *	-	-	29,2
Iraúna XI	3	Em andamento *	-	-	24,3
Iraúna XII	3	Em andamento *	-	-	21,1
Iraúna XIII	3	Em andamento *	-	-	19,4
Iraúna XIV	3	Em andamento *	-	-	29,2
Iraúna XV	3	Em andamento *	-	-	29,2
Iraúna XVI	3	Em andamento *	-	-	19,4
Iraúna XVII	3	Em andamento *	-	-	22,7
Juremas	1	Portaria 556	27/09/2011	35 anos	16,1
Lagoa do Mato	1	REA 340	25/06/2002	30 anos	3,2
Macacos	1	Portaria 557	27/09/2011	35 anos	20,7
Morro dos Ventos I	1	PRT 664	27/07/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos II	1	PRT 373	12/06/2012	35 anos	28,8
Morro dos Ventos III	1	PRT 685	04/08/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos IV	1	PRT 686	04/08/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos IX	1	PRT 665	27/07/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos VI	1	PRT 663	27/07/2010	35 anos	28,8
Paracuru	1	Resolução 460	27/08/2002	30 anos	25,2
Pedra Cheirosa	3	Em andamento *	-	-	27,0
Pedra Cheirosa II	3	Em andamento *	-	-	24,3
Pedra Preta	1	Portaria 564	11/10/2011	35 anos	20,7
Pontal das Falésias I	3	Em andamento *	-	-	7,2
Pontal das Falésias II	3	Em andamento *	-	-	9,0
Pontal das Falésias III	3	Em andamento *	-	-	9,0
Pontal das Falésias IV	3	Em andamento *	-	-	12,6
Praia da Atalaia	3	Em andamento *	-	-	151,2
Praia Formosa	1	Resolução 307	04/06/2002	30 anos	105,0
Santa Clara I	1	Portaria 609	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara II	1	Portaria 683	04/08/2010	35 anos	30,0
Santa Clara III	1	Portaria 610	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara IV	1	Portaria 672	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara V	1	Portaria 838	08/10/2010	35 anos	30,0
Santa Clara VI	1	Portaria 670	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Mônica	2	REA 4592	18/03/2014	-	30,0
Santa Úrsula	2	REA 4591	18/03/2014	30 anos	30,0
São Domingos	3	Em andamento *	-	-	29,9
Taíba Albatroz	1	Resolução 778	23/12/2002	30 anos	16,5
Ventos de Gameleira	3	Em andamento *	-	-	18,4
Ventos de Santo Dimas	2	REA 4562	25/02/2014	30 anos	30,0
Ventos de São Benedito	2	REA 4563	25/02/2014	30 anos	28,0
Ventos de São Martinho	2	REA 4572	11/03/2014	30 anos	28,0
Total					<u>2.008,4</u>

* Resolução autorizativa em processo de obtenção.

** Informação não revisada pelos auditores independentes

(1) - Operação

(2) - Construção

(3) - Preparação

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura das autorizações.

1.6. Projetos de geração à biomassa

Em 30 de junho de 2015, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração de energia movida à biomassa:

<u>Projeto Biomassa</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	Capacidade de
					energia instalada (MW)*
Alvorada	1	Res.3714	29/10/2012	30 anos	50,0
Baia Formosa	1	Res.259	14/05/2002	30 anos	40,0
Baldin	1	Res.2106	22/09/2009	30 anos	45,0
Buriti	1	Res.2643	07/12/2010	30 anos	50,0
Coopcana	1	Res.3328	07/02/2012	30 anos	50,0
Ipê	1	Res.2375	27/04/2010	30 anos	25,0
Lacenas	1	Res.117	20/05/1999	30 anos	40,0
Pedra	1	Prt.129	24/02/2011	35 anos	70,0
Total					<u>370,0</u>

* Informação não revisada pelos auditores independentes

(1) - Operação

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura das autorizações.

1.7. Projetos de geração de energia solar

Em 30 de junho de 2015, a Companhia possuía a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração do potencial solar:

<u>Projeto Solar</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	Capacidade de
					energia instalada (MW)*
Solar 1	1	Of.ANEEL nº961/2012	29/10/2012	Indeterminado**	1,1
Total					<u>1,1</u>

* Informação não revisada pelos auditores independentes

**Usina com capacidade reduzida, dispensada de outorga, devendo apenas ser registrado na ANEEL.

(1) - Operação

1.8. Sazonalização

A receita operacional e os custos de geração das PCHs, dos parques eólicos e das usinas termelétricas movidas à biomassa sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

- A menor velocidade média dos ventos faz com que os parques eólicos apresentem menores volumes de geração no 1º e 2º trimestres;
- A safra da cana de açúcar na região sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro. Já a safra da região nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior;
- Dado que o reconhecimento das receitas das usinas eólicas e das usinas de biomassa segue a geração efetiva dessas usinas, observa-se o mesmo efeito suas receitas, fazendo com que, de forma geral, o primeiro semestre do ano seja um período com menores receitas do que o segundo para esses ativos.
- O período de chuvas favorece a geração das PCHs do Sudeste/Centro-Oeste no 4º e no 1º trimestres, enquanto no Sul o período de chuvas favorece a geração de energia no 2º e no 3º trimestres.

1.9. Além disto, os efeitos na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada e registrada na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física é valorada por uma tarifa denominada “Tarifa de Energia de Otimização” - TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, este efeito é definido como GSF (“Generation Scaling FactorAcordo de Acionistas)

Desde 24 de agosto de 2011, a Companhia é regida por Acordo de Acionistas.

Em 28 de abril de 2014, a Companhia e seus acionistas celebraram o 7º aditivo e consolidação ao Acordo de Acionistas, com o objetivo de adequar a governança da Companhia decorrente da realização da Oferta Pública Inicial de Ações, ocorrida no exercício de 2013, incluindo: (i) mudanças do quadro acionário da Companhia; (ii) ajuste nas cláusulas não mais aplicáveis ao Acordo de Acionistas; e (iii) implementação das alterações necessárias para adaptar o Acordo de Acionistas à atual estrutura societária e operacional da Companhia.

Em 01 de outubro de 2014, a Companhia e seus acionistas celebraram o 8º aditivo e consolidação ao Acordo de Acionistas, com o objetivo de refletir as mudanças no quadro acionário da Companhia em razão da saída do acionista DEG Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft MbH como signatário do Acordo de Acionistas e da adesão dos acionistas Daniel Gallo e Arrow – Fundo de Investimento em Participações ao Acordo de Acionistas, bem como para implementar as alterações necessárias para adaptar o Acordo de Acionistas à atual estrutura societária e operacional da Companhia.

Atualmente fazem parte do Acordo de Acionista os seguintes acionistas, com as respectivas participações no capital votante: CPFL Geração de Energia S.A. (51,61%), Arrow – Fundo de Investimento em Participações (12,27%), Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações (4,19%), Secor - LLC (4,82%), Fundo de Investimento em

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Participações Multisetorial Plus (2,60%), GMR Energia S.A. (1,64%), Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (6,25%), Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (0,74%) e Daniel Gallo (0,02%), totalizando uma participação de 84,14%.

Em resumo, o Acordo de Acionistas da Companhia dispõe sobre questões relativas ao exercício de direitos de voto em Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração; a participação dos Acionistas e de seus respectivos representantes societários nos órgãos diretivos da Companhia; ao direito de preferência em relação à aquisição das ações da emissão da Companhia e outras restrições específicas relativas à transferência das ações da emissão da Companhia e direitos econômicos associados à titularidade das ações; a administração da Companhia; ao direito de preferência nos aumentos de capital.

1.10. Informações por segmento

A Companhia apresenta suas informações contábeis intermediárias considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos, como o ambiente regulatório, são os mesmos para os diversos tipos de usinas (biomassa, solar, eólica e pequenas centrais hidrelétricas). É desta forma que o Conselho de Administração da Companhia avalia a performance das usinas e aloca os recursos necessários.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações contábeis intermediárias foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 27 de julho de 2015.

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia compreendem:

- As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“Interim Financial Reporting - IAS 34”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (“International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos adquiridos em

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

combinação de negócios e ainda por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações de valor adicionado, individual e consolidada, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas do CPC aplicáveis às companhias abertas, enquanto para as IFRSs representam informação financeira adicional.

2.5. Principais estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que apresentam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas são:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 7 e nº 9).
- Impostos a recuperar (nota explicativa nº 8).
- Pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 10.2).
- Imobilizado (nota explicativa nº 12).
- Intangível (nota explicativa nº 13).
- Provisão para custos socioambientais e de desmobilização de ativos (nota explicativa nº 19).
- Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 20).
- Impostos de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 25.2).

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 26).

3. BASE DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

As informações contábeis intermediárias incluem as demonstrações da CPFL Renováveis e suas controladas abaixo relacionadas:

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Empresas	Forma de Consolidação	Participação - %		Empresas	Forma de Consolidação	Participação - %	
		Direta	Indireta			Direta	Indireta
Aiuruoca	Integral	-	100%	Mata Velha	Integral	-	100%
Alto Irani	Integral	100%	-	Mohini	Integral	-	100%
Arvoredo	Integral	-	100%	Morro do Vento	Integral	-	100%
Atlântica I	Integral	100%	-	Morro dos Ventos I	Integral	-	100%
Atlântica II	Integral	100%	-	Morro dos Ventos II	Integral	-	100%
Atlântica IV	Integral	100%	-	Morro dos Ventos III	Integral	-	100%
Atlântica V	Integral	100%	-	Morro dos Ventos IV	Integral	-	100%
Baixa Verde	Integral	95%	-	Morro dos Ventos IX	Integral	-	100%
Barra da Paciência	Integral	-	100%	Morro dos Ventos VI	Integral	-	100%
Bio Alvorada	Integral	100%	-	Navegantes	Integral	95%	-
Bio Burity	Integral	100%	-	Ninho da Águia	Integral	-	100%
Bio Coopcana	Integral	100%	-	Novo Horizonte	Integral	-	100%
Bio Ester	Integral	100%	-	Paíol	Integral	-	100%
Bio Formosa	Integral	100%	-	PCH Holding	Integral	100%	-
Bio Ipê	Integral	100%	-	PCH Holding 2	Integral	100%	-
Bio Pedra	Integral	100%	-	PCH Participações	Integral	41%	59%
Bioenergia	Integral	100%	-	Pedra Cheirosa I	Integral	-	100%
Boa Vista 2	Integral	100%	-	Pedra Cheirosa II	Integral	-	100%
Bonanza	Integral	-	100%	Pedra Preta	Integral	-	95%
Bons Ventos	Integral	-	100%	Penedo	Integral	100%	-
BVP	Integral	-	100%	Plano Alto	Integral	100%	-
Cachoeira Grande	Integral	100%	-	Renascer	Integral	-	100%
Cajueiro	Integral	95%	-	Rio Claro	Integral	-	94%
Campos dos Ventos I	Integral	100%	-	Rosa dos Ventos	Integral	100%	-
Campos dos Ventos II	Integral	-	100%	Salto Góes	Integral	100%	-
Campos dos Ventos III	Integral	100%	-	Santa Clara I	Integral	100%	-
Campos dos Ventos IV	Integral	100%	-	Santa Clara II	Integral	100%	-
Campos dos Ventos V	Integral	100%	-	Santa Clara III	Integral	100%	-
Cherobim	Integral	-	89%	Santa Clara IV	Integral	100%	-
Chimay	Integral	-	100%	Santa Clara V	Integral	100%	-
Cocais Grande	Integral	-	100%	Santa Clara VI	Integral	100%	-
Corrente Grande	Integral	-	100%	Santa Cruz	Integral	100%	-
Costa Branca	Integral	-	95%	Santa Luzia	Integral	-	100%
Costa das Dunas	Integral	90%	-	Santa Mônica	Integral	100%	-
Curral Velho I	Integral	-	100%	Santa Ursula	Integral	100%	-
Curral Velho II	Integral	-	100%	São Benedito	Integral	100%	-
Curral Velho IV	Integral	-	100%	São Domingos	Integral	100%	-
DESA Comercializadora	Integral	-	100%	São Gonçalo	Integral	-	100%
DESA Eólicas	Integral	-	100%	SIIF Cinco	Integral	-	100%
DESA PCH 1 Holding	Integral	-	100%	SIIF Desenvolvimento	Integral	9%	91%
Distância	Integral	-	100%	SIIF Energies	Integral	100%	-
Dobrevê Energia	Integral	100%	-	Solar 1	Integral	100%	-
Eólica Formosa	Integral	-	100%	Sul Centrais Elétricas	Integral	-	100%
Eólica Holding	Integral	100%	-	T-15	Integral	100%	-
Eólica Icaraizinho	Integral	-	100%	Tombo	Integral	100%	-
Eólica Paracuru	Integral	-	100%	Turbina 16	Integral	100%	-
DESA Eurus I	Integral	-	100%	Turbina 17	Integral	100%	-
DESA Eurus III	Integral	-	100%	Varginha	Integral	-	100%
Eurus V	Integral	100%	-	Varginha - DESA	Integral	-	94%
Eurus VI	Integral	100%	-	Varzea Alegre	Integral	-	100%
Farol de Touros	Integral	90%	-	Ventos de Santo Dimas	Integral	100%	-
Figueira Branca	Integral	100%	-	Ventos de São Martinho	Integral	100%	-
Figueirópolis	Integral	-	100%	WF Wind Holding V	Integral	-	100%
Gameleira	Integral	100%	-	WF Wind Holding VII	Integral	-	100%
Jayaditya	Integral	-	100%	WF Wind Holding VIII	Integral	-	100%
Juremas	Integral	-	95%	WF Wind Holding X	Integral	-	100%
Laranjinha	Integral	-	100%	WF Wind Holding XI	Integral	-	100%
Ludesa	Integral	-	60%	WF1 Holding	Integral	-	100%
Macacos	Integral	-	95%				

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.
- d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas informações contábeis intermediárias consolidadas, como parte integrante do patrimônio líquido. Quando os acionistas não controladores não possuem obrigações adicionais nos casos em que as controladas apresentam passivo a descoberto, provisões são constituídas para cobrir responsabilidades adicionais pela deficiência de patrimônio líquido e cujo valor é de R\$59.450 em 30 de junho de 2015 (R\$44.839 em 31 de dezembro de 2014) registrada na conta provisão para perda de investimentos, no passivo não circulante. Os valores das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido consolidado são de R\$112.476 em 30 de junho de 2015 e R\$112.001 em 31 de dezembro de 2014.

A seguir estão destacadas as controladas diretas que apresentaram patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) em 30 de junho de 2015:

<u>Empresas</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
	<u>R\$ mil</u>	<u>R\$ mil</u>
Campos dos Ventos IV	13	-
Eurus V	6	-
Navegantes	56	38
PCH Holding 2	59.375	44.801
Total	<u>59.450</u>	<u>44.839</u>

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia e suas controladas foram preparadas com base nas mesmas práticas contábeis descritas nas notas explicativas nº 4.1 a nº 4.14 às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, publicadas em 25 de março de 2015.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Circulante				
Saldos de caixa e bancos	256	1.893	53.130	124.294
Aplicações financeiras:				
Certificado de depósitos bancários (a)	-	-	11.121	973
Fundos de investimento (b)	52.683	278.632	515.811	687.159
Operações compromissadas em debêntures (a)	166.710	-	518.982	15.985
Total de caixa e equivalentes de caixa	219.649	280.525	1.099.044	828.411

(a) Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas, e são remunerados a taxas médias equivalentes a 90,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, na data do balanço.

(b) Representa valores aplicados no Fundo Exclusivo da CPFL Renováveis, o qual foi constituído em setembro de 2012 e tem como característica aplicações pós-fixadas lastreadas no CDI, substancialmente em CDBs, títulos públicos federais, debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte e fundos de investimentos de baixo risco e alta liquidez. A taxa de remuneração deste fundo é 103,37% do CDI na data do balanço.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis (nota explicativa nº 26.1) e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Controladas	Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						30/06/2015	31/12/2014
Arvoredo (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,75% *	1.714	1.633
Macacos (k)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	101,19% *	4.011	-
Juremas (k)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	101,19% *	2.156	-
Costa Branca (k)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	101,19% *	2.759	-
Pedra Preta (k)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	101,19% *	2.687	-
Atlântica I (j)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	101,19% *	5.064	3.103
Atlânticas II (j)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	101,19% *	4.957	3.138
Atlânticas IV (j)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	101,19% *	5.251	3.138
Atlânticas V (j)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	101,19% *	5.169	3.139
Barra da Paciência (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,75% *	2.786	2.654
Bio Alvorada (i)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	101,19% *	3.645	3.349
Bio Coopcana (i)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	101,19% *	3.829	3.499
Bio Formosa (e)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,75% *	1.287	1.211
Bio Pedra (e)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	101,19% *	1.291	-
Bio Pedra (e)	Itaú	CDB/Op. Compromissada	Diversos	DI	93,41%	2.410	3.835
Bons Ventos (b)	BNB	LFTs	Indefinido	Diversos	99,00% *	39.871	37.665
Campo dos Ventos II (h)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	101,19% *	3.927	3.645
Cocais Grandes (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,75% *	1.223	1.165
Corrente Grande (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,75% *	1.962	1.869
Desa Eólicas (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	101,19% *	101.355	65.025
Desa Eurus I (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	101,19% *	2.901	2.711
Desa Eurus III (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	101,19% *	3.398	3.175
Figueirópolis (n)	Banco do Brasil	CDB	Diversos	DI	94,00%	154	2.642
Ludesa Energética (m)	Santander	Fundo Títulos Públicos	Indefinido	Diversos	102,63% *	3.591	3.423
Morro dos Ventos I (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	101,19% *	4.483	4.269
Morro dos Ventos III (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	101,19% *	4.526	4.311
Morro dos Ventos IV (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	101,19% *	4.228	4.027
Morro dos Ventos IX (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	101,19% *	4.790	4.563
Morro dos Ventos VI (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	101,19% *	3.582	3.411
Ninho da Águia (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,75% *	1.324	1.261
Novo Horizonte (k)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,75% *	2.708	2.579
Paioi Energia (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,75% *	2.798	2.665
PCH Holding (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,75% *	15.430	14.697
Rosa dos Ventos (g)	BNB	CDB	ago/28	DI	99,00%	4.061	3.839
Salto Góes (f)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,75% *	3.269	2.960
Santa Luzia (d)	Banco do Brasil	Fundo aberto	Indefinido	Diversos	91,38% *	7.355	7.050
São Gonçalo (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,75% *	1.522	1.450
SIIF Energies (c)	BNB	Fundo aberto e CDB	Indefinido	Diversos	97,71% *	41.211	38.948
Varginha (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,75% *	1.142	1.088
Varzea Alegre (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,75% *	1.039	990
Bio Ester (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,75% *	2.679	-
Total						313.545	248.127

(*) Remuneração na data base, tendo como referência o Depósito Interbancário - DI.

- Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas. De acordo com os contratos de financiamento com o BNDES, 80% do faturamento de venda de energia é destinado às contas de reservas até a total integralização da garantia do empréstimo, a qual deve corresponder a três meses de serviço de dívida. Em 30 de junho de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- Referem-se a contas reservas constituídas por Letras Financeiras do Tesouro, nas controladas, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e NIB - Nordic Investment Bank e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo. Em 30 de junho de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas das empresas controladas pela SIIF Énergies, de acordo com os contratos de financiamento firmados com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e deverão ser mantidas até a amortização dos empréstimos dessas empresas. Em 30 de junho de 2015, a garantia estava 100% integralizada.

- d) Referem-se a contas reservas constituídas na controlada Santa Luzia, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o Banco do Brasil S.A. e o BNDES, que devem corresponder a três meses de serviço da dívida e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessa empresa. Em 30 de junho de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- e) Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas diretas Bio Formosa e Bio Pedra. De acordo com o contrato com o BNDES, o faturamento de venda de energia é destinado às contas de reserva até a total integralização da garantia, a qual deve corresponder a três vezes o último serviço da dívida. Em 30 de junho de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- f) Refere-se a conta reserva constituída na controlada Salto Góes, de acordo com o contrato de financiamento com o BNDES, o faturamento de venda de energia é destinado às contas de reserva até a total integralização da garantia, a qual deve corresponder a três vezes o último serviço da dívida mais três vezes o próximo serviço da dívida vincendo. Em 30 de junho de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- g) Refere-se a conta reserva constituída na controlada Rosa dos Ventos, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., a qual deve corresponder a seis vezes ao último serviço da dívida e deverá ser mantida até a amortização do empréstimo. Em 30 de junho de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- h) Refere-se a conta reserva do Serviço da Dívida e de O&M constituída na controlada Campo dos Ventos II, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES, que devem corresponder a três vezes ao último serviço da dívida e três vezes a maior prestação mensal do contrato de O&M e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessa empresa. Em 30 de junho de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- i) Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas diretas Bio Alvorada e Bio Coopcana que de acordo com o contrato com o BNDES devem corresponder a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessas empresas. Em 30 de junho de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- j) Refere-se a conta reserva do Serviço da Dívida e de O&M constituída nas controladas Atlântica I, II, IV e V, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES, que devem corresponder a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida e três vezes a maior prestação mensal do contrato de O&M e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessas empresas. Em 30 de junho de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- k) Refere-se conta reserva do Serviço da Dívida constituída na controlada Companhia Energética Novo Horizonte, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES, deve corresponder a três vezes o valor da última parcela vencida do serviço da dívida e deverá ser mantida até a amortização do empréstimo. Em 30 de junho de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- l) Refere-se a conta reserva de Serviço da Dívida e de O&M constituídas nas controladas Desa Euris I e III, Desa Morro dos Ventos I, III, IV, VI, IX, Macos, Juremas, Pedra Preta e Costa Branca e Conta Reserva Especial constituída na Desa Eólicas, que de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES deve corresponder a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida e 50% do valor da prestação semestral do contrato de O&M. Adicionalmente, a controlada direta DESA Eólicas S.A. deverá manter uma conta reserva especial, destinada a receber a totalidade dos recursos excedentes advindos da conta centralizadora de sua controlada, até que seu saldo seja equivalente ao somatório do saldo integral mínimo de três vezes a última prestação vencida do serviço da dívida de toda a sua controlada, até o final do contrato de financiamento. Em 30 de junho de 2015, a garantia estava 100% integralizada.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

- m) Refere-se conta reserva do Serviço da Dívida e de O&M constituída na controlada Ludes Energética S.A., de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES que deve corresponder a soma das últimas três prestações vencidas de principal e juros e a soma dos três últimos pagamentos mensais do contrato de O&M e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessa empresa. Em 30 de junho de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- n) Refere-se conta reserva do Serviço da Dívida constituída na controlada Companhia Hidroelétrica Figueirópolis, que de acordo com o contrato de financiamento firmado com o Banco do Brasil, deve corresponder a soma das três parcelas vincendas de principal e juros do contrato de financiamento, e deverá ser mantida até a amortização do empréstimo. Em 30 de junho de 2015, a garantia estava 100% integralizada.

Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reservas são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são designados como empréstimos e recebíveis e mensurados pelo custo amortizado.

Os saldos das contas de reservas destinados as garantias dos empréstimos e financiamentos são apresentados por instituição financeira no quadro abaixo:

Instituição Financeira	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
BNDES	220.894	182.403
BNB	77.077	55.463
NIB	8.065	7.619
Banco do Brasil	7.509	2.642
Total	313.545	248.127

6.1. Aplicações financeiras

SPE	Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						30/06/2015	31/12/2014
Bons Ventos	BNB	Fundo aberto	indeterminado	Diversos	79,59%	31.733	4.888
						31.733	4.888

Representam o valor aplicado no Fundo Aberto BNB FI Curto Prazo. O fundo tem como característica aplicações em títulos federais e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Este fundo é remunerado a taxa média equivalente a 79,59% do CDI na data do balanço.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

6.2. Títulos e valores mobiliários

SPE	Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						30/06/2015	31/12/2014
SIIF Energies (a)	BNB	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	324	321
Bons Ventos (b)	Sulamérica	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	10	10
Bons Ventos (b)	Itaú	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	105	105
						<u>439</u>	<u>436</u>

- (a) A controlada direta SIIF Energies possui títulos e valores mobiliários com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB no montante de R\$324, remunerados pela TR, referentes a títulos de capitalização com prazo de vencimento superior a 90 dias, de alta liquidez, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.
- (b) A controlada indireta Bons Ventos possui títulos e valores mobiliários com a Sulamerica S.A. e Banco Itaú no montante de R\$115, remunerados pela TR, referentes a títulos de capitalização com prazos de vencimento superiores a 90 dias, de alta liquidez, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 referem-se a contas a receber de concessionárias e permissionárias de energia, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Concessionárias e permissionárias	30.549	33.172	170.643	234.964
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(106)	(106)	(1.595)	(1.629)
Total	<u>30.443</u>	<u>33.066</u>	<u>169.048</u>	<u>233.335</u>

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
CCEAR (*)	-	-	21.241	40.645
CER (**)	-	-	28.166	38.330
Mercado Livre	30.549	33.172	39.833	45.086
Proinfa	-	-	81.403	110.903
Total	<u>30.549</u>	<u>33.172</u>	<u>170.643</u>	<u>234.964</u>

(*) Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

(**) Contrato de Energia de Reserva

Composição por vencimento do contas a receber:

	Controladora		Consolidado
	Total		Total
Vencidos		Vencidos	
0 - 15 dias	-	0 - 15 dias	2.082
16 - 30 dias	-	16 - 30 dias	562
31 - 45 dias	91	31 - 45 dias	200
Acima de 45 dias	169	Acima de 45 dias	2.846
	<u>260</u>		<u>5.690</u>
A vencer		A vencer	
0 - 15 dias	3.345	0 - 15 dias	83.380
16 - 30 dias	26.943	16 - 30 dias	30.854
31 - 45 dias	-	31 - 45 dias	15.206
Acima de 45 dias	-	Acima de 45 dias	35.513
	<u>30.288</u>		<u>164.953</u>
Total	<u>30.549</u>	Total	<u>170.643</u>
PCLD	(106)	PCLD	(1.595)
Total	<u>30.443</u>	Total	<u>169.048</u>

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Em 30 de junho de 2015, o saldo de contas a receber de clientes, consolidado, inclui entre outros, valores devidos pelos seguintes agentes: (i) R\$81.403 (48% do total) pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS (Proinfa), (ii) R\$39.222 (23% do total) pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE (R\$28.166 de CER e R\$11.056 de mercado livre), (iii) R\$20.814 (12% do total) pelo Grupo CPFL (acionista controlador) e (iv) R\$ 29.204 (17% do total) por outras empresas.

A movimentação do saldo da provisão para crédito de liquidação duvidosa é como segue:

Controladora		
Saldo em 31/12/2014	Reversão	Saldo em 30/06/2015
(106)	-	(106)
Consolidado		
Saldo em 31/12/2014	Reversão	Saldo em 30/06/2015
(1.629)	34	(1.595)

No consolidado, foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$1.595 que refere-se, substancialmente, a débitos de agentes inadimplentes na liquidação financeira feita pela CCEE, relativa às transações realizadas no âmbito daquele mercado. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas quanto ao recebimento, a Companhia mantém tal provisão para perda.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 45 dias da data do faturamento.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Impostos de renda e contribuição social a compensar	258	259	32.831	36.216
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	4.100	5.270	26.744	22.208
COFINS	904	877	18.121	21.474
PIS	196	190	3.983	4.720
Outros	26	36	1.686	1.673
	<u>5.484</u>	<u>6.632</u>	<u>83.365</u>	<u>86.291</u>
Ativo circulante	5.484	6.632	71.875	70.875
Ativo não circulante	-	-	11.490	15.416
				34

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Total	5.484	6.632	83.365	86.291
-------	-------	-------	--------	--------

O saldo da rubrica “Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF” refere-se a retenções sobre aplicações financeiras gerado a partir das operações da Companhia e de suas controladas. Estas não dependem de decisões judiciais ou administrativas para sua realização, e conforme expectativa da administração será compensado com o pagamento do imposto devido.

Os saldos das rubricas “PIS” e “COFINS” a recuperar referem-se, basicamente, a créditos retidos de órgãos públicos sobre a venda de energia e sobre as aquisições do ativo imobilizado nas controladas diretas da SIIF Énergies.

9. OUTROS CRÉDITOS NÃO CIRCULANTES

<u>Não circulante</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Créditos a receber - consórcios (a)	44.245	44.245
Provisão para perda Baldin Bioenergia S.A. (a)	(13.838)	(13.838)
Ajuste a valor presente Baldin Bioenergia S.A. (a)	(19.795)	(19.795)
Contratos de pré-compra de energia (a)	32.193	30.138
Ativos por indenização (b)	13.950	13.950
Despesas Pagas Antecipadamente (c)	17.398	15.875
Outros créditos a receber	5.063	5.533
Total	<u>79.216</u>	<u>76.108</u>

(a) Baldin Bioenergia S.A.

Em 2008, a Companhia constituiu a SPE denominada CPFL Bioenergia S.A. com o objetivo de formar um consórcio para construir, operar e manter uma usina termelétrica movida a biomassa (bagaço de cana), com capacidade de geração de 45 MW. Esse consórcio foi firmado em conjunto com o Grupo Baldin, através da controlada Baldin Bioenergia S.A. (parte não relacionada), pelo prazo de 17 anos.

De acordo com os instrumentos jurídicos integrantes dessa transação, destacamos os seguintes: (i) a CPFL Bioenergia foi a responsável primária pelo financiamento da construção do empreendimento e em contrapartida a Baldin Bioenergia deveria reembolsar o valor correspondente a sua participação no consórcio (50%); e (ii) a CPFL Bioenergia realizou pré-pagamento à Baldin Bioenergia referente à entrega futura de energia a ser gerada pelo empreendimento (parcela do Grupo Baldin), pelo prazo de 15 anos da data de entrada em operação.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

A Administração da Baldin Bioenergia S.A. protocolou, em 25 de junho de 2012, pedido de recuperação judicial.

No dia 8 de março de 2013, ocorreu a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, entretanto, determinados credores interpuseram agravos de instrumento alegando que o Plano contemplaria ilegalidades e, em 25 de abril de 2013, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo decidiu conferir efeito suspensivo aos agravos interpostos, isto é, a decisão que homologou o Plano foi suspensa até a decisão final nos agravos.

Em agosto de 2013, o plano de recuperação judicial foi anulado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ("TJ/SP"), que determinou que um novo plano de recuperação deveria ser apresentado no prazo de 60 dias. A Administração da Baldin Bioenergia S.A. apresentou embargos de declaração contra a decisão do TJ/SP e entende que os mesmos suspendem os feitos dessa decisão, inclusive em relação ao prazo para apresentação de novo plano de recuperação. Consequentemente, a decisão do TJ/SP sobre os embargos apresentados e seus respectivos efeitos foram suspensos.

Em 3 de julho de 2014, os embargos de declaração apresentados contra a decisão do TJ/SP foram julgados e rejeitados, prevalecendo a anulação do plano de recuperação judicial e a determinação de apresentação de um novo plano de recuperação no prazo máximo de 60 dias (e deliberação em assembleia de credores no prazo de 90 dias), contados a partir da publicação da decisão que rejeitou os embargos. A Administração da Baldin apresentou o novo plano de recuperação judicial em 24 de setembro de 2014, o qual foi submetido para aprovação dos credores em 24 de outubro de 2014 na Assembleia Geral de Credores. O plano não foi aprovado nessa data devido à falta de quórum, portanto, foi convocada uma nova Assembleia Geral de Credores para 10 de novembro de 2014, na qual o novo plano de recuperação judicial foi aprovado. Em 22 de novembro de 2014 foi realizada a homologação do plano de recuperação judicial.

A opção escolhida (ainda não formalizada) pela CPFL Renováveis para o recebimento de seus créditos, é a subscrição dos mesmos em Debêntures, observada as seguintes condições, de acordo com o novo plano de recuperação judicial:

- Será constituída uma nova companhia, denominada "Nova Baldin Participações S.A.", que será a holding controladora do Novo Grupo Baldin e será a proprietária direta das ações da Baldin Bioenergia. A Nova Baldin emitirá, no prazo de até seis meses após a sua constituição, Debêntures, cujo valor limite de emissão será correspondente ao total dos créditos com garantia real e quirografários detidos pelos credores das Debêntures. Essas Debêntures serão garantidas pelas demais sociedades do Grupo Baldin.
- As Debêntures serão subscritas e integralizadas com os créditos com garantia real e quirografários dos credores que escolherem por essa opção.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

- As garantias reais constituídas no plano de recuperação judicial anterior ficam mantidas para esse novo plano de recuperação judicial. O preço de emissão de cada Debênture será de R\$1,00 para cada R\$1,00 de crédito e o vencimento será de 15 anos a contar da Homologação Judicial do Plano em 22 de novembro de 2014.
- Os credores das Debêntures receberão os valores correspondentes atualizados monetariamente pela TR, acrescidos de juros simples a razão de 12% ao ano. A atualização monetária (TR) será paga 4 parcelas anuais, com vencimento todo dia 30 dos meses de junho, julho, agosto e setembro de cada ano safra. Os juros incidentes sobre o valor principal serão acumulados, capitalizados, incorporados e pagos no vencimento das Debêntures.
- Em caso de inadimplência (no mínimo pagamento da atualização monetária - TR) da Nova Baldin, os créditos terão deságio (bônus de inadimplência) ao final de 15 anos de 90% sobre os juros e 30% sobre o valor do principal.

Em 30 de junho de 2015, a exposição total da Companhia relacionada às operações da Baldin Bioenergia S.A. compreende:

(i) O montante de R\$10.612 é composto da seguinte forma:

- (1) R\$36.871 de valor de principal, referente ao direito da controlada CPFL Bioenergia S.A. receber da Baldin Bioenergia S.A. os investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível (50% do investimento inicial).
- (2) R\$6.374 de encargos financeiros.
- (3) R\$1.000 de créditos a receber. A Companhia por meio de sua controlada Bio Energia adquiriu em 6 de novembro de 2014, Cessão de Créditos Sem Coobrigação, Direitos e Obrigações e Outras Avenças do Itaú Unibanco S.A., um dos credores do plano de recuperação judicial. O valor de crédito cedido foi de R\$26.100, que descontado a valor presente resultou no montante desembolsado de R\$1.000.
- (4) (R\$13.838) de provisão para perdas no saldo a receber. A Administração da Companhia, com base nas informações disponíveis sobre a situação financeira e operacional da Baldin Bioenergia S.A., mantém provisão para cobrir potenciais perdas no saldo a receber da Baldin Bioenergia S.A. em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a qual julga suficiente para cobrir riscos na realização desse saldo.
- (5) (R\$19.795) de ajuste a valor presente. Em decorrência da aprovação do novo plano de recuperação judicial e da expectativa de recebimento, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou ajuste a valor presente dos créditos a receber, líquidos da provisão para perdas.

(ii) O montante de R\$32.193, refere-se ao contrato de pré-compra de energia, para o qual não foi registrada provisão para perda, tendo em vista que a usina termelétrica de cogeração está operando normalmente. A realização desse saldo ocorre através do

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

fornecimento mensal de bagaço de cana pelo Grupo Baldin, utilizado para geração de energia, que é entregue a CPFL Bioenergia.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

O saldo de “Outros créditos a receber - não circulante” inclui o montante de R\$1.981 a receber, decorrente de pagamento à CCEE de garantia física em nome da Baldin Bioenergia S.A., tendo em vista a expectativa do não recebimento deste montante, em 31 de dezembro de 2014 foi constituída provisão para perda de 100% desse montante, correspondente a parcela a receber a da Baldin Bioenergia S.A.

Adicionalmente, a Companhia possui registrado no ativo imobilizado e intangível o montante de R\$39.258, referente ao custo incorrido na construção da usina termelétrica de cogeração. Com base em seus procedimentos de avaliação quanto a recuperabilidade de seus ativos, a Companhia não identificou a necessidade de registro de provisão relativa a perda na realização de seu ativo imobilizado. Adicionalmente, a usina termelétrica de cogeração está operando normalmente e gerando energia.

- (b) O montante de R\$13.950 refere-se à indenização decorrente da avaliação a valor justo de passivos contingentes identificados na combinação de negócios, conforme condições determinadas no contrato de compra e venda da Jantus. A Companhia tem garantia de reembolso por parte dos vendedores da Jantus sobre determinadas contingências, caso estas sejam materializadas dentro do período contratual. Esses valores têm como contrapartida provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 20).

Em 30 de junho de 2014, a controlada Bons Ventos efetuou baixa do montante a receber de R\$10.000 referente a indenização decorrente da avaliação a valor justo de passivos contingentes identificados na combinação de negócios, em decorrência da expiração do prazo de dois anos para indenização conforme determinado no contrato de compra e venda desta controlada. Adicionalmente, os respectivos passivos contingentes foram analisados pelos assessores jurídicos da controlada Bons Ventos e sua expectativa de perda foi considerada como remota, sendo efetuada a baixa correspondente.

- (c) Do montante de R\$17.398: (i) R\$5.620 refere-se a parcela de longo prazo de pagamentos antecipados de encargos feitos à Eletrobras das controladas da Companhia que possuem contratos do PROINFA, vinculados ao REIDI - Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infraestrutura, e que está sendo alocada ao resultado como redutora da receita pelo período remanescente dos contratos de venda de energia dessas controladas, dentro da rubrica de “Outros créditos - circulante”, está contabilizada a parcela de curto prazo de mesma natureza, no montante de R\$535; (ii) R\$5.313 refere-se ao reconhecimento de reembolso de compra de energia, pelo não cumprimento dos prazos acordados pelo fornecedor de aerogerador e que será apropriado ao resultado nos próximos 3 anos; e (iii) R\$6.465 refere-se a compra de matéria prima pela controlada Bio Ester para a melhoria da geração de energia. Esse montante será reembolsado pelo consorciado desse projeto durante o exercício de 2015.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

10. PARTES RELACIONADAS

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	30/06/2014
Ativo						
Circulante:						
Caixa e equivalentes de caixa (nota nº 5)						
Banco Bradesco	52.864	278.860	-	-	3.407	14.762
	52.864	278.860	-	-	3.407	14.762
Contas a receber de clientes (nota nº 7)						
Atlântica I	-	-	-	-	-	4.389
Atlântica II	-	-	-	-	-	1.017
Atlântica IV	-	-	-	-	-	4.811
Atlântica V	-	-	-	-	736	1.613
Barra da Paciência	-	456	-	-	-	-
Bio Alvorada	3.500	-	-	-	27.496	2.259
Bio Coopcana	9.539	-	-	-	14.520	6.047
Bio Formosa	-	-	-	-	399	860
Corrente Grande	4.061	9.569	-	-	-	5.461
Costa Branca	-	-	-	-	285	-
Jayaditya	-	-	-	-	-	6.225
Juremas	-	-	-	-	548	4.320
Macacos	-	-	-	-	1.419	5.587
Mohini	-	-	-	-	-	49
Ninho da Águia	-	544	-	-	1.735	544
PaioI	9.162	15.748	-	-	-	9.009
Pedra Preta	-	-	-	-	294	-
Santa Luzia	-	-	-	-	-	453
São Gonçalo	-	1.735	-	-	-	-
Solar 1	-	65	-	-	-	-
Sul Centrais Elétricas	-	-	-	-	-	183
Várzea Alegre	-	4.529	-	-	-	2.579
	26.262	32.646	-	-	47.432	55.406

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Valores a receber de empresas ligadas (a)

Alto Irani	-	25	-	-	124	166
Arvoredo	-	729	-	-	106	142
Atlântica I	-	14	-	-	140	43
Atlântica II	18	11	-	-	133	32
Atlântica IV	-	21	-	-	178	32
Atlântica V	18	11	-	-	133	32
Barra da Paciência	-	313	-	-	124	166
Bio Alvorada	-	-	-	-	-	598
Bioenergia	18	11	-	-	53	95
Bons Ventos	-	137	-	-	865	590
Campos dos Ventos I	-	-	-	-	32	59
Campos dos Ventos II	-	14	-	-	129	73
Campos dos Ventos III	459	88	-	-	-	59
Campos dos Ventos IV	-	-	-	-	32	-
Campos dos Ventos V	-	-	-	-	32	59
Chimay	-	84	-	-	425	568
Cocais Grande	-	32	-	-	159	213
Corrente Grande	-	219	-	-	106	142
Costa Branca	-	103	-	-	129	36
Dobrevê	38	-	-	-	18	-
Eólica Formosa	144	53	-	-	295	328
Eólica Icaraizinho	-	74	-	-	372	497
Eólica Paracuru	25	14	-	-	191	198
Eurus I	83	-	-	-	167	-
Eurus III	83	-	-	-	169	-
Eurus VI	83	-	-	-	155	-
Jayaditya	-	46	-	-	230	308
Juremas	83	14	-	-	219	36
Macacos	83	14	-	-	219	36
Mata Velha	352	-	-	-	-	-
Morro dos Ventos I	83	-	-	-	199	-
Morro dos Ventos II	199	-	-	-	152	-
Morro dos Ventos III	83	-	-	-	199	-
Morro dos Ventos IV	155	-	-	-	197	-
Morro dos Ventos IX	83	-	-	-	231	-
Morro dos Ventos VI	83	-	-	-	165	-
Mohini	-	49	-	-	248	332
Ninho da Águia	54	200	-	-	159	213
PaioI	-	699	-	-	159	213
Pedra Cheirosa I	126	25	-	-	-	-
Pedra Preta	-	14	-	-	219	36
Plano Alto	-	89	-	-	106	202
Rosa dos Ventos	-	88	-	-	335	281
Salto Goês	-	21	-	-	106	142
Santa Clara I	-	35	-	-	266	203
Santa Clara II	-	25	-	-	254	123
Santa Clara III	-	28	-	-	251	133
Santa Clara IV	-	14	-	-	219	-
Santa Clara V	-	14	-	-	219	-
Santa Clara VI	-	14	-	-	219	-
Santa Luzia	36	46	-	-	138	-
Santa Mônica	-	-	-	-	-	63
Santa Ursula	-	-	-	-	-	63
Santo Dimas	-	-	-	-	-	63
São Benedito	-	-	-	-	-	63
São Domingos	298	76	-	-	-	63
São Gonçalo	-	42	-	-	212	284
São Martinho	286	76	-	-	-	421
Siif Cinco	-	105	-	-	374	427
Sul Centrais	-	56	-	-	283	450
Varginha	36	169	-	-	106	142
Várzea Alegre	-	11	-	-	53	71
	3.009	3.923	-	-	10.004	8.496
Total	82.135	315.429	-	-	60.843	78.664

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	30/06/2014
Não circulante:						
Mútuos:						
Sul Centrais (b)	2.727	4.222	-	-	130	148
Campos dos Ventos II (d)	-	-	-	-	-	360
Bio Formosa (d)	-	-	-	-	-	316
Bio Alvorada (d)	-	-	-	-	-	631
Bio Coopcana (d)	-	-	-	-	-	77
Lacenas (d)	-	-	-	-	-	21
Sócios não controladores (d)	4.708	4.308	-	-	400	516
	<u>7.435</u>	<u>8.530</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>530</u>	<u>2.069</u>
Aplicações Vinculadas						
Bradesco	-	-	-	-	-	83
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>83</u>
Total	<u>7.435</u>	<u>8.530</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>530</u>	<u>2.152</u>

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	30/06/2014
Passivo						
Circulante:						
Mútuos:						
Alto Irani (d)	-	-	4.627	2.980	(154)	-
Arvoredo (d)	-	-	6.129	6.776	(251)	(219)
Barra da Paciência (d)	-	-	3.402	3.276	(125)	(106)
Bio Buriti (d)	-	-	4.634	11.507	(168)	-
Bio Formosa (d)	-	-	3.094	-	(36)	-
Bio Ipê (d)	-	-	12.939	11.594	(396)	-
Bio Pedra (d)	-	-	28.353	21.304	(889)	-
Campo dos Ventos I (d)	-	-	1.579	8.570	(69)	-
Campo dos Ventos III (d)	-	-	-	7.220	(24)	-
Campo dos Ventos V (d)	-	-	1.908	8.882	(81)	-
Chimay (d)	-	-	20.087	-	(214)	-
Cocais Grande (d)	-	-	4.550	4.382	(168)	(142)
Corrente Grande (d)	-	-	293	904	(28)	(29)
Eólica Formosa (d)	-	-	29.106	8.334	(915)	-
Eólica Icaraizinho (d)	-	-	49.797	39.354	(1.534)	-
Eólica Paracuru (d)	-	-	24.087	23.356	(857)	-
Eurus VI (d)	-	-	6.379	6.702	(133)	-
Jayaditya	-	-	4.125	-	(48)	-
Mohini (d)	-	-	19.099	-	(246)	-
Ninho da Águia (d)	-	-	9.284	10.134	(359)	(327)
PaioI (d)	-	-	2.059	3.781	(128)	(122)
Pedra Cheirosa I (d)	-	-	6.632	6.813	(245)	-
Pedra Cheirosa II (d)	-	-	6.657	6.471	(245)	-
Plano Alto (d)	-	-	3.855	2.675	(130)	-
Rosa dos Ventos (d)	-	-	636	6.855	(187)	-
Santa Clara I (d)	-	-	3.149	2.982	(35)	-
Santa Clara II (d)	-	-	16.836	14.898	(296)	-
Santa Clara III (d)	-	-	16.893	15.005	(489)	-
Santa Clara IV (d)	-	-	23.618	21.169	(641)	-
Santa Clara V (d)	-	-	22.160	4.555	(575)	-
Santa Clara VI (d)	-	-	25.126	22.256	(691)	-
Santa Mônica (d)	-	-	1.378	8.378	(62)	-
Santa Úrsula (d)	-	-	794	7.828	(50)	-
São Benedito (d)	-	-	953	7.979	(56)	-
São Domingos (d)	-	-	-	7.169	(13)	-
São Gonçalo (d)	-	-	4.114	3.962	(152)	(128)
SIIF Cinco (d)	-	-	1.768	5.125	(162)	-
SIIF Energies do Brasil (d)	-	-	322	405	(13)	(8)
Varginha (d)	-	-	2.210	3.231	(95)	(131)
Varzea Alegre (d)	-	-	1.916	1.845	(71)	(60)
Vento de Santo Dimas (d)	-	-	1.388	8.399	(73)	-
Vento de São Martinho (d)	-	-	-	7.149	(13)	-
Sub total	-	-	375.936	344.205	(11.117)	(1.272)
	-	-	375.936	344.205	(11.117)	(1.272)

Notas Explicativas**CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas****Fornecedores: (nota nº 14)**

Aiuruoca	-	-	1.059	-	-	-
Bitubitá I	-	-	-	-	-	(1)
Bitubitá II	-	-	-	-	-	(1)
Bitubitá III	-	-	-	-	-	(1)
Companhia Energética Novo Horizonte	-	-	7.537	-	(8.615)	-
Morro dos Ventos II	-	-	80	-	(163)	-
Plano Alto	-	-	-	315	-	(28)
Nect consultoria	-	-	175	166	(1.003)	(813)
Varginha	-	-	-	-	-	(179)
	-	-	8.851	481	(9.781)	(1.023)

Valores a pagar de empresas ligadas (e)

Campos dos Ventos III	-	-	54	-	-	-
Mata Velha	-	-	118	-	-	-
Pedra Cheirosa I	-	-	23	-	-	-
São Domingos	-	-	73	-	-	-
São Gonçalo	-	-	1.735	-	-	-
São Martinho	-	-	73	-	-	-
Solar 1	-	-	46	-	-	-
	-	-	2.122	-	-	-
	-	-	386.909	344.686	(20.898)	(2.295)

Total**Patrimônio líquido**

Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	1.305	1.292	(13)	(83)
	-	-	1.305	1.292	(13)	(83)

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	30/06/2014
Ativo						
Circulante:						
Caixa e equivalentes de caixa (nota nº 5)						
Banco Bradesco	523.707	702.548	-	-	36.116	40.252
	<u>523.707</u>	<u>702.548</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36.116</u>	<u>40.252</u>
Contas a receber de clientes (nota nº 7)						
CPFL Brasil	16.685	28.195	-	-	127.544	159.598
CPFL Geração	2.256	2.256	-	-	-	-
CPFL Paulista	645	471	-	-	2.209	2.103
CPFL Piratininga	1.156	1.218	-	-	5.682	4.531
Cia de Luz e Força	48	70	-	-	307	211
RGE Rio Grande Energia	25	15	-	-	112	100
	<u>20.815</u>	<u>32.225</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>135.854</u>	<u>166.543</u>
Total	<u>544.522</u>	<u>734.773</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>171.970</u>	<u>206.795</u>

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	30/06/2014
Não circulante:						
Aplicações financeiras vinculadas (nota nº 6)						
Banco Bradesco	40.886	36.255	-	-	2.286	1.663
	<u>40.886</u>	<u>36.255</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.286</u>	<u>1.663</u>
Mútuo:						
Sócios não controladores (c)	6.753	6.281	-	-	575	1.332
	<u>6.753</u>	<u>6.281</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>575</u>	<u>1.332</u>
Total	<u>47.639</u>	<u>42.536</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.861</u>	<u>2.995</u>

Passivo						
Circulante:						
Fornecedores: (nota nº 14)						
CPFL Brasil	-	-	-	3.669	1.366	(42.939)
CPFL Paulista	-	-	392	349	(2.140)	(1.749)
Nect consultoria	-	-	175	166	(1.003)	(813)
RGE Rio Grande Energia	-	-	5	5	(24)	(36)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>572</u>	<u>4.189</u>	<u>(1.801)</u>	<u>(45.537)</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>572</u>	<u>4.189</u>	<u>(1.801)</u>	<u>(45.537)</u>
Patrimônio líquido						
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	1.305	1.292	(13)	(83)
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.305</u>	<u>1.292</u>	<u>(13)</u>	<u>(83)</u>

- (a) Valores a receber de empresas ligadas: referem-se a rateios de despesas de operação e manutenção registradas na rubrica “Outros créditos” no ativo circulante. Parte do pessoal da CPFL Renováveis é alocada para a operação e manutenção das usinas e o valor é cobrado das controladas por meio de rateio de despesas.
- (b) Mútuo realizado entre a CPFL Renováveis e a controlada indireta CPFL Sul Centrais, com prazo de vencimento em 30 de novembro de 2020 e taxa de juros de 8% ao ano para a quitação antecipada de empréstimo com o BNDES.
- (c) A controladora e um sócio não controlador celebraram contratos de mútuo, visando à concessão de financiamento, para que o acionista não controlador pudesse integralizar sua parcela de capital subscrito nas SPEs (em decorrência dos aumentos de capital pela CPFL Renováveis), evitando que sua participação acionária fosse diluída. Os contratos foram assinados em 2012 e renovados a cada ano, até 2014. Em 2015 foi realizado um novo contrato que estabelece que a liquidação deverá ocorrer

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

na data que a SPE distribuir lucro a seus acionistas. A remuneração é de 8% ao ano mais atualização monetária pelo IGP-M.

- (d) Referem-se a contratos de mútuo com a controladora CPFL Renováveis, com vencimentos até maio de 2017 e remuneração de TJLP+2% ao ano, para capital de giro.
- (e) Refere-se a valor de rateio de O&M para o ano de 2015 adiantado pelas SPE's.

10.1. Informações financeiras das controladas

Conforme o disposto na letra “b” do item 37 do pronunciamento técnico CPC 18, demonstramos abaixo as informações financeiras resumidas das controladas:

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Empresa	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido		Receita Líquida		Lucro (Prejuízo)	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Aiamoca	15.324	14.828	1	2	15.323	14.826	-	-	(3)	(16)
Ako Itami	64.279	62.500	30.975	32.403	33.304	30.097	8.010	10.394	5.496	6.838
Arvoredo	89.877	93.654	34.274	37.160	55.603	56.493	6.821	7.858	(560)	2.570
Atlântica I	134.906	137.138	83.380	87.705	51.527	49.433	8.329	8.214	2.094	(3.923)
Atlântica II	136.059	136.219	84.746	86.767	51.314	49.452	7.947	6.349	1.861	(3.875)
Atlântica IV	145.423	145.140	86.161	87.555	59.262	57.585	7.996	7.740	1.678	(6.863)
Atlântica V	171.538	164.844	103.522	98.107	68.016	66.736	9.004	8.373	1.280	(2.249)
Baixa Verde	235	254	2	0	233	254	-	-	(21)	(11)
Barra da Paciência	122.088	127.609	61.621	65.720	60.467	61.888	13.352	13.316	2.227	5.814
Bio Alvorada	211.521	212.327	99.092	97.729	112.829	114.599	41.379	30.757	(1.770)	(5.482)
Bio Bariti	137.382	141.363	2.385	2.922	134.997	138.441	17.060	15.069	(1.764)	820
Bio Coopcana	178.020	168.846	123.530	110.344	54.489	58.502	24.702	27.393	(4.012)	(8.510)
Bio Formosa	124.186	130.432	37.126	42.510	87.060	87.922	8.150	593	(863)	(5.254)
Bio Ipê	40.232	36.229	11.112	7.714	29.120	28.515	13.390	6.947	2.879	1.717
Bio Pedra	205.305	209.350	16.689	357	188.616	208.992	7.623	11.987	(16.356)	5.372
Bioenergia	87.958	85.115	57.988	55.876	29.970	29.239	9.832	9.350	730	2.678
Boa Vista 2	16.941	3.045	3	86	16.937	2.959	-	-	(182)	(190)
Bonanza	2.147	2.147	396	-	1.751	1.751	-	-	-	-
Bons Ventos	815.514	803.181	403.885	485.354	331.628	317.827	66.938	58.141	13.802	5.868
BVP	375.353	363.087	47.689	8.392	327.664	354.695	-	-	12.257	-
Cachoeira Grande	6.635	6.676	1	27	6.634	6.649	-	-	3	40
Cajueiro	499	501	2	0	497	501	-	-	(4)	1
Campos dos Ventos I	15.333	15.344	1.879	1.937	13.454	13.406	-	-	137	36
Campos dos Ventos II	146.615	149.164	101.761	100.829	44.854	48.335	7.129	8.949	(1.371)	2.490
Campos dos Ventos III	22.980	15.025	9.598	1.522	13.382	13.503	-	-	(27)	(24)
Campos dos Ventos IV	102	125	115	104	(13)	21	-	-	(34)	(1)
Campos dos Ventos V	56.656	15.395	44.017	2.595	12.639	12.800	-	-	105	46
Cherobim	1.760	194	-	1.567	1.760	1.760	-	-	-	-
Chimay	143.896	134.227	16.482	20.304	127.414	113.923	27.312	28.734	14.070	17.389
Cocais Grande	49.186	49.911	25.590	26.307	23.596	23.603	2.704	3.789	(8)	931
Comercializadora de Energia	13	13	-	-	13	13	-	-	-	-
Companhia Energética Novo Horizonte	155.111	150.794	50.001	51.278	105.110	99.516	20.557	-	8.284	-
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis	139.840	139.630	48.542	45.352	91.298	94.278	7.846	-	865	-
Corentem Grande	88.816	97.109	44.905	52.223	43.911	44.886	7.592	7.962	(975)	(3.589)
Costa Branca	116.527	102.590	86.370	74.119	30.157	28.471	7.855	2.056	1.685	(95)
Costa das Dunas	915	900	3	-	912	900	-	-	13	12
Curral Velho I	9	2	174	-	(165)	2	-	-	(24)	(2)
Curral Velho II	18	28	15	1	3	27	-	-	(4)	15
Curral Velho IV	18	5	115	-	(97)	5	-	-	(4)	16
Distância	2.539	2.539	0	-	2.539	2.539	-	-	-	-
Dobrevê	885.834	852.807	135.130	146.975	750.704	705.833	-	-	62	-
Eólicas	451.269	429.122	115.292	72.506	335.978	356.616	-	-	(7.627)	-
Eólica Formosa	444.810	450.447	332.305	318.327	112.505	132.120	32.860	28.759	832	(2.407)
Eólica Holding	140.964	134.634	5.680	426	135.284	134.208	-	-	7.422	4.535
Eólica Itaracizinho	287.872	288.072	201.760	188.760	86.112	99.312	23.237	20.332	4.905	2.879
Eólica Paracuru	120.840	113.048	89.589	74.723	31.251	38.325	12.165	10.684	4.054	2.755
Eurus I	111.615	117.730	72.353	70.861	39.262	46.869	5.122	-	(2.608)	-
Eurus III	111.404	118.194	83.154	82.644	28.250	35.550	6.815	-	(1.629)	-
Eurus V	109	112	115	97	(5)	15	-	-	(21)	(1)
Eurus VI	38.726	38.643	1.950	1.240	36.775	37.403	1.651	1.906	281	746
Faro de Touros	332	331	0	-	332	331	-	-	1	4
Figueira Branca	139	142	-	-	139	142	-	-	(4)	(41)
Gamaeleia	1.091	1.081	2	1	1.089	1.080	-	-	9	(40)
Jayaditya	42.443	38.480	18.636	20.111	23.807	18.369	15.761	18.920	5.438	(30.354)
Juremas	77.288	71.932	58.292	54.227	18.996	17.706	5.974	5.681	1.850	422
Lacenas	114.522	116.045	59.162	60.820	55.359	55.225	13.880	13.001	933	5.153
Laranjinha	738	738	132	132	606	606	-	-	-	-
Ludea	151.714	142.112	34.211	29.538	117.503	112.575	13.279	-	5.562	-
Macacos	100.068	93.301	77.472	73.419	22.596	19.883	8.152	7.347	2.713	485
Mata Velha	160.145	103.427	132.016	1.688	28.128	101.739	-	-	(301)	-
Mohini	79.514	73.998	4.069	8.270	75.445	65.728	23.842	23.650	9.841	14.193
Morro do Vento	785	785	0	-	785	785	-	-	-	-
Morro dos Ventos I	135.415	137.088	91.323	86.884	44.091	50.204	8.654	-	(599)	-
Morro dos Ventos II	154.069	86.503	76.236	49.990	77.833	36.513	4.627	-	1.567	-
Morro dos Ventos III	124.244	129.869	87.924	84.165	36.319	45.704	8.070	-	(995)	-
Morro dos Ventos IV	125.201	129.173	84.715	78.689	40.486	50.484	7.489	-	(1.263)	-
Morro dos Ventos IX	139.830	143.830	95.791	89.664	44.038	54.167	7.521	-	(2.070)	-
Morro dos Ventos VI	129.781	134.201	72.705	67.086	57.076	67.116	6.859	-	(1.244)	-
Navegantes	15	2	78	45	(63)	(43)	-	-	(19)	(11)
Ninho da Água	70.130	73.099	27.820	29.168	42.310	43.931	6.510	5.449	(1.511)	1.122
Paioi	94.844	105.816	68.275	76.594	26.569	29.222	9.751	10.103	(2.653)	(5.926)
PCH Holding	434.016	437.596	342	443	433.674	437.153	-	-	(3.479)	5.225
PCH Holding 2	199.690	200.211	259.065	245.012	(59.375)	(44.801)	-	-	(14.574)	(7.105)
PCH Participações	908.593	910.893	247.511	226.483	661.082	684.410	-	-	3.910	(3.097)
Pedra Preta	99.691	92.666	76.792	71.197	22.899	21.468	7.890	2.119	2.933	423
Penedo	1.818	1.818	-	-	1.818	1.818	-	-	(0)	(0)
Plano Alto	46.025	45.359	30.953	25.417	15.072	19.942	5.114	7.873	3.327	5.135
Pedra Chetrosa I	11.872	11.574	312	67	11.560	11.506	-	-	137	46
Pedra Chetrosa II	10.876	10.682	235	54	10.641	10.628	-	-	176	37
Renacer Centrais Elétricas	584	584	0	-	584	584	-	-	-	-
Rio Claro	1.056	1.056	1.056	321	-	735	-	-	-	-
Rosa dos Ventos	62.856	68.731	33.637	34.946	29.219	33.785	6.848	6.793	2.152	2.736
Salto Góes	179.053	181.321	86.831	88.531	92.222	92.790	8.693	8.308	169	2.092
Santa Clara I	145.092	145.505	3.504	2.661	141.588	142.843	8.747	9.185	2.448	3.497
Santa Clara II	133.270	132.712	4.294	2.641	128.976	130.071	7.823	8.328	2.771	3.455
Santa Clara III	132.782	134.278	3.216	2.393	129.566	131.885	7.600	8.736	2.480	3.866
Santa Clara IV	140.287	139.163	5.794	3.928	134.493	135.235	7.646	8.247	2.826	3.664
Santa Clara V	138.603	138.343	4.155	2.374	134.447	135.969	7.356	8.872	2.473	4.260
Santa Clara VI	141.849	140.639	7.094	4.692	134.755	135.947	7.028	7.638	2.267	3.117
Santa Cruz	5.804	5.818	-	13	5.804	5.806	-	-	(1)	15
Santa Luzia	221.140	227.239	119.647	113.796	101.493	113.443	17.108	17.410	849	5.126
Santa Mônica	14.490	14.626	37	92	14.452	14.534	-	-	132	14
Santa Ursula	44.181	13.566	30.692	99	13.489	13.467	-	-	118	16
São Benedito	14.020	14.108	39	97	13.981	14.011	-	-	105	27
São Domingos	24.584	14.063	10.978	532	13.606	13.531	-	-	75	(7)
São Gonçalo	71.800	72.550	34.628	33.534	37.172	39.016	7.263	6.427	1.421	2.465
SIF Cinco	110.319	115.670	83.119	82.233	27.200	33.437	10.126	8.367	1.402	(394)
SIF Desenvolvimento	1.600	1.642	1.029	1.066	571	576	-	-	(5)	(997)
SIF Energias	351.489	363.859	33.512	15.929	317.977	347.930	-	-	10.042	1.524
Solar I	8.187	8.290	5.300	5.392	2.887	2.898	131	133	70	25
Sul Centrais Elétricas	26.525	27.314	10.946	12.453	15.579	14.861	4.390	4.017	718	1.096
T-15	716.408	729.808	400.322	456.872	316.086	272.937	-	-	18.180	(16.941)
Tombo	936	937	-	-	936	937	-	-	(0)	(0)
Turbina 16	277.237	18	277.221	-	15	18	-	-	(3)	(1)
Turbina 17	14	17	-	0	14	17	-	-	(3)	(1)
WF I Holding	430	333	-	-	430	333	-	-	-	-
WF Wind Holding V	170	179	3	6	167	173	-	-	-	-
WF Wind Holding VII	147	145	2	2	145	143	-	-	-	-
WF Wind Holding VIII	150	146	6	2	144	144	-	-	-	-
WF Wind Holding X	0	-	0	-	0	-	-	-	-	-
WF Wind Holding XI	0	-	0	-	0	-	-	-	-	-
Varinha - DESA	368	368	368	35	-	333	-	-	-	-
Varinha	53.293	55.617	24.751	26.157	28.542	29.460	4.374	6.924	(918)	3.192
Varzea Alegre	52.599	58.391	23.098	28.126	29.502	30.265	4.323	4.619	(763)	(1.355)
Ventos de Santo Dims	14.570	14.648	44	89	14.526	14.559	-	-	116	

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

10.2. Pagamentos baseados em ações

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de outubro de 2009, foi aprovado o Programa de 2009, com outorga de 1.114.938 opções de compra de ações. Em 9 de março de 2010, foi aprovado o Programa de 2010, com outorga de 1.220.791 opções de compra de ações. Em 1º de março de 2011, foi aprovado o Programa de 2011, com outorga de 2.350.000 opções de compra de ações, sendo que cada 5 (cinco) opções atribuem aos participantes à subscrição de 1 (uma) ação.

As opções somente poderiam ser exercidas pelos participantes do programa em caso de ocorrência de um dos dois eventos: (a) Oferta Pública Inicial (“IPO”) (primária ou secundária) para ações ordinárias; e (b) alienação, direta ou indireta, por qualquer acionista da Companhia, de número de ações representativas de 10% ou mais do capital social da Companhia, a terceiros adquirentes, antes da ocorrência de um IPO. Com a conclusão da Oferta Pública de Ações, ocorrida em 19 de agosto de 2013, os beneficiários passaram a poder exercer as opções em que o “vesting” já tinha ocorrido.

Os beneficiários do Plano de Opção de Ações poderão exercer suas opções dentro de até dez anos contados da respectiva outorga. O “vesting” das opções ocorre em quatro anos, com liberações de 25% a partir do primeiro aniversário, 50% a partir do segundo aniversário, 75% a partir do terceiro aniversário e 100% a partir do quarto aniversário.

As opções em aberto a serem exercidas ao final dos planos de 2009, 2010 e 2011 representa o montante de 496.223 ações.

Em 31 de maio de 2012, a Companhia agrupou suas ações na proporção 5 para 1. Para fins de apresentação, o quadro abaixo considera o agrupamento de ações.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

<u>Séries de opções</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Data de outorga</u>	<u>Valor justo na data da outorga</u> <u>R\$</u>	<u>Saldo Contabilizado</u>	<u>Preço da ação na data de exercício da opção</u>
Programa de 2009					
1ª Tranche	55.747	29/10/2009	1,83	102	R\$ 6,15 atualizado pelo IPCA desde 01/01/2009
2ª Tranche	45.026	29/10/2009	1,55	70	
3ª Tranche	27.873	29/10/2009	1,26	35	
4ª Tranche	27.873	29/10/2009	1,33	37	
	<u>156.519</u>			<u>244</u>	
Programa de 2010					
1ª Tranche	48.832	09/03/2010	2,87	140	R\$ 9,18 atualizado pelo IPCA desde 08/10/2009
2ª Tranche	32.554	09/03/2010	3,01	98	
3ª Tranche	32.554	09/03/2010	2,73	89	
4ª Tranche	32.554	09/03/2010	2,89	94	
	<u>146.494</u>			<u>421</u>	
Programa de 2011					
1ª Tranche	82.500	01/03/2011	1,93	159	R\$ 9,18 atualizado pelo IPCA desde 08/10/2009
2ª Tranche	82.500	01/03/2011	2,06	170	
3ª Tranche	82.500	01/03/2011	1,83	151	
4ª Tranche	82.500	01/03/2011	1,94	160	
	<u>330.000</u>			<u>640</u>	
Total	<u><u>633.013</u></u>			<u><u>1.305</u></u>	

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, foi provisionado o montante de R\$121 (R\$83 foi provisionado em 30 de junho 2014) na rubrica “Remuneração dos Administradores”.

Em 28 de fevereiro de 2014, alguns beneficiários exerceram suas opções de compra de ações da Companhia, com a realização de aumento do capital social, no montante de R\$551, e emissão de 61.304 novas ações (vide nota explicativa nº 21 (a)). Das novas ações emitidas 45.027 ações referem-se a 1ª e 2ª tranches do programa de 2009 e 16.277 ações referem-se a 1ª tranche do programa de 2010.

Em 26 de junho de 2014, determinado beneficiário exerceu sua opção de compra de ações da Companhia, com a realização de aumento do capital social, no montante de R\$355, e emissão de 42.882 novas ações (vide nota explicativa nº 21 (a)). As novas ações emitidas referem-se a todas as tranches do programa de 2009.

Em 30 de outubro de 2014, determinado beneficiário exerceu sua opção de compra de ações da Companhia, com a realização de aumento do capital social, no montante de R\$217, e emissão de 25.729 novas ações (vide nota explicativa nº 21 (a)). As novas ações emitidas referem-se a todas as tranches do programa de 2009.

Em 1º. de março de 2015, encerrou o prazo de “vesting” do último Programa de pagamento baseado em ações de 2011, aprovado pela Companhia, a partir desta data, não houve mais provisão de despesas na rubrica “Remuneração dos Administradores”.

10.3. Pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 alcançou o montante de R\$4.400 (R\$4.555 em 2014), como segue:

	Controladora/Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014
Benefícios de curto prazo a empregados		
Salários e honorários	2.327	2.116
Encargos sociais e benefícios	984	844
Remuneração variável:		
Pagamento baseado em ações	-	83
Participações nos lucros	949	-
Outros	140	1.512
Total	<u>4.400</u>	<u>4.555</u>

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada 27 de abril de 2015, foi autorizado o montante de R\$10.253, para a remuneração global anual da Administração da Companhia referente ao exercício de 2015.

A Companhia e suas controladas não têm nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia e suas controladas também não oferecem outros benefícios no desligamento de seus membros da Alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

11. INVESTIMENTOS

A composição é como segue:

	Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial:		
Pelo patrimônio líquido da controlada	4.188.555	4.163.553
Adiantamentos para futuro aumento de capital	235.456	123.290
Direito de exploração de atividade de geração - autorização incluindo os efeitos fiscais	1.758.944	1.800.846
Total do investimento	6.182.955	6.087.689

	Controladora	
	30/06/2015	30/06/2014
Composição da equivalência patrimonial:		
Equivalência patrimonial	36.956	6.216
Amortização de juros capitalizados	(682)	(682)
Amortização direito de autorização (i)	(62.741)	(46.936)
Impostos diferidos (i)	20.839	15.972
Subtotal	(41.902)	(30.964)
Total	(5.628)	(25.430)

(i) Apresentado líquido R\$41.902 (conforme nota nº11) - Direito de exploração, líquido dos impostos diferidos

Participações em empresas controladas diretas e indiretas:

Informações gerais:

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Controladas diretas	Quantidade (mil) de ações/quotas	Participação no capital %	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Resultado do período	Participação patrimônio líquido (passivo a descoberto)		Resultado de equivalência patrimonial	
					30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	30/06/2014
Alto Irani	1.510	100%	33.338	5.530	33.338	30.097	5.530	6.838
Atlântica I	125.404	100%	51.527	2.094	51.527	49.433	2.094	(3.924)
Atlântica II	118.568	100%	51.314	1.862	51.314	49.452	1.862	(3.874)
Atlântica IV	118.916	100%	59.262	1.677	59.262	57.585	1.677	(6.863)
Atlântica V	139.087	100%	68.016	1.280	68.016	66.736	1.280	(2.249)
Baixa Verde	54	95%	233	(21)	221	241	(20)	(10)
Bio Alvorada	41.020	100%	112.829	(1.770)	112.829	114.599	(1.770)	(5.482)
Bio Buri	144.825	100%	134.997	(1.764)	134.997	138.441	(1.764)	820
Bio Coopcana	35.891	100%	54.489	(4.013)	54.489	58.502	(4.013)	(8.510)
Bio Energia	46.288	100%	29.970	731	29.970	29.239	731	2.678
Bio Fomosa	126.910	100%	87.059	(863)	87.059	87.922	(863)	(5.254)
Bio Ipe	26.241	100%	30.060	2.879	30.060	29.484	2.879	1.717
Bio Pedra	204.972	100%	192.457	(16.356)	192.457	212.956	(16.356)	5.372
Boa Vista 1	892	0%	-	-	-	-	-	(1)
Boa Vista 2	2.938	100%	16.937	(182)	16.937	2.959	(182)	(190)
Cachoeira Grande	7.632	100%	6.634	3	6.634	6.649	3	40
Cajueiro	47	95%	497	(4)	472	476	(4)	1
Campos dos Ventos I	8.139	100%	13.454	137	13.454	13.406	137	36
Campos dos Ventos III	7.953	100%	13.382	(27)	13.382	13.503	(27)	(24)
Campos dos Ventos IV	64	100%	(13)	(34)	-	21	-	(2)
Campos dos Ventos V	7.845	100%	12.639	105	12.639	12.800	105	46
Costa das Dunas	61	90%	912	12	821	810	11	11
Dobrevê Energia	12.020.176	100%	682.866	62	682.866	637.995	62	-
Eólica Holding	14.082	100%	135.284	7.422	135.284	134.209	7.422	4.535
Eurus V	57	100%	(6)	(21)	-	15	-	(1)
Eurus VI	36.495	100%	37.132	282	37.132	37.772	282	746
Farol de Touros	54	90%	332	1	299	298	1	3
Figueira Branca	47	100%	138	(4)	138	142	(4)	(41)
Gamelheira	855	100%	1.089	9	1.089	1.080	9	(40)
Lacunas	43.455	100%	55.359	933	55.359	55.226	933	5.153
PCH Holding	436.180	100%	433.674	(3.479)	433.674	437.153	(3.479)	5.226
PCH Participações	67.153.569	41%	661.110	3.910	271.055	280.620	1.603	(1.270)
Pedra Cheliosa I	11.423	100%	11.560	137	11.556	11.503	137	-
Pedra Cheliosa II	10.466	100%	10.642	175	10.642	10.628	175	-
Penedo	2.000	100%	1.818	-	1.818	1.818	-	-
Plano Alto	1.337	100%	15.072	3.237	15.072	19.942	3.237	5.135
Rosa dos Ventos	40	100%	27.447	2.182	27.447	31.983	2.182	1.261
Salto Góes	74.919	100%	92.222	169	92.222	92.790	169	2.092
Santa Clara I	139.189	100%	145.283	2.448	145.283	146.656	2.448	3.497
Santa Clara II	136.697	100%	132.305	2.771	132.305	133.507	2.771	3.455
Santa Clara III	136.697	100%	132.438	2.480	132.438	134.850	2.480	3.866
Santa Clara IV	136.697	100%	136.761	2.826	136.761	137.578	2.826	3.664
Santa Clara V	136.697	100%	136.585	2.473	136.585	138.176	2.473	4.260
Santa Clara VI	136.697	100%	136.465	2.267	136.465	137.713	2.267	3.117
Santa Cruz	6.703	100%	5.805	(1)	5.805	5.806	(1)	15
Santa Mônica	8.163	100%	14.452	132	14.452	14.534	132	14
Santa Ursula	7.521	100%	13.489	118	13.489	13.467	118	16
São Benedito	7.620	100%	13.981	105	13.981	14.011	105	27
São Domingos	8.071	100%	13.606	75	13.606	13.531	75	(7)
SIIF Desenvolvimento	1.958	9%	576	(5)	53	53	-	(253)
SIIF Energies	327.895	100%	215.806	13.399	215.806	242.402	13.399	4.577
Solar	4	100%	2.887	70	2.887	2.898	70	25
T-15	9.969.135	100%	316.086	18.180	316.086	272.936	18.180	(16.941)
Tombo	1.239	100%	937	-	937	937	-	-
Turbina 16	34	100%	15	(3)	15	18	(3)	(1)
Turbina 17	27	100%	13	(3)	13	16	(3)	(1)
Ventos de Santo Dâmas	8.200	100%	14.526	116	14.526	14.559	116	24
Ventos de São Martinho	8.090	100%	11.531	111	11.531	11.420	111	2
Subtotal					4.188.555	4.163.553	51.603	13.331
Navegantes	308	95%	(63)	(19)	(56)	(38)	(18)	(10)
PCH Holding 2	4.977	100%	(59.375)	(14.574)	(59.375)	(44.801)	(14.574)	(7.105)
Campos dos Ventos IV	64	100%	(13)	(34)	(13)	-	(34)	-
Eurus V	57	100%	(6)	(21)	(6)	-	(21)	-
								-
					4.129.105	4.118.714	36.956	6.216

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Controladas indiretas	Quantidade (mil) de ações/quotas	Participação no capital %	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Resultado do período	Participação patrimônio líquido (passivo a descoberto)		Resultado de equivalência patrimonial	
					30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	30/06/2014
Alumoca	21.303	100%	15.323	(3)	15.323	14.826	(3)	(16)
Arvoredo	45.995	100%	55.603	(560)	55.603	56.493	(560)	2.570
Barra da Paciência	31.264	100%	60.467	2.227	60.467	61.888	2.227	5.814
Bitupitã I	-	0%	-	-	-	2	-	12
Bitupitã II	-	0%	-	-	-	27	-	13
Bitupitã III	-	0%	-	-	-	5	-	11
Bonanza	2.032	100%	1.751	(28)	1.751	1.751	(28)	-
Bons Ventos	233.067	100%	331.628	13.802	331.628	317.827	13.802	5.868
BVP	311.106	100%	327.664	12.257	327.664	354.695	12.257	5.277
Campos dos Ventos II	13.049	100%	44.854	(1.371)	44.854	48.335	(1.371)	2.490
Cherobim	1.010	11%	1.760	-	194	194	-	-
Chimay	85.538	100%	127.414	14.070	127.414	113.923	14.070	17.389
Cocais Grande	15.377	100%	23.596	(8)	23.596	23.603	(8)	931
Comercializadora de Energia	100	100%	13	(7)	13	13	(7)	-
Companhia Energética Novo Horizonte	96.536	100%	99.516	9.345	99.516	99.516	9.345	-
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis	34.559	100%	94.278	4.047	94.278	94.278	4.047	-
Corrente Grande	27.521	100%	43.911	(975)	43.911	44.886	(975)	(3.589)
Costa Branca	14.566	95%	30.157	1.685	28.649	27.047	1.601	(90)
Curra Velho I	164	100%	(165)	(24)	(165)	(141)	(24)	(2)
Curra Velho II	219	100%	3	(4)	3	(42)	(4)	15
Curra Velho IV	164	100%	(97)	(4)	(97)	(93)	(4)	16
Distância	2.522	100%	2.539	-	2.539	2.539	-	-
Eólica Formosa	92.900	100%	112.505	832	112.505	132.120	832	(2.407)
Eólica Icaraiçinho	57.930	100%	86.113	4.905	86.113	99.312	4.905	2.879
Eólica Paracuru	22.230	100%	31.251	4.054	31.251	38.325	4.054	2.755
Eólicas	255.648	100%	356.616	41.414	356.616	356.616	41.414	-
Eurus I	30.835	100%	46.869	1.178	46.869	46.869	1.178	-
Eurus III	22.184	100%	35.550	212	35.550	35.550	212	-
Jayaditya	17.691	100%	23.807	5.438	23.807	18.369	5.438	(30.354)
Juremas	14.075	95%	18.996	1.850	18.046	16.821	1.758	401
Laranjinha	1.017	100%	606	(9)	606	606	(9)	-
Ludesa	68.540	40%	112.575	6.040	45.030	45.030	2.416	-
Macacos	15.417	95%	22.596	2.713	21.466	18.889	2.577	461
Mata Velha	10.322	100%	101.739	(191)	101.739	101.739	(191)	-
Mohini	59.933	100%	75.445	9.841	75.445	65.728	9.841	14.193
Morro do Vento	1.200	100%	785	-	785	785	-	-
Morro dos Ventos I	42.635	100%	36.513	(80)	36.513	36.513	(80)	-
Morro dos Ventos II	3.916	100%	50.204	6.040	50.204	50.204	6.040	-
Morro dos Ventos III	36.703	100%	45.704	7.656	45.704	45.704	7.656	-
Morro dos Ventos IV	41.433	100%	50.484	7.231	50.484	50.484	7.231	-
Morro dos Ventos IX	45.666	100%	67.116	6.402	67.116	67.116	6.402	-
Morro dos Ventos VI	62.312	100%	54.167	7.137	54.167	54.167	7.137	-
Ninho da Águia	33.897	100%	42.310	(1.511)	42.310	43.931	(1.511)	1.122
Paol	27.428	100%	26.569	(2.653)	26.569	29.222	(2.653)	(5.926)
PCH Participações	67.153.569	59%	661.082	3.910	390.038	403.802	2.307	(1.827)
Pedra Preta	14.594	95%	22.899	2.933	21.754	20.395	2.786	402
Renascer Centrais Elétricas	1.500	100%	584	(1)	584	584	(1)	-
Rio Claro	371	6%	735	-	44	44	-	-
Santa Luzia	89.288	100%	101.493	849	101.493	113.443	849	5.126
São Gonçalo	28.734	100%	37.172	1.421	37.172	39.016	1.421	2.465
SIIF Cinco	24.030	100%	27.200	1.402	27.200	33.437	1.402	(894)
SIIF Desenvolvimento	1.958	91%	571	(5)	519	523	(5)	(907)
SUL Centrais Elétricas	14.183	100%	15.579	718	15.579	14.861	718	1.096
Varginha	20.692	100%	28.542	(918)	28.542	29.460	(918)	3.192
Varginha - DESA	1	6%	333	-	20	20	-	-
Varzea Alegre	24.644	100%	29.502	(763)	29.502	30.265	(763)	(1.355)
WF 1 Holding	9.903	100%	333	9.257	333	333	9.257	-
WF Wind Holding V	1.504	100%	173	11	173	173	11	-
WF Wind Holding VII	1.327	100%	143	9	143	143	9	-
WF Wind Holding VIII	1.504	100%	144	9	144	144	9	-

Movimentação dos investimentos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 - Controladora:

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	Saldo em 31/12/2014	Aumento / (Reduções) de capital	Amortização Capitalização de Juros	Transferência de Investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	Dividendos	Saldo em 30/06/2015
Alto Irani	30.097	-	-	-	5.530		(2.289)	33.338
Atlântica I	49.433	-	-	-	2.094		-	51.527
Atlântica II	49.452	-	-	-	1.862		-	51.314
Atlântica IV	57.585	-	-	-	1.677		-	59.262
Atlântica V	66.736	-	-	-	1.280		-	68.016
Baixa Verde	241	-	-	-	(20)		-	221
Bio Alvorada	114.599	-	-	-	(1.770)		-	112.829
Bio Buriti	138.441	-	-	-	(1.764)		(1.680)	134.997
Bio Coopcana	58.502	-	-	-	(4.013)		-	54.489
Bio Energia	29.239	-	-	-	731		-	29.970
Bio Formosa	87.922	-	-	-	(863)		-	87.059
Bio Ipe	29.484	-	(30)	-	2.879		(2.273)	30.060
Bio Pedra	212.956	-	(124)	-	(16.356)		(4.019)	192.457
Boa Vista 2	2.959	14.160	-	-	(182)		-	16.937
Cachoeira Grande	6.649	-	-	-	3		(18)	6.634
Cajueiro	476	-	-	-	(4)		-	472
Campos dos Ventos I	13.406	-	-	-	137		(89)	13.454
Campos dos Ventos III	13.503	-	-	-	(27)		(94)	13.382
Campos dos Ventos IV	21	-	-	(21)	-		-	-
Campos dos Ventos V	12.800	-	-	-	105		(266)	12.639
Costa das Dunas	810	-	-	-	11		-	821
Dobrevê Energia	637.995	44.809	-	-	62		-	682.866
Eólica Holding	134.209	-	-	-	7.422		(6.347)	135.284
Eurus V	15	-	-	(15)	-		-	-
Eurus VI	37.772	-	(12)	-	282		(910)	37.132
Farol de Touros	298	-	-	-	1		-	299
Figueira Branca	142	-	-	-	(4)		-	138
Gameleira	1.080	-	-	-	9		-	1.089
Lacenas	55.226	-	-	-	933		(800)	55.359
PCH Holding	437.153	-	-	-	(3.479)		-	433.674
PCH Participações	280.620	-	-	-	1.603		(11.168)	271.055
Pedra Cheirosa I	11.503	-	-	-	137		(84)	11.556
Pedra Cheirosa II	10.628	-	-	-	175		(161)	10.642
Penedo	1.818	-	-	-	-		-	1.818
Plano Alto	19.942	-	-	-	3.237		(8.107)	15.072
Rosa dos Ventos	31.983	-	-	-	2.182		(6.718)	27.447
Salto Góes	92.790	-	-	-	169		(737)	92.222
Santa Clara I	146.656	-	(119)	-	2.448		(3.702)	145.283
Santa Clara II	133.507	-	(107)	-	2.771		(3.866)	132.305
Santa Clara III	134.850	-	(93)	-	2.480		(4.799)	132.438
Santa Clara IV	137.578	-	(73)	-	2.826		(3.570)	136.761
Santa Clara V	138.176	100	(69)	-	2.473		(4.095)	136.585
Santa Clara VI	137.713	-	(55)	-	2.267		(3.460)	136.465
Santa Cruz	5.806	-	-	-	(1)		-	5.805
Santa Mônica	14.534	-	-	-	132		(214)	14.452
Santa Ursula	13.467	-	-	-	118		(96)	13.489
São Benedito	14.011	-	-	-	105		(135)	13.981
São Domingos	13.531	-	-	-	75		-	13.606
SIIF Desenvolvimento	53	-	-	-	-		-	53
SIIF Energies	242.402	-	-	-	13.399		(39.995)	215.806
Solar	2.898	-	-	-	70		(81)	2.887
T-15	272.936	24.970	-	-	18.180		-	316.086
Tombo	937	-	-	-	-		-	937
Turbina 16	18	-	-	-	(3)		-	15
Turbina 17	16	-	-	-	(3)		-	13
Ventos de Santo Dimas	14.559	-	-	-	116		(149)	14.526
Ventos de São Martinho	11.420	-	-	-	111		-	11.531
Subtotal do investimento	4.163.553	84.039	(682)	(36)	51.603	-	(109.922)	4.188.555
Navegantes (*)	(38)	-	-	-	(18)		-	(56)
PCH Holding 2 (*)	(44.801)	-	-	-	(14.574)		-	(59.375)
Campos dos Ventos IV (*)	-	-	-	21	(34)		-	(13)
Eurus V	-	-	-	15	(21)		-	(6)
Total do investimento	4.118.714	84.039	(682)	-	36.956	-	(109.922)	4.129.105

54

(*) Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Direitos de exploração líquido dos efeitos fiscais

Em 30 de junho de 2015, a Companhia possuía saldo de direito de exploração das seguintes SPEs:

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2014	Adição	Baixa	Saldo em 30/06/2015
Aiuruoca	22.399	-	-	22.399
Alto Irani	92.819	-	-	90.133
Arvoredo	18.561	-	-	18.064
Atlântica I	300	-	-	294
Atlântica II	300	-	-	294
Atlântica IV	300	-	-	294
Atlântica V	300	-	-	294
Baixa Verde	4.861	-	-	4.861
Barra da Paciência	24.713	-	-	24.713
Boa Vista 2	48.873	-	-	48.873
Cachoeira Grande	1.751	-	-	1.751
Cajueiro	6.600	-	-	6.600
Campos dos Ventos I	2.812	-	-	2.812
Campos dos Ventos II	5.350	-	-	5.264
Campos dos Ventos III	2.812	-	-	2.812
Campos dos Ventos IV	2.812	-	-	2.812
Campos dos Ventos V	2.812	-	-	2.812
Cocais Grande	14.278	-	-	13.542
Corrente Grande	15.330	-	-	15.330
Costa Branca	32.438	-	-	31.962
Costa das Dunas	1.802	-	-	1.802
Dobrevê Energia S.A.	458.696	-	-	448.472
Eólica Formosa	129.889	-	-	121.594
Eólica Icaraizinho	199.980	-	-	195.668
Eólica Paracuru	131.633	-	-	129.644
Eurus V	3.227	-	-	3.227
Eurus VI	793	-	-	773
Farol de Touros	2.282	-	-	2.282
Figueira Branca	1.608	-	-	1.608
Gameleira	2.144	-	-	2.144
Juremas	25.654	-	-	25.262
Lacenas	9.416	-	-	9.106
Macacos	33.607	-	-	33.093
Ninho da Águia	14.278	-	-	13.658
PaioI	28.555	-	-	26.947
Pedra Cheirosa I	25.594	-	-	25.594
Pedra Cheirosa II	23.036	-	-	23.036
Pedra Preta	33.612	-	-	33.098
Penedo	24.210	-	-	24.210
Plano Alto	71.995	-	-	69.995
Rosa dos Ventos	42.677	-	-	41.457
Salto Goes	33.864	-	-	33.202
Santa Clara I	4.834	-	-	4.754
Santa Clara II	4.834	-	-	4.754
Santa Clara III	4.834	-	-	4.754
Santa Clara IV	4.834	-	-	4.754
Santa Clara V	4.835	-	-	4.755
Santa Clara VI	4.834	-	-	4.754
Santa Cruz	850	-	-	850
Santa Mônica	5.963	-	-	5.963
Santa Ursula	5.963	-	-	5.963
São Benedito	5.963	-	-	5.963
São Domingos	5.963	-	-	5.963
São Gonçalo	15.707	-	-	14.761
SIIF Cinco	79.495	-	-	77.504
Tombo	17.493	-	-	17.493
Varginha	12.843	-	-	12.252
Várzea Alegre	10.702	-	-	9.993
Ventos de Santo Dimas	5.963	-	-	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	-	-	5.963
Total do direito de exploração, líquido impostos diferidos	1.800.846	-	-	1.758.944

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

O direito de exploração será amortizado pelo prazo remanescente das respectivas autorizações/concessões, a partir da entrada em operação dos empreendimentos.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos investimentos.

Incorporações

- a) Em 15 de outubro de 2014, os acionistas aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da SPE Boa Vista 1 Energia S.A. (“Boa Vista 1”) pela sua acionista minoritária PCH Holding S.A., nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e do Laudo de Avaliação, também aprovados na referida data. Como resultado da incorporação, a SPE Boa Vista 1 foi extinta, e o capital social da PCH Holding aumentou em R\$11, mediante a emissão de 10.767 novas ações ordinárias. Tendo em vista que a Companhia era a controladora da Boa Vista 1, as novas ações foram emitidas em nome da CPFL Renováveis em substituição as ações que possuía no capital social da incorporada.
- b) Em 15 de outubro de 2014, os sócios, aprovaram por meio de Reunião de Sócios, a incorporação das SPEs: Bitupita I Energia S.A., Bitupita II Energia S.A. e Bitupita III Energia S.A. (“SPEs Bitupitas”) pela sua acionista majoritária SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda. (“SIIF Desenvolvimento”), nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e do Laudo de Avaliação, também aprovados na referida data. Como resultado da incorporação, as SPEs Bitupitas foram extintas, não houve alteração no capital social da SIIF Desenvolvimento, nem tampouco alteração na sua estrutura acionária. Essa incorporação só foi registrada nos livros contábeis após o cumprimento de todas as exigências da Junta Comercial do Estado de São Paulo – Jucesp e do registro da respectiva Ata de Reunião de Sócios, ocorrida no dia 26 de fevereiro de 2015.

Transferência de contratos societários

- Reestruturação de empresas sobre controle comum, portanto, realizadas pelo valor de livros.

Em 28 de fevereiro de 2014, a CPFL Renováveis e a SIIF Énergies do Brasil Ltda. (“SIIF Énergies”) efetuaram aumento de capital na SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda. (“SIIF Desenvolvimento”), nos montantes de R\$1.169 e R\$469, respectivamente, utilizando o saldo de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC. Com esse aumento, a CPFL Renováveis, antes detentora de 99,99% do capital social da SIIF Desenvolvimento, passou a ter 86,93% do capital social e a SIIF Énergies passou a ter a participação de 13,07%. Após essa operação, a SIIF Énergies, efetuou um novo aumento de capital na SIIF Desenvolvimento, no montante de R\$30.533, referente aos saldos em aberto de mútuo a receber e compartilhamento de despesas a receber. Com esse aumento a SIIF Énergies passou a ser controladora da SIIF Desenvolvimento, detendo a participação de

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

90,84% do capital social e a CPFL Renováveis passou a deter a participação de 9,16% do capital social da SIIF Desenvolvimento. Considerando que a CPFL Renováveis é controladora da SIIF Énergies, com participação de 99,99% do capital social, a mesma passou a ser controladora indireta da SIIF Desenvolvimento.

Adiantamentos para futuros aumentos de capital - (a)

	Controladora	
	Ativo	
	30/06/2015	31/12/2014
Alto Irani	1.541	1.541
Atlântica II	87	87
Atlântica IV	3.357	1.875
Atlântica V	4.918	4.918
Bio Alvorada	2.861	-
Bio Coopcana	15.675	6.664
Bio Ipe	745	-
Boa Vista 2	-	25
Campos dos Ventos I	28	28
Campos dos Ventos III	6.529	86
Campos dos Ventos IV	11	-
CPFL Bioenergia	4.543	50
Curra Velho I	14	-
Curra Velho II	15	-
Curra Velho IV	15	-
Dobrevê Energia	16.561	-
Eólica Holding	859	25
Navegantes	76	45
PCH Holding 2	83.557	3.019
São Domingos	9.361	338
São Martinho	3.924	385
SIIF Desenvolvimento	1.002	995
T-15	78.240	103.209
Turbina 16	1.537	-
	<u>235.456</u>	<u>123.290</u>

- (a) Saldos referentes a aportes de capital a título de adiantamentos para futuros aumentos de capital em suas controladas. A Companhia pretende integralizá-los até 31 de dezembro de 2015.

Dividendos a receber

Em 30 de junho de 2015, a Companhia possuía saldo de dividendos declarados a receber das seguintes SPEs:

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	Controladora	
	Ativo	
	30/06/2015	31/12/2014
Alto Irani	20.778	22.388
Bio Formosa	3.793	3.793
Bio Ipe	2.074	-
Bio Pedra	119	-
Campos dos Ventos III	95	-
Campos dos Ventos IV	104	103
Campos dos Ventos V	-	268
Eólica Holding	4.760	-
Eurus V	97	97
Lacenas	14.315	15.675
PCH Participações	11.167	-
Pedra Cheirosa I	84	-
Pedra Cheirosa II	163	-
Plano Alto	24.170	18.963
Salto Góes	2.733	2.325
Santa Clara III	800	-
SIIF Energies	19.495	1.847
Solar	79	-
T-15	33.600	33.602
	<u>138.426</u>	<u>99.061</u>

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

12. IMOBILIZADO

	Controladora						
	Terrenos	Edificações, obras civis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2014	3.813	2.443	5.471	288	1.272	878	14.165
Custo histórico	3.813	2.906	6.567	407	1.515	878	16.086
Depreciação acumulada	-	(463)	(1.096)	(119)	(243)	-	(1.921)
Adições	-	-	-	-	-	2.254	2.254
Baixas	-	-	(203)	(154)	-	-	(357)
Transferências	-	-	-	108	-	(108)	-
Depreciação	-	(257)	(222)	(26)	(47)	-	(552)
Baixa da depreciação	-	-	18	66	-	-	84
Saldo em 30/06/2015	3.813	2.186	5.064	282	1.225	3.024	15.594
Custo histórico	3.813	2.906	6.394	361	1.515	3.024	17.983
Depreciação acumulada	-	(720)	(1.300)	(79)	(290)	-	(2.389)
Taxa média de depreciação - %	-	3 a 4	5 a 6	17 a 18	7 a 8		

	Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras (a)	Edificações, obras civis e benfeitoria (a)	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2014	123.596	742.419	704.501	4.646.409	611	4.065	262.225	6.483.826
Custo histórico	132.798	983.370	842.441	5.502.596	1.171	6.715	262.225	7.731.316
Depreciação acumulada	(9.202)	(240.951)	(137.940)	(856.187)	(560)	(2.650)	-	(1.247.490)
Adições	-	-	-	-	-	-	277.194	277.194
Baixas	-	-	-	-	(150)	-	-	(150)
Transferencias	881	(5.190)	(4.091)	44.239	95	(14)	(35.920)	-
Transferencias - Outros Ativos (*)	1.252	1	-	20.538	-	(185)	(16.188)	5.418
Transferencias unitização (**)	(100)	(32.424)	29.382	(496)	10	(106)	3.734	-
Transferencias unitização (***)	15	-	45.896	102.512	-	-	(148.423)	-
Provisão para perda – sinistro Bio Pedra (***)	-	-	-	(13.045)	-	-	-	(13.045)
Depreciação	(2.714)	(14.340)	(18.937)	(136.321)	(61)	(216)	-	(172.589)
Baixa da Depreciação	-	-	-	-	66	-	-	66
Provisão para perda – sinistro Bio Pedra – depreciação (***)	-	-	-	2.070	-	-	-	2.070
Saldo em 30/06/2015	122.930	690.466	756.751	4.665.905	571	3.544	342.622	6.582.789
Custo histórico	134.846	945.757	913.628	5.656.344	1.126	6.410	342.622	8.000.733
Depreciação acumulada	(11.916)	(255.291)	(156.877)	(990.438)	(555)	(2.866)	-	(1.417.943)
TAXA MÉDIA DEPRECIACÃO	3 a 4	3 a 4	3 a 4	5 a 6	17 a 18	7 a 8	-	-

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

(*) O valor de R\$5.260 é referente a transferência do intangível para imobilizado.

(**) Transferências em decorrência de unitizações efetuadas nas empresas adquiridas da DESA.

(***) Provisão decorrente do sinistro corrido em Bio Pedra (nota explicativa nº 27)

Em 30 de junho de 2015, a Companhia possuía saldo de imobilizado em curso das seguintes SPEs:

Imobilizado em curso	Saldo Líquido		Data prevista
	30/06/2015	31/12/2014	de entrada em operação (**)
Aiuruoca	13.997	13.753	(*)
Alto Irani	351	261	Em operação
Arvoredo	387	387	Em operação
Baixa Verde	142	142	(*)
Bio Buriti	3.777	3.777	Em operação
Bio Formosa	4.425	4.570	Em operação
Bio Pedra	1.585	1.435	Em operação
Bioenergia	2.545	1.795	Em operação
Barra da Paciência	260	-	Em operação
Boa Vista II	1.606	1.606	(*)
Cachoeira Grande	6.513	6.513	(*)
Cajueiro	115	115	(*)
Campos dos Ventos I	12.274	6.435	IT16
Campos dos Ventos II	4.321	524	Em operação
Campos dos Ventos III	22.651	7.473	IT16
Campos dos Ventos V	11.872	6.197	IT16
Cherobim	-	1.747	(*)
Chimay	2.838	2.411	Em operação
Costas das Dunas	338	331	(*)
CPFL Renováveis	3.024	878	Em operação
Farol de Touros	173	173	(*)
Figueira Branca	94	94	(*)
Figueirópolis	5	-	Em operação
Gameleira	551	551	(*)
Jayaditya	517	253	Em operação
Lacenas	378	86	Em operação
Mata Velha	110.768	77.635	IT16
Mohini	-	627	Em operação
Morro dos Ventos I	5.054	4.189	Em operação
Morro dos Ventos II	-	51.222	Em operação
Morro dos Ventos III	1.054	-	Em operação
Morro dos Ventos IV	808	-	Em operação

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Morro dos Ventos IX	667	-	Em operação
Morro dos Ventos VI	972	-	Em operação
Outras Desa	5.116	-	(*)
Penedo	985	985	(*)
Pedra Cheirosa I	5.127	4.668	IT18
Pedra Cheirosa II	4.109	4.109	IT18
Rosa dos Ventos	746	349	Em operação
Salto Goes	907	363	Em operação
Santa Clara I	930	734	Em operação
Santa Cruz	5.699	5.699	(*)
Santa Mônica	12.467	6.093	3T16
Santa Ursula	11.444	5.560	3T16
São Benedito	12.462	5.960	3T16
São Domingos	24.417	6.757	3T16
São Martinho	18.661	4.991	3T16
Sul Centrais	2.086	1.783	Em operação
Tombo	933	933	(*)
Varginha	252	227	Em operação
Ventos de Santo Dimas Energias Renovaveis S.A.	12.438	6.079	3T16
Outros Projetos	9.781	11.755	
Total	342.622	262.225	

- (a) Do montante de R\$342.622 referente a imobilizado em curso, R\$40.042 referem-se, basicamente, a melhorias nos ativos que já se encontram em operação, visando a otimização da geração de energia, e por essa razão esses ativos estão sendo demonstrados como imobilizado em curso

As autorizações das PCHs e dos parques eólicos poderão ser renovadas no final dos seus respectivos prazos, a critério do Poder Concedente. As concessões de PCHs, caso não sejam renovadas, deverão ser devolvidas ao Poder Concedente no final de seus respectivos prazos.

No período de seis meses findo em 30 junho de 2015, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, foi registrada despesa de depreciação no montante de R\$172.589 (consolidado), sendo que R\$172.015 classificada no grupo “Custos de geração de energia elétrica” na rubrica “Depreciação e amortização”, R\$574 no grupo “Despesas gerais e administrativas” na rubrica “Depreciação e amortização”.

Em 30 de junho de 2015, o valor total de imobilizado dado em garantia às instituições financeiras é de R\$4.967, referente a contratos de empréstimos e financiamentos celebrados na modalidade FINAME (nota explicativa nº15).

Início de operação

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

a) Campo dos Ventos II

A ANEEL publicou, em 3 de outubro de 2013, o Despacho nº 3.333, que considera o Parque Eólico Campo dos Ventos II com 30 MW de capacidade instalada, localizado no município de João Câmara no Rio Grande do Norte, contratado no Leilão de Energia de Reserva (LER) 2010, apto para entrada em operação a partir do dia 27 de setembro de 2013.

Em virtude das linhas de transmissão para conexão à Rede Básica não terem sido concluídas até a data de entrada em operação comercial, esses empreendimentos estavam impossibilitados de gerar e transmitir energia elétrica temporariamente. Diante desse fato excepcional, a ANEEL emitiu o Despacho nº 3333 para solucionar a questão do fluxo de caixa desse negócio. Assim sendo, e conforme o Despacho, a Campo dos Ventos fez jus ao recebimento da respectiva receita fixa de acordo com a Subcláusula 5.12 do Contrato de Energia de Reserva - CER, as obrigações de pagamento referentes aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST ficaram mantidas.

Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 4.706/14, entrou em operação comercial 30 MW, a partir de 5 de dezembro de 2014, correspondente ao parque eólico Campo dos Ventos II, quando a energia produzida por essa usina passou a estar disponível ao sistema, em sua totalidade.

b) Complexo Eólico Atlânticas

Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em seu Despacho nº 681/14, em 22 de março de 2014, entrou em operação comercial o Parque Eólico Atlântica IV S.A., que completa o último parque do Complexo Eólico Atlânticas em operação comercial.

O Complexo Eólico Atlântica é composto pelas companhias Atlântica I Parque Eólico S.A., Atlântica II Parque Eólico S.A., Atlântica IV Parque Eólico S.A., e Atlântica V Parque Eólico S.A., localizado no município de Palmares do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, possui capacidade instalada de 120 MW. Desde novembro de 2013 até abril de 2014 as companhias do Complexo Eólico Atlântica entraram em operação gradualmente.

c) Complexo Santa Clara

Em 1º de julho de 2012, os empreendimentos integrantes do Complexo Santa Clara receberam a certificação de que se encontrava em condições de entrar em operação comercial a partir de 1 de julho de 2012, sendo vendedores no 2º Leilão para contratação de Energia de Reserva, realizado em 2009, conforme o Edital de Leilão nº 003/2 009-ANEEL.

Em virtude das linhas de transmissão para conexão à Rede Básica não terem sido concluídas até a data de entrada em operação comercial, esses empreendimentos estavam impossibilitados de gerar e transmitir energia elétrica temporariamente. Diante desse fato excepcional, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2.117, em 26 de junho de 2012, para solucionar a questão do fluxo de caixa desse negócio, o qual foi ratificado em 1º de outubro de 2012. De acordo com esse Despacho, a Santa Clara fez jus ao recebimento da respectiva receita fixa de acordo com a Subcláusula 5.12 do Contrato de Energia de Reserva - CER e as obrigações de pagamento referentes aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST ficaram mantidas. Os empreendimentos do Complexo Santa Clara passaram a ter suas receitas reconhecidas a partir de julho de 2012.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio dos Despachos nº 792/14 e nº 899/14, entraram em operação comercial 118 MW, a partir de 29 de março de 2014 e 70 MW, a partir de 3 de abril de 2014, respectivamente, os parques eólicos Santa Clara I, Santa Clara II, Santa Clara III, Santa Clara IV, Santa Clara V, Santa Clara VI e Eurus IV (“Complexo Santa Clara”), quando a energia produzida por essas usinas passou a estar disponível ao sistema, em sua totalidade.

d) Complexo Macacos

Conforme Despacho nº 3.796/13, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 12 de novembro de 2013, estabeleceu-se a data de 1º de abril de 2014 para início da operação comercial das Centrais Geradoras Eólicas - EOLs Juremas, Macacos, Pedra Preta e Costa Branca (Complexo Macacos) e alterou-se, de 1º de novembro de 2013 para 1º de abril de 2014, o início do período de suprimento dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs atrelados às usinas mencionadas, mantido o prazo de suprimento de 20 anos.

O Despacho nº 1.642/14, emitido pela ANEEL, em 3 de junho de 2014, postergou o início da entrada em operação e do período de suprimento dos CCEARs atrelados ao Complexo Macacos, de 1º de abril de 2014 para 1º de maio de 2014.

Mediante liberação concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em seus Despachos nº 1.550/14, nº 1.614/14, nº 1.895/14 e nº 1.896/14, emitidos em 16 e 22 de maio de 2014 e 18 de junho de 2014, respectivamente, estão aptos a entrada em operação comercial todas as unidades geradoras do Complexo Macacos, a partir de 1º de maio de 2014.

Em virtude das linhas de transmissão para conexão à Rede Básica não terem sido concluídas até a data de entrada em operação comercial, esses empreendimentos estavam impossibilitados de gerar e transmitir energia elétrica temporariamente. Entretanto, o Complexo Macacos fez jus ao recebimento da respectiva receita fixa de acordo com a Subcláusula 5.12 dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, e as obrigações de pagamento referentes aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST ficaram mantidas.

Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio dos Despachos nº 4.656/14, nº 4.706/14 e nº 4.766/14, entraram em operação comercial 41,4 MW, a partir de 3 de dezembro de 2014, 16,1 MW, a partir de 4 de dezembro de 2014 e 20,7 MW, a partir de 11 de dezembro de 2014, respectivamente, os parques eólicos Costa Branca, Pedra Preta, Juremas e Macacos (“Complexo Macacos I”), quando a energia produzida por essas usinas passou a estar disponível ao sistema, em sua totalidade.

e) Complexo DESA Eurus

Conforme Despachos nº 1.817/13 e nº 1.818/13, emitidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 13 de junho de 2014, estabeleceu-se a data de 1º de janeiro de 2014 para início da operação comercial da EOL Eurus I e EOL Eurus III (“Complexo DESA Eurus”), localizadas no município de João Câmara, estado do Rio Grande do Norte, de titularidade da empresa DESA Eurus I S.A. e DESA Eurus III S.A.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Em virtude das linhas de transmissão para conexão à Rede Básica não terem sido concluídas até a data de entrada em operação comercial, esses empreendimentos estavam impossibilitados de gerar e transmitir energia elétrica temporariamente. Entretanto, o Complexo DESA Eurús fez jus ao recebimento da respectiva receita fixa de acordo com a Subcláusula 5.12 dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, e as obrigações de pagamento referentes aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST ficaram mantidas.

Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 4.656/14, entraram em operação comercial 60 MW, a partir de 3 de dezembro de 2014, os parques eólicos Eurús I e Eurús III, quando a energia produzida por essas usinas passou a estar disponível ao sistema, em sua totalidade.

f) Morro dos Ventos II

Conforme Despacho nº 1.107, emitido pela ANEEL, em 15 de abril de 2015, estabeleceu-se a data de 16 de abril de 2015 para início de operação comercial do Parque Eólico Morro dos Ventos II, com 29,2 MW de capacidade instalada, localizado no município de João Câmara no Rio Grande do Norte, contratado no Leilão de Energia A-5 de 2011.

13. INTANGÍVEL

A composição e movimentação do saldo do intangível é como segue:

	Controladora
	Outros ativos intangíveis
Saldo em 31/12/2014	7.947
Custo histórico	13.213
Amortização acumulada	(5.266)
Adições	2.343
Baixas	-
Amortização	(1.079)
Saldo em 30/06/2015	9.211
Custo histórico	15.556
Amortização acumulada	(6.345)
Taxa média anual de amortização - %	20

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	Adquirido em combinações de negócios	Consolidado Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2014	3.578.326	48.158	3.626.484
Custo histórico	3.993.309	65.562	4.058.871
Amortização acumulada	(414.983)	(17.404)	(432.387)
Adições	-	2.530	2.530
Reversão	-	-	-
Transferências - Imobilizado	-	(5.418)	(5.418)
Amortização	(85.918)	(2.188)	(88.106)
Saldo em 30/06/2015	3.492.408	43.082	3.535.490
Custo histórico	3.993.309	62.674	4.055.983
Amortização acumulada	(500.901)	(19.592)	(520.493)

A Companhia possuía saldos de direito de exploração das seguintes SPEs:

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2014	Adição	Saldo em 30/06/2015
Aiuruoca	52.230	-	52.230
Alto Irani	138.878	-	(4.072)
Arvoredo	30.057	-	(1.648)
Atlântica I	456	-	(8)
Atlântica II	456	-	(8)
Atlântica IV	457	-	(8)
Atlântica V	456	-	(8)
Baixa Verde	7.759	-	-
Barra da Paciência	53.183	-	(452)
Boa Vista 2	74.049	-	-
Bons Ventos	665.660	-	(18.190)
Cachoeira Grande	2.653	-	-
Cajueiro	10.699	-	-
Campos dos Ventos I	2.812	-	-
Campos dos Ventos II	5.348	-	(86)
Campos dos Ventos III	2.812	-	-
Campos dos Ventos IV	2.812	-	-
Campos dos Ventos V	2.812	-	-
Cocais Grande	23.126	-	(1.162)
Corrente Grande	32.370	-	(260)
Costa Branca	50.082	-	(722)
Costas das Dunas	5.108	-	-
Dobrevê Energia	777.444	-	(16.666)
Eólica Formosa	196.481	-	(12.572)
Eólica Icaraizinho	301.210	-	(6.538)
Eólica Paracuru	199.370	-	(3.018)
Eurus V	3.225	-	-
Eurus VI	795	-	(20)
Farol de Touros	4.336	-	-
Figueira Branca	2.436	-	-
Gameleira	3.248	-	-
Juremas	41.244	-	(596)
Lacenas	14.838	-	(472)
Macacos	54.030	-	(780)
Ninho da Águia	23.125	-	(976)
PaioI	46.240	-	(2.560)
Santa Luzia	79.721	-	(1.406)
Pedra Cheirosa I	40.147	-	-
Pedra Cheirosa II	36.133	-	-
Pedra Preta	54.039	-	(778)
Penedo	36.682	-	-
Plano Alto	106.818	-	(3.030)
Rosa dos Ventos	64.662	-	(1.848)
Salto Goes	51.605	-	(1.002)
Santa Clara I	4.834	-	(80)
Santa Clara II	4.834	-	(80)
Santa Clara III	4.834	-	(80)
Santa Clara IV	4.834	-	(80)
Santa Clara V	4.836	-	(80)
Santa Clara VI	4.834	-	(80)
Santa Cruz	1.288	-	-
Santa Mônica	5.963	-	-
Santa Ursula	5.963	-	-
São Benedito	5.963	-	-
São Domingos	5.963	-	-
São Gonçalo	25.438	-	(1.488)
Siif Cinco	120.040	-	(3.018)
Tombo	26.505	-	-
Varginha	20.810	-	(930)
Várzea Alegre	17.357	-	(1.116)
Ventos de Santo Dimas	5.963	-	-
Ventos de São Martinho	5.963	-	-
Direito de autorização	3.578.326	-	(85.918)

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, no consolidado foi registrada despesa de amortização do direito de exploração no valor de R\$85.918 (R\$67.253 em 2014), classificada no grupo “Despesas operacionais”.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, foi registrada despesa de amortização de outros intangíveis no montante de R\$2.188 (consolidado), sendo que R\$1.109 (consolidado) classificada no grupo “Custos de geração de energia elétrica” na rubrica “Depreciação e amortização”, R\$1.079 (controladora/consolidado) no grupo “Despesas gerais e administrativas” na rubrica “Depreciação e amortização”.

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método da linha reta a partir da data de entrada em operação.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Suprimento de energia elétrica	7.747	17.639	14.971	30.451
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	517	3.272
Materiais e serviços	2.973	7.232	113.171	73.092
Total	10.720	24.871	128.659	106.815
Circulante	10.720	24.871	128.659	106.182
Não circulante	-	-	-	633

A CPFL Renováveis coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora									
	30/06/2015				Total	31/12/2014				Total
	Encargos circulante	Principal		Não circulante		Encargos circulante	Principal		Não circulante	
Mensuradas ao custo		Circulante	Total circulante				Circulante	Total circulante		
Moeda nacional										
BNDDES - Repotenciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BNDDES - Investimento	2.431	78.167	80.598	749.115	829.713	2.418	78.167	80.585	788.201	868.786
Instituições financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos com captação				(102)	(102)				(112)	(112)
Total	2.431	78.167	80.598	749.013	829.611	2.418	78.167	80.585	788.089	868.674

Controladora							
Saldo em 31/12/2014	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pagamento juros	30/06/2015
868.674	-	29.210	-	9	(39.083)	(29.199)	829.611

	Consolidado									
	30/06/2015				Total	31/12/2014				Total
	Encargos circulante	Principal		Não circulante		Encargos circulante	Principal		Não circulante	
Mensuradas ao custo		Circulante	Total circulante				Circulante	Total circulante		
BNDDES - Repotenciação					-	-	-	-	-	-
BNDDES - Investimento	14.379	360.755	375.134	3.126.491	3.501.625	11.033	308.921	319.954	3.276.318	3.596.272
Gastos com captação				(5.835)	(5.835)				(6.356)	(6.356)
Instituições financeiras	2.440	40.000	42.440	248.000	290.440	2.336	32.000	34.336	288.000	322.336
Gastos com captação				(1.959)	(1.959)				(2.276)	(2.276)
Total	16.819	400.755	417.574	3.366.697	3.784.271	13.369	340.921	354.290	3.555.686	3.909.976

Consolidado							
Saldo em 31/12/2014	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pagamento juros	30/06/2015
3.909.976	101.434	154.271	-	838	(236.860)	(145.388)	3.784.271

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	Consolidado				
	30/06/2015	31/12/2014	Remuneração anual	Condições de Amortização	Principais garantias
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
Investimento					
FINEM I	305.246	321.089	TJLP + 1,95%	168 parcelas mensais a partir de outubro de 2009 e julho de 2011	PCH Holding devedora solidaria, carta fiança
FINEM II	26.911	28.605	TJLP + 1,90%,	144 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária dos direitos creditórios
FINEM III (*)	546.263	565.890	TJLP + 1,72%	192 parcelas mensais a partir de maio de 2013	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM V	96.035	101.723	TJLP + 2,8% e 3,4%	143 meses a partir de dezembro de 2011	PCH Holding 2 e CPFL Renováveis devedora solidaria.
FINEM VI	82.033	84.176	TJLP + 2,05%	173 a 192 parcelas mensais a partir de outubro de 2013 e abril de 2015	Penhor de ações da CPFL Renováveis, cessão de recebíveis
FINEM VII	166.214	176.253	TJLP + 1,92 %	156 parcelas mensais a partir de outubro de 2010 a setembro de 2023	Penhor de ações, cessão fiduciária, alienação fiduciária das máquinas e equipamentos.
FINEM IX	35.877	39.581	TJLP + 2,15%	120 parcelas a partir de maio de 2010	Penhor de Ações da Controlada, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, hipoteca de imóveis e carta de fiança
FINEM X	677	827	TJLP	84 parcelas a partir de outubro de 2010	Penhor de Ações.Cessão fiduciária. Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos.
FINEM XI (*)	120.966	126.670	TJLP + 1,87% a 1,9%	De 108 a 168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012 e janeiro de 2013.	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM XII	346.151	357.620	TJLP e TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2014	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária conjunta de direitos creditórios e penhor de ações
FINEM XIII	305.729	315.596	TJLP + 2,02% a 2,18%	192 parcelas mensais a partir de novembro de 2014	Penhor de Ações da SPE, Penhor de Máquinas e Equipamentos do projeto, Cessão Fiduciária.
FINEM XIV	15.632	19.707	TJLP + 3,50%	120 prestações mensais a partir de junho 2007	Penhor de ações, penhor de direitos creditórios, propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos com os recursos da operação.
FINEM XV	33.252	35.392	TJLP + 3,44%	139 parcelas mensais a partir de setembro de 2011.	Penhor de ações da interveniente, cessão dos direitos creditórios, penhor dos direitos emergentes autorizados pela ANEEL e Conta Reserva da SPE.
FINEM XVI	9.539	10.581	Pré-fixado 5,5%	101 parcelas mensais a partir de setembro de 2011.	Penhor de ações da interveniente, cessão dos direitos creditórios, penhor dos direitos emergentes autorizados pela ANEEL e Conta Reserva da SPE.
FINEM XVII	507.286	525.541	TJLP e TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013.	Penhor das ações da Interveniente, cessão fiduciária dos direitos creditórios, propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos, penhor de direitos emergentes da autorização da ANEEL, conta reserva das SPEs e da Interveniente Desa Eólica.
FINEM XVIII	20.838	23.200	Pré-fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos Cessão fiduciária dos recebíveis Fiança da CPFL Energia
FINEM XIX	32.378	33.488	TJLP + 2,02%	192 parcelas a partir de janeiro de 2014	Penhor de Ações e Conta Reserva da SPE Cessão de Recebíveis
FINEM XX	55.808	59.533	Pré-fixado 2,5%	108 parcelas a partir de janeiro de 2014	Penhor de Ações da CPFL Renováveis Penhor de Ações e Conta Reserva da SPE Cessão de Recebíveis
FINEM XXI	44.123	45.636	TJLP + 2,02%	192 parcelas a partir de janeiro de 2014	Penhor de Ações e Conta Reserva da SPE Cessão de Recebíveis
FINEM XXII	49.098	52.375	Pré-fixado 2,5%	108 parcelas a partir de janeiro de 2014	Penhor de Ações da CPFL Renováveis Penhor de Ações e Conta Reserva da SPE Cessão de Recebíveis
FINEM XXIII	2.593	2.882	Pré-fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Penhor de Ações / Conta Reserva / Cessão de Receitas
FINEM XXIV (*)	149.980	163.476	Pré-fixado 5,5%	102 a 108 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012 a Losto de 2020	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária conjunta de direitos creditórios
FINEM XXV	51.478	-	TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2016 a junho 2032	Penhor das ações da SPE, cessão fiduciária dos direitos creditórios, propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos, penhor de direitos emergentes da autorização da ANEEL.
FINAME I	3.561	3.773	Pré-fixado 2,5%	96 parcelas a partir de fevereiro 2015.	Alienação Fiduciária e Aval da CPFL Renováveis
FINEP I (*)	2.136	2.382	Pré-fixado 3,5%	61 parcelas mensais a partir de outubro de 2014	Fiança Bancária
FINEP II (*)	10.369	10.366	TJLP - 1%	85 parcelas mensais a partir de junho de 2017	Fiança Bancária
FINEP III	6.943	6.945	TJLP + 2%	73 parcelas mensais a partir de julho de 2015	Fiança Bancária
Ponte BNDES IV	-	117.516	TJLP + 2,40 %	Parcela única em Janeiro de 2016	Fiança Bancária
BNB I	114.217	172.430	Pré fixado de 9,5% a 10% a.a. e bonus de adimplência de 15%	168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2009 a 2028	Alienação Fiduciaria, ação da controlada e garantia da SIIF Energy.
BNB II	168.860	32.591	Pré fixado 10% a.a. e bonus de adimplência de 15% e 25%	222 parcelas mensais a partir de maio de 2010 a outubro de 2029	Fiança da CPFL Energia
BNB III	31.721	74.197	Pré fixado de 9,5% a.a. e bonus de adimplência de 25%	228 parcelas mensais a partir de julho de 2009 a julho de 2028	Fiança, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
NIB	72.951	49.492	ICPM + 8,63% a.a.	Juros e Principal amortizados trimestralmente início em junho 2011 até setembro 2023	Não existem garantias
Banco do Brasil	33.868	36.739	Pré fixado 10% a.a. e bonus de adimplência de 15%	132 parcelas mensais a partir de junho de 2010	Penhor de ações, penhor de direitos emergentes da autorização da ANEEL e de direitos creditórios, cessão e vinculação de receitas, fiança bancária e seguros garantias e conta reserva da SPE.
Votorantim - Nota Promissória	52.892	-	CDI + 0,7% a.a	Parcela única em Julho de 2015	Não existem garantias
Gastos com captação	(5.835)	(6.356)			
Instituições Financeiras					
HSBC	290.440	322.336	CDI + 0,5% a.a.	8 parcelas anuais a partir de junho de 2013	Alienação de ações
Gastos com captação	(1.959)	(2.276)			
	<u>3.784.271</u>	<u>3.909.976</u>			

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Principais movimentações no período:

Moeda nacionalInvestimento:

FINEM XVII - No período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, a controlada Morro dos Ventos III liberou R\$13 do seu financiamento junto ao BNDES referente ao subcrédito social ("D"). O custo do referido subcrédito é de TJLP e o saldo a liberar no final do período mencionado é de R\$420.

Ponte BNDES IV - Em 2013, o BNDES aprovou financiamento no montante de R\$46.000, destinado para a controlada Morro dos Ventos II. No período findo em 30 de junho de 2015, foi liquidado todo o montante desse financiamento com a liberação do empréstimo de longo prazo celebrado com o BNDES.

FINEM XXV - No período findo em 30 de junho de 2015, a controlada Morro dos Ventos II captou com o BNDES empréstimos de longo prazo no montante de R\$84.338. Neste mesmo período, as controladas apresentam o saldo remanescente a ser liberado no montante de R\$ 32.916.

Instituições financeiras:

Votorantim (Notas Promissórias) - No período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, a controlada Mata Velha captou junto ao Banco Votorantim R\$50.000 na modalidade Notas Promissórias. A operação possui custo de CDI + 0,70% a.a. com vencimento em julho de 2015. Não há cláusulas restritivas para essa operação.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo têm vencimentos assim programados:

Controladora		Consolidado	
Vencimento	Valor	Vencimento	Valor
2016	39.083	2016	156.597
2017	79.019	2017	352.797
2018	79.627	2018	363.563
2019	79.545	2019	375.978
2020	79.135	2020	378.424
2021 a 2025	260.847	2021 a 2025	1.166.384
2026 a 2030	131.757	2026 a 2030	568.140
2031 a 2035	-	2031 a 2035	4.814
Total	749.013	Total	3.366.697

Condições Restritivas

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia e/ou suas controladas mantenham determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Os empréstimos vigentes no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 têm as seguintes cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros:

FINEM I

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.
- Em junho de 2015, a Companhia obteve do BNDES a dispensa para a apuração dos dois índices acima, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2015.

FINEM II e FINEM XVIII

- Restrição à distribuição de dividendos caso não sejam atingidos Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,0 e Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,8.

FINEM III

- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.

FINEM V

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 30%, durante o período de amortização.

Em dezembro de 2014, a Companhia obteve do Banco do Brasil a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

FINEM VI

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

Em dezembro de 2014, a Companhia obteve do BNDES a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício em 31 de dezembro de 2014.

FINEM VII e FINEM X

- Manutenção anual de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva.
- Distribuição de dividendos limitada ao índice Exigível Total dividido pelo Patrimônio Líquido ex-Dividendos menor que 2,33.

FINEM IX

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 durante a vigência do contrato.

FINEM XI e FINEM XXIV

- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.

FINEM XII

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida das SPEs maior ou igual a 1,3, após o início de amortização e durante a vigência do contrato.
- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Eólica Holding, após o início de amortização e durante a vigência do contrato.

FINEM XIII

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 durante a vigência do contrato.

FINEM XIV

- Manutenção semestral do Índice de Capital Próprio (ICP), definido pela relação Patrimônio Líquido sobre o Ativo Total, igual ou superior a 30% do Investimento total do Projeto, bem como Índice de Cobertura do Serviço da dívida igual ou maior a 1,3 durante o período de amortização.
- Em junho de 2015, a Companhia obteve do BNDES a dispensa para apuração dos dois índices acima, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2015.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

FINEM XV e FINEM XVI

- Manutenção trimestral do Índice de Capitalização Própria (ICP) igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), definido como a razão entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Total.
- Manutenção trimestral do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de, no mínimo 1,2, durante o período de amortização.

FINEM XVII

- Manutenção anual do Índice de Cobertura da Dívida - ICSD igual ou maior a 1,20, durante o período de amortização. Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Desa Eólicas. A primeira apuração deverá ocorrer até Setembro de 2015.

FINEM XX e FINEM XIX

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.

Em dezembro de 2014 a Companhia obteve do BNDES a dispensa para apuração do ICSD e do Índice de Dívida Líquida/EBITDA de cumprimento obrigatório por parte da controladora, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

FINEM XXI e FINEM XXII

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.

Em dezembro de 2014 a Companhia obteve do BNDES a dispensa para apuração do ICSD e do Índice de Dívida Líquida/EBITDA de cumprimento obrigatório por parte da controladora, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

FINEM XXV

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de, no mínimo 1,3, durante o período de amortização do contrato.

HSBC

- A partir de 2014 há a obrigação de manter a relação entre Dívida Líquida e EBITDA inferior a 4,50 em junho de 2014, 4,25 em dezembro de 2014, 4,00 em junho de 2015 e 3,50 nos demais semestres até a quitação.

NIB

- Manutenção semestral de Índice de Cobertura da Dívida em 1,3 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção do Coeficiente de Endividamento igual ou inferior a 70% durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Cobertura da Duração do Financiamento maior ou igual a 1,7 durante o período de amortização.

Banco do Brasil

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de, no mínimo, 1,2, durante o período de amortização.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados na data base estão adequadamente atendidas em 30 de junho de 2015.

16. DEBÊNTURES

Notas Explicativas**CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas**

Garantias	Controladora											
	30/06/15							31/12/14				
	Encargos	Circulante	Total Circulante	Encargos	Não circulante	Total Não Circulante	Total	Encargos	Circulante	Total Circulante	Não circulante	Total
Cessão Fiduciária dos dividendos da BVP e PCH Holding	6.310	43.000	49.310	-	365.500	365.500	414.810	5.795	21.500	27.295	408.500	435.795
Quirografia	10.531	-	10.531	-	300.000	300.000	310.531	9.604	-	9.604	300.000	309.604
Quirografia	-	-	-	-	-	-	-	2.984	30.000	32.984	-	32.984
Quirografia	20.469	132.000	152.469	-	-	-	152.469	10.581	132.000	142.581	-	142.581
Quirografia	2.121	-	2.121	-	296.000	296.000	298.121	-	-	-	-	-
Gastos com Captação	-	-	-	-	-	(5.288)	(5.288)	-	-	-	(3.232)	(3.232)
	<u>39.431</u>	<u>175.000</u>	<u>214.431</u>	<u>-</u>	<u>961.500</u>	<u>956.212</u>	<u>1.170.643</u>	<u>28.964</u>	<u>183.500</u>	<u>212.464</u>	<u>705.268</u>	<u>917.732</u>

Controladora							
Saldo 31/12/2014	Emissões	Juros	Custo de emissão	Amortização do custo de emissão	Amortização	Pagamento juros	Saldo 30/06/2015
<u>917.732</u>	<u>296.000</u>	<u>61.934</u>	<u>(2.404)</u>	<u>347</u>	<u>(51.500)</u>	<u>(51.466)</u>	<u>1.170.643</u>

Notas Explicativas**CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas**

Garantias	Consolidado											
	30/06/15						31/12/14					
	Encargos	Circulante	Total Circulante	Encargos	Não circulante	Total Não Circulante	Total	Encargos	Circulante	Total Circulante	Não circulante	Total
Alienação Fiduciária	785	37.685	38.470	-	471.069	471.069	509.539	798	36.641	37.438	476.329	513.767
Cessão Fiduciária dos dividendos da BVP e PCH Holding	6.310	43.000	49.310	-	365.500	365.500	414.810	5.795	21.500	27.295	408.500	435.795
Fiança da CPFL Renováveis	512	8.701	9.213	-	140.793	140.793	150.006	57.991	8.701	66.692	149.492	216.184
Quirografia	10.531	-	10.531	-	300.000	300.000	310.531	9.603	-	9.603	300.000	309.603
Quirografia	-	-	-	-	-	-	-	2.984	30.000	32.984	-	32.984
Quirografia	20.469	132.000	152.469	-	-	-	152.469	10.581	132.000	142.581	-	142.581
Quirografia	803	8.750	9.553	-	26.250	26.250	35.803	716	-	716	35.000	35.716
Quirografia	-	-	-	10.710	65.000	75.710	75.710	6.022	-	6.022	65.000	71.022
Fiança CPFL Renováveis	-	-	-	-	277.200	277.200	277.200	-	-	-	-	-
Fiança CPFL Renováveis	48	-	48	-	42.000	42.000	42.048	-	-	-	-	-
Fiança CPFL Renováveis	35	-	35	-	30.800	30.800	30.835	-	-	-	-	-
Quirografia	2.121	-	2.121	-	296.000	296.000	298.121	-	-	-	-	-
Gastos com Captação	-	-	-	-	-	(21.139)	(21.139)	-	-	-	(18.096)	(18.096)
	41.614	230.136	271.750	10.710	2.014.612	2.004.183	2.275.933	94.490	228.842	323.332	1.416.226	1.739.558

Consolidado							
Saldo 31/12/2014	Emissões	Juros	Custo de emissão	Amortização do custo de emissão	Amortização	Pagamento juros	Saldo 30/06/2015
1.739.558	646.000	100.439	(4.370)	1.328	(78.874)	(128.148)	2.275.933

Principais movimentações no período**Moeda nacional**

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, houve a liquidação total da 1ª Emissão de Debêntures da WF2 (incorporada pela CPFL Renováveis) de forma que no final do período não há saldo remanescente a liquidar.

- CPFL Renováveis: Oferta pública de distribuição da 3ª emissão de debêntures simples

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Em 25 de maio de 2015, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. Foram emitidas 29.600 debêntures, com valor nominal de R\$10.000, no montante de R\$29.600 e remuneração equivalente à variação acumulada de 117,25% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros. O prazo de vencimento total é de cinco anos, com amortização anual a partir de 25 de maio de 2018. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio dessa emissão foram destinados para reperfilamento de dívidas e para prover liquidez adicional em caso de cenário macroeconômico ou setorial adverso.

- T-16: Oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples

Em 15 de junho de 2015, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, em série única. Foram emitidas 27.720 debêntures, com valor nominal de R\$10.000, no montante de R\$277.200 e remuneração equivalente à variação acumulada de 112,75% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros. O prazo de vencimento total é de 18 meses, com amortização em uma única parcela na data do vencimento. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio dessa emissão foram destinados para suprir as necessidades de aporte de recursos dos Complexos Eólicos Campo dos Ventos e São Benedito.

- Campo dos Ventos V: Oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples

Em 09 de junho de 2015, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, em série única. Foram emitidas 4.200 debêntures, com valor nominal de R\$10.000, no montante de R\$42.000 e remuneração equivalente à variação acumulada de 112,75% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros. O prazo de vencimento total é de 18 meses, com amortização em uma única parcela na data do vencimento. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio dessa emissão foram destinados para suprir as necessidades de aporte de recursos no projeto da qual a Emissora é detentora.

- Santa Úrsula: Oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples

Em 09 de junho de 2015, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, em série única. Foram emitidas 3.080 debêntures, com valor nominal de R\$10.000, no montante de R\$30.800 e remuneração equivalente à variação acumulada de 112,75% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros. O prazo de vencimento total é de 18 meses, com amortização em uma única parcela na data do vencimento. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio dessa emissão foram destinados para suprir as necessidades de aporte de recursos no projeto da qual a Emissora é detentora.

O saldo de debêntures de longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

Controladora		Consolidado	
Vencimento	Valor	Vencimento	Valor
2016	-	2016	377.593
2017	73.000	2017	136.886

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

2018	223.157	2018	312.872
2019	223.157	2019	307.191
2020	223.186	2020	285.550
2021 a 2025	213.712	2021 a 2025	481.461
2026 a 2030	-	2026 a 2030	91.920
<u>Total</u>	<u>956.212</u>	<u>Total</u>	<u>1.993.473</u>

Condições Restritivas

As emissões de debêntures vigentes no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 contemplam cláusulas que requerem da Companhia a manutenção dos seguintes índices financeiros:

1ª emissão - CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da Operação maior ou igual a 1,00.
- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,05.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 5,6 em 2015, 5,4 para 2016, 4,6 para 2017, 4,0 para 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.
- Manutenção de Índice EBITDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75.

A Companhia obteve anuência dos Debenturistas para o descumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da Operação referente a apuração de junho de 2015, por meio de Assembléia Geral de Debenturistas, realizada em 30 de junho de 2015.

2ª emissão - CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 5,6 para 2015, 5,4 para 2016, 4,6 para 2017, 4,0 para 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.

3ª emissão – CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 5,6 para 2015, 5,4 para 2016, 4,6 para 2017, 4,0 para 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.

1ª emissão - PCH Holding 2

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da controlada Santa Luzia maior ou igual a 1,2 a partir de setembro de 2014
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA de 5,6 em 2015, 5,4 em 2016 e 4,60 em 2017, 4,0 em 2018 e 2019, e 3,75 a partir de 2020.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

2ª emissão – Dobrevê Energia

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/Dividendos Recebidos inferior ou igual a 5,5 em 2014, 5,5 em 2015, 4,0 em 2016, 3,5 em 2017 e 3,5 em 2018.

1ª emissão – Turbina 16 Energia

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA consolidado inferior ou igual a 5,6 para o ano de 2015

1ª emissão – Santa Úrsula Energias Renováveis

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA consolidado inferior ou igual a 5,6 para o ano de 2015

1ª emissão – Campos dos Ventos V Energias Renováveis

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA consolidado inferior ou igual a 5,6 para o ano de 2015

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados na data base estão adequadamente atendidas em 30 de junho de 2015.

17. CONTAS A PAGAR DE AQUISIÇÕES

Os saldos em 30 de junho de 2015, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Campo dos Ventos I (a)	763	717	763	717
Campo dos Ventos IV (a)	763	717	763	717
Campo dos Ventos V (a)	763	717	763	717
São Benedito (a)	746	704	746	704
São Domingos (a)	746	703	746	703
Santa Ursula (a)	746	703	746	703
Santa Mônica (a)	746	703	746	703
Ventos de São Martinhos (a)	746	703	746	703
Ventos de Santo Dimas (a)	746	703	746	703
Navegantes (b)	1.611	1.551	1.611	1.551
Cajueiro (b)	1.611	1.552	1.611	1.552

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Baixa Verde (b)	1.611	1.552	1.611	1.552
Renascer Centrais (c)	-	-	-	3.350
PCH Mata Velha (d)	-	-	1.281	1.281
Aquisição de não controladores (e)	46.066	71.490	46.066	71.490
Total	57.664	82.515	58.945	87.146

Circulante	57.664	66.363	58.945	70.994
Não Circulante	-	16.152	-	16.152
Total	57.664	82.515	58.945	87.146

- a) Inclui R\$6.765 referentes à compra dos projetos de geração eólica, localizados nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. O valor será pago na entrada em operação desses parques eólicos e é corrigido pela inflação (IGP-M e IPCA).
- b) A Companhia firmou compromisso com sócio não controlador referente a pagamento complementar na compra de algumas SPEs, condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar, até 2015, o montante de R\$4.833, atualizado monetariamente pelo IGP-M.
- c) O montante de R\$3.350 referia-se a aquisição da SPE Renascer Centrais, saldo este oriundo da associação com a DESA, que seria pago quando fossem obtidas as licenças necessárias para a implantação da Usina. Tendo em vista a descontinuidade deste projeto pela Companhia e a alteração do status do projeto pela ANEEL como “inativo”, em maio de 2015 a provisão para pagamento foi baixa para resultado.
- d) Também inclui R\$1.281, pela aquisição dos direitos sobre a licença de instalação, projeto básico e demais estudos e direitos relacionados à essa PCH, saldo este oriundo da associação com a DESA. Esse montante será pago quando a PCH entrar em operação.
- e) O montante de R\$46.066 é advindo da incorporação da WF2 (nota explicativa nº 1.1), em 1º de outubro de 2014. Em 31 de janeiro de 2014, foi firmado um contrato de venda e compra de ações e outras avenças entre a WF2 Holding S.A. e os não controladores da Dobrevê Energia S.A., a saber: AKKA Fundo de Investimento em Participações, URBIS Fundo de Investimento em Participações e PYXIS Fundo de Investimento em Participações, detentores de 21,14% do capital votante e total da Dobrevê Energia S.A.

Neste contrato, os não controladores alienaram a totalidade das ações (21,14% do capital votante da Dobrevê Energia S.A.) ao preço, nos termos e sujeito às condições estabelecidas neste contrato, corresponde ao valor total de R\$203.000.

O montante será liquidado em três parcelas trimestrais, cujo vencimento da última parcela ocorrerá em 29 de janeiro de 2016. O valor de cada parcela trimestral será corrigido pela taxa CDI, acrescida de 1,2% ao ano, calculado “pro rata die”.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Os saldos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, no consolidado, referem-se substancialmente a adiantamentos de clientes relativo ao faturamento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
CCEAR(*)	-	-	58.608	30.803
CER(**)	-	-	48.737	26.590
Mercado Livre	-	-	-	3.719
Proinfa	-	-	72.741	30.395
Aluguel de linha de transmissão (***)	-	-	6.222	6.633
Outros Adiantamentos (****)	173	-	164	-
Total	<u>173</u>	<u>-</u>	<u>186.472</u>	<u>98.140</u>
Passivo circulante	35	-	161.995	74.297
Passivo não circulante	<u>138</u>	<u>-</u>	<u>24.477</u>	<u>23.843</u>
	<u>173</u>	<u>-</u>	<u>186.472</u>	<u>98.140</u>

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

** Contrato de Energia de Reserva

*** Aluguel de estrutura de linha de transmissão recebido antecipadamente

**** Premio recebido venda da Folha de Pagamento ao Banco Bradesco

Em 30 de junho de 2015, o saldo de contas de adiantamento de clientes, consolidado, inclui valores dos seguintes agentes: (i) R\$48.737 (26% do total) pela Câmara de Comercialização Energia – CER; (ii) R\$72.741 (39% do total) pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – PROINFA; (iii) R\$6.222 (3% do total) por Aluguel de Linha de Transmissão; e (iv) R\$58.772 (32% total) por grandes distribuidores.

19. PROVISÕES PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS – CONSOLIDADO

Consolidado			
Saldo em 31/12/2014	Pagamento	Ajuste a valor presente	Saldo em 30/06/2015
56.754	(134)	2.545	59.165

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

19.1. Provisões para custos socioambientais

Em 30 de junho de 2015, o saldo total da provisão para custos socioambientais era de R\$7.369 (R\$6.816 em 31 de dezembro de 2014) no passivo circulante e R\$3.862 (R\$6.909 em 31 de dezembro de 2014) no passivo não circulante.

19.2. Provisões para desmobilização de ativos

Em 30 de junho de 2015, o saldo total da provisão para desmobilização de ativos era de R\$47.934 (R\$43.029 em 31 de dezembro de 2014) registrada no passivo não circulante.

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável.

O saldo das provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais encontra-se a seguir:

Controladora						
	31/12/2014	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	30/06/2015
Trabalhista	584	464	(105)	(47)	16	912
Cíveis	2.458	6.552	-	-	350	9.360
Outros passivos contingentes	35	-	-	-	-	35
	<u>3.077</u>	<u>7.016</u>	<u>(105)</u>	<u>(47)</u>	<u>366</u>	<u>10.307</u>
Depósitos judiciais	<u>(213)</u>	<u>(15)</u>	<u>50</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>(182)</u>
Consolidado						
	31/12/2014	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	30/06/2015
Trabalhista	1.916	512	(320)	(64)	91	2.135
Cíveis	2.706	6.560	-	-	364	9.630
Outros passivos contingentes	<u>28.986</u>	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.999</u>
Total	<u>33.608</u>	<u>7.085</u>	<u>(320)</u>	<u>(64)</u>	<u>455</u>	<u>40.764</u>

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Depósitos judiciais	<u>(8.006)</u>	<u>(298)</u>	<u>1.753</u>	<u>7</u>	<u>(132)</u>	<u>(6.676)</u>
---------------------	----------------	--------------	--------------	----------	--------------	----------------

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Jantus, passivos contingentes avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$13.985, sendo R\$13.950 da Jantus e R\$35 da associação da ERSa e CPFL, decorrente de riscos trabalhistas, tributários e cíveis. A Companhia também reconheceu o ativo indenizável pelo montante de R\$13.950 equivalente ao passivo (nota explicativa nº 9), conforme condições contratuais.

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Rosa dos Ventos e na data da associação com a DESA, passivos contingentes avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$744 e no montante de R\$14.257, respectivamente, decorrente de riscos trabalhistas, tributários e cíveis.

Riscos cuja probabilidade de perda é considerada possível são:

Cíveis

Em 30 de junho de 2015, as controladas eram parte passiva em 44 ações judiciais cíveis (44 ações em 31 de março de 2015) e ambientais e procedimentos administrativos ambientais, com prognóstico de perda classificado como possível e tendo como valor da causa atualizado o montante estimado de R\$189.412, e, para o qual, portanto, não foi constituída provisão. As ações cíveis em andamento versam, em geral, sobre indenização decorrente de desapropriação de área ou servidão, procedimento arbitral, pleiteando a indenização em razão de perdas relacionadas a descumprimento de cláusulas contratuais, com valor de causa atualizado no montante de R\$ 179.147, com prognóstico de perda classificado como possível, ação de cobrança referente a contrato prestação de serviços celebrado entre empresa contratada pela Companhia e terceiros, com valor de causa atualizado em R\$ 1.007, com prognóstico de perda classificado como possível, revisão de contrato de arrendamento, discussão quanto à validade de licenças ambientais concedidas e procedimentos necessários para obtenção das mesmas, bem como uma ação civil pública, com valor de causa atualizado no montante de R\$1.000, cujo escopo é a discussão acerca da validade da licença de operação concedida à controlada da Companhia.

Trabalhistas

Em 30 de junho de 2015, as controladas eram parte passiva em 54 ações judiciais trabalhistas e procedimentos administrativos trabalhistas (57 ações e procedimentos em 31 de março de 2015) com valor da causa atualizado neste montante estimado de R\$ 4.432, e, cujo prognóstico de perda foi classificado pelos advogados externos como possível, portanto, não foi constituída nenhuma provisão contábil.

As ações judiciais trabalhistas e procedimentos administrativos trabalhistas versam, em geral, sobre pedidos e infrações relacionados às prestadoras de serviço terceirizadas.

Tributárias

Em 30 de junho de 2015, as controladas eram parte em 39 ações judiciais tributárias e procedimentos administrativos de natureza fiscal-tributária (34 ações e procedimentos em 31 de

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

março de 2015), tendo como valor da causa atualizado no montante estimado de R\$167.679, e, cujo prognóstico de perda foi classificado pelos advogados externos como possível, portanto, não foi constituída nenhuma provisão contábil. As ações tributárias em andamento versam, em geral, sobre a cobrança de tributos, especialmente o Imposto Sobre Serviços (ISS).

Outros

Em 30 de junho de 2015, a Companhia e suas controladas eram parte ativa em ação judicial de natureza regulatória, relacionada com a cobrança do Encargo de Serviço do Sistema - ESS, prevista na Resolução CNPE nº 03, de 6 de março de 2013, na qual a Companhia e suas controladas, por meio da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e a Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa - ABRAGEL, obtiveram liminar que suspende a cobrança do referido encargo. O valor envolvido totaliza R\$12.642 (valor original), sendo R\$11.631 referente as empresas do grupo CPFL Renováveis e R\$1.011 referente as empresas de DESA, que passaram a ser consolidados nas demonstrações financeiras da Companhia a partir de 1º de outubro de 2014. Os assessores jurídicos externos da Companhia qualificaram o risco de êxito dessa ação como possível. Nenhum passivo foi constituído em relação a esse tema.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

Em 30 de junho de 2015, o capital social subscrito e integralizado monta a R\$3.390.444. (R\$3.390.444 em 31 de dezembro de 2014), representado por 503.308.389 (503.308.389 em 31 de dezembro de 2014) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 28 de fevereiro de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$551, mediante a emissão de 61.304 ações, ao preço de emissão fixado de acordo com o estabelecido no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela Assembleia Geral da Companhia realizada em 29 de outubro de 2009, em razão do exercício de opções de compra de ações correspondentes, por parte de determinados beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações. As novas ações emitidas foram subscritas e integralizadas, por meio da emissão, pelos respectivos subscritores, de notas promissórias em favor da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 26 de junho de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$355, mediante a emissão de 42.882 ações, ao preço de emissão fixado de acordo com o estabelecido no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela Assembleia Geral da Companhia realizada em 29 de outubro de 2009, em razão do exercício de opções de compra de ações correspondentes, por parte de determinado beneficiário do Plano de Opção de Compra de Ações. As novas ações emitidas foram subscritas e integralizadas, por meio da emissão, pelo respectivo subscritor, de notas promissórias em favor da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de setembro de 2014, com eficácia a partir de 1º de outubro de 2014, foi aprovada, em razão da incorporação pela Companhia da WF2 Holding S.A., o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$481.834, mediante a emissão de 61.752.782 ações, ao preço de emissão de R\$ 8,41 cada, as quais foram subscritas e integralizadas pelos administradores da WF2 Holding S.A., por conta de seu único acionista, mediante a versão do seu patrimônio líquido à Companhia, bem como a criação de uma reserva de capital no valor de R\$37.435. Adicionalmente, foi registrado, na conta de reserva de capital o montante de R\$314.394 (líquido) referente ao valor justo apurado de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de outubro de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$217, mediante a emissão de 25.729 ações, ao preço de emissão fixado de acordo com o estabelecido no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela Assembleia Geral da Companhia realizada em 29 de outubro de 2009, em razão do exercício de opções de compra de ações correspondentes, por parte de determinado beneficiário do Plano de Opção de Compra de Ações. As novas ações emitidas foram subscritas e integralizadas, por meio da emissão, pelo respectivo subscritor, de notas promissórias em favor da Companhia.

b) Composição acionária:

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Acionistas	30/06/2015		31/12/2014	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
CPFL Geração de Energia S.A.	259.748.799	51,61%	259.748.799	51,61%
Secor LLC	24.255.307	4,82%	24.255.307	4,82%
Patria Energia Fundo de Invest. Em Participações	21.064.242	4,19%	21.064.242	4,19%
Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura	3.699.532	0,74%	3.699.532	0,74%
Fundo de Invest. Partic. Brasil Energia	31.439.288	6,25%	31.439.288	6,25%
DEG - Deutsche Investitions Und Ent MBH	6.499.722	1,29%	6.499.722	1,29%
Fundo de Invest. Partic. Multisetorial Plus	13.104.207	2,60%	13.104.207	2,60%
Previ	31.960.220	6,35%	31.974.420	6,35%
GMR Energia S.A.	8.230.323	1,64%	8.230.323	1,64%
Arrow – Fundo de Investimento em Participações	61.752.782	12,27%	61.752.782	12,27%
Outros	41.553.967	8,24%	41.539.767	8,24%
	<u>503.308.389</u>	<u>100%</u>	<u>503.308.389</u>	<u>100%</u>

Em 1º de outubro de 2014, foi concluída a associação entre a CPFL Renováveis e a DESA (vide nota explicativa nº 1.1.). O FIP Arrow (único acionista da WF2), efetuou a contribuição do acervo líquido da WF2 como aumento de capital na CPFL Renováveis e se tornou acionista da CPFL Renováveis com uma participação de 12,27%. O aumento de capital ocorreu da seguinte forma: (i) aumento do capital social no montante de R\$481.834, mediante a emissão de 61.752.782 novas ações; (ii) constituição de reserva de capital no montante de R\$351.829.

c) Reserva de capital

A Companhia detém intangível de direito de exploração (autorização) no montante de R\$878.903 em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 em contrapartida à rubrica “Reserva de ágio na subscrição de ações”, no patrimônio líquido, decorrente de combinação de negócios ocorridos em 2011 e 2014.

	<u>Ágio na emissão</u> <u>de ações</u>	<u>CPC 15</u> <u>Valor justo</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2012	-	528.988	528.988
Oferta pública de ações (b)	96.744	-	96.744
Compensação de prejuízos (d)	(21.143)	-	(21.143)
Saldo em 31.12.2013	<u>75.601</u>	<u>528.988</u>	<u>604.589</u>
Associação DESA: (c)			
(i) Constituição da reserva	37.435	-	37.435
(ii) Valor justo	-	349.915	349.915
(iii) Variações patrimoniais de incorporação	(35.521)	-	(35.521)
Compensação de prejuízos (d)	<u>(77.515)</u>	<u>-</u>	<u>(77.515)</u>
Saldo em 31.12.2014	<u>-</u>	<u>878.903</u>	<u>878.903</u>

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Saldo em 30.06.2015

-	878.903	878.903
---	---------	---------

- (a) Refere-se a contrapartida do valor justo alocado na conta de ativo intangível – direito de exploração/autorização decorrente da combinação de negócios – aquisição reversa, ocorrida em agosto de 2011
- (b) Refere-se ao valor excedente ao valor patrimonial por ação apurado na operação de Oferta Pública de ações ocorrida em julho de 2013, incluindo as ações suplementares em agosto de 2013, líquidos dos gastos na emissão de ações
- (c) Refere-se ao valor excedente ao valor patrimonial da ação da CPFL Renováveis decorrente da associação com a DESA, realizada em outubro de 2014.
- (d) Refere-se a absorção de prejuízos do exercício. Em 2013 foi absorvido R\$21.143 e em 2014, como proposta da Administração, o montante de R\$77.515.

d) Reserva de lucros - legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Em 30 de junho de 2015 a Companhia não possui saldo de reserva legal.

e) Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

f) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando os efeitos dilutivos e de instrumentos conversíveis em ações.

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41, equivalente à IAS 33 - Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o prejuízo aos montantes usados para calcular o prejuízo básico e diluído por ação.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	Trimestre findo em 30/06/2015	Semestre findo em 30/06/2015	Trimestre findo em 30/06/2014	Semestre findo em 30/06/2014
A. Resultado básico por ação				
Numerador				
Prejuízo disponível aos acionistas ordinários (em milhares R\$)	(94.086)	(158.516)	(65.949)	(120.256)
Denominador				
Média ponderada de número de ações ordinárias	503.308.389	503.308.389	441.488.902	441.468.195
Prejuízo básico por ação (R\$ por ação)	<u>(0,19)</u>	<u>(0,31)</u>	<u>(0,15)</u>	<u>(0,27)</u>
B. Prejuízo diluído por ação				
Numerador				
Prejuízo disponível aos acionistas ordinários (em milhares R\$)	(94.086)	(158.516)	(65.949)	(120.256)
Efeito dilutivo das debêntures conversíveis	-	(2.301)	(22)	(1.617)
Prejuízo disponível aos acionistas ordinários	<u>(94.086)</u>	<u>(160.817)</u>	<u>(65.971)</u>	<u>(121.873)</u>
Denominador				
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>503.308.389</u>	<u>503.308.389</u>	<u>441.488.902</u>	<u>441.468.195</u>
Prejuízo diluído por ação (R\$ por ação)	<u>(0,19)</u>	<u>(0,32)</u>	<u>(0,15)</u>	<u>(0,28)</u>

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, o cálculo da quantidade média ponderada de ações levou em consideração os aumentos de capital ocorridos em 28 de fevereiro de 2014, 26 de junho de 2014, 1º e 30 de outubro de 2014.

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por controladas da Companhia (nota explicativa nº 16). Estes instrumentos reduzem o resultado disponível aos acionistas controladores da Companhia. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que, tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início do período.

Os efeitos apurados no denominador do cálculo de lucro por ação diluído oriundos do plano de pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 10.2) foram considerados antidilutivos em 30 de junho de 2015 e de 2014. Por este motivo, estes efeitos não foram incluídos no cálculo de cada período.

g) Ajuste de avaliação patrimonial

Determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído (“deemed cost”). O saldo líquido da mais-valia, no montante de R\$56.973 (valor original) foi registrado na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”. O saldo em 30 de junho de 2015 é de R\$45.695.

h) Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. De acordo com as

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

práticas contábeis internacionais, pronunciamento técnico CPC 24 - Evento Subsequente e interpretação técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas o dividendo mínimo obrigatório deve ser provisionado. Já o dividendo proposto ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas informações contábeis intermediárias após aprovação pelo órgão competente.

Até 30 de junho de 2015 não houve distribuição de dividendos.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são reconhecidas de acordo com os contratos firmados.

	Controladora			
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
	findo em	findo em	findo em	findo em
	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2014</u>
Receita de venda de energia	6.992	60.855	40.879	63.707
Outras receitas	129	129	-	-
Receita bruta	<u>7.121</u>	<u>60.984</u>	<u>40.879</u>	<u>63.707</u>
Deduções da receita bruta				
Pis/Cofins	(647)	(5.629)	(3.782)	(5.893)
Receita operacional líquida	<u>6.474</u>	<u>55.355</u>	<u>37.097</u>	<u>57.814</u>

	Consolidado			
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
	findo em	findo em	findo em	findo em
	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2014</u>
Receita de venda de energia	314.075	699.397	262.627	570.853
Outras receitas	394	5.063	219	461
Receita bruta	<u>314.469</u>	<u>704.460</u>	<u>262.846</u>	<u>571.314</u>
Deduções da receita bruta				
Pis/Cofins	(16.017)	(39.432)	(17.103)	(36.082)
ICMS	(1.047)	(2.115)	-	-
Encargos regulatórios	(1.786)	(2.879)	(595)	(1.176)
Receita operacional líquida	<u>295.619</u>	<u>660.034</u>	<u>245.148</u>	<u>534.056</u>

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

A seguir demonstramos a segregação de receita por tipo de contrato:

Controladora				
	Trimestre findo em <u>30/06/2015</u>	Semestre findo em <u>30/06/2015</u>	Trimestre findo em <u>30/06/2014</u>	Semestre findo em <u>30/06/2014</u>
CER**	6.663	14.719	-	-
Mercado livre	329	46.136	40.879	63.707
Total	<u>6.992</u>	<u>60.855</u>	<u>40.879</u>	<u>63.707</u>

Consolidado				
	Trimestre findo em <u>30/06/2015</u>	Semestre findo em <u>30/06/2015</u>	Trimestre findo em <u>30/06/2014</u>	Semestre findo em <u>30/06/2014</u>
CCEAR*	48.294	108.226	45.243	96.348
CER**	88.287	205.800	41.134	75.672
Mercado livre	86.765	188.169	111.567	233.890
Proinfa	90.729	197.202	64.683	164.943
Total	<u>314.075</u>	<u>699.397</u>	<u>262.627</u>	<u>570.853</u>

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

** Contrato de Energia de Reserva

As receitas provenientes de clientes que representam 10% ou mais das receitas totais da Companhia, são como segue: Centrais Elétricas Brasileira S.A – ELETROBRÁS - R\$197.201 (28%) e Grupo CPFL R\$135.779 (19%).

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia que se encontram vigentes em 30 de junho de 2015 têm as seguintes características:

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Empreendimento/SPE	Tipo	Energia contratada (MWh)	Preço contratado (R\$/MWh)*	Índice de Reajuste	Mês de Reajuste
Alto Irani	Proinfa	13,5	226,35	IGPM	Junho
Americana	Mercado Livre	5,9	214,32	IPCA	Janeiro
Andorinhas	Mercado Livre	0,4	208,69	IGPM	Janeiro
Arvoredo	CCEAR	7,0	205,00	IPCA	**
Atlântica I	CCEAR	13,1	172,88	IPCA	Novembro
Atlântica II	CCEAR	12,9	172,88	IPCA	Novembro
Atlântica IV	CCEAR	13,0	172,88	IPCA	Novembro
Atlântica V	CCEAR	13,7	172,88	IPCA	Novembro
Baia Formosa	CCEAR	11,0	231,36	IPCA	**
Barra da Paciência	Mercado Livre	14,8	212,93	IPCA	Janeiro
Bio Alvorada	Mercado Livre	18,0	161,02	IPCA	Janeiro
Bio Burity	Mercado Livre	21,0	202,75	IPCA	Janeiro
Bio Coopcana	Mercado Livre	18,0	161,02	IPCA	Janeiro
Bio Energia	Mercado Livre	11,9	203,66	IGPM	Janeiro
Bio Ester	CCEAR	7,0	219,44	IPCA	**
Bio Ester	Mercado Livre	4,2	133,59	IPCA	Janeiro
Bio Ipê	Mercado Livre	8,2	202,75	IPCA	Janeiro
Bio Pedra	CER	24,4	194,57	IPCA	Março
Bons Ventos	Proinfa	15,9	383,77	IGPM	Março
Burity	Mercado Livre	0,4	214,32	IPCA	Janeiro
Campos dos Ventos II	CER	14,0	160,99	IPCA	Setembro
Canoa Quebrada	Proinfa	22,9	351,68	IGPM	Junho
Canoa Quebrada - RV	Proinfa	3,3	385,34	IGPM	Março
Capão Preto	Mercado Livre	2,3	214,32	IPCA	Janeiro
Chibarro	Mercado Livre	1,7	214,32	IPCA	Janeiro
Cocais Grande	Proinfa	5,0	226,35	IGPM	Junho
Corrente Grande	Mercado Livre	8,4	212,93	IPCA	Janeiro
Costa Branca	CCEAR	9,8	163,56	IPCA	Novembro
Diamante	Mercado Livre	1,6	208,69	IGPM	Janeiro
Dourados	Mercado Livre	7,0	214,32	IPCA	Janeiro
Eloy Chaves	Mercado Livre	11,6	214,32	IPCA	Janeiro
Enacel	Proinfa	10,0	394,93	IGPM	Junho
Esmeril	Mercado Livre	2,9	214,32	IPCA	Janeiro
Eurus I	CER	14,5	158,50	IPCA	Setembro
Eurus III	CER	15,0	158,49	IPCA	Setembro
Eurus VI	CER	3,0	196,76	IPCA	Julho
Figueirópolis	Proinfa	12,5	220,67	IGPM	Março
Foz do Rio Choro	Proinfa	7,4	374,55	IGPM	Agosto
Gavião Peixoto	Mercado Livre	3,8	214,32	IPCA	Janeiro
Guaporé	Mercado Livre	0,6	208,69	IGPM	Janeiro
Icaraizinho	Proinfa	21,5	344,79	IGPM	Março
Jaguarí	Mercado Livre	4,5	214,32	IPCA	Janeiro
Juremas	CCEAR	7,5	170,55	IPCA	Novembro
Lagoa do Mato - RV	Proinfa	1,4	339,77	IGPM	Março
Lençóis	Mercado Livre	1,0	214,32	IPCA	Janeiro
Ludesa	Mercado Livre	3,8	213,37	IGPM	***
Ludesa	Proinfa	16,7	226,35	IGPM	Junho
Macacos	CCEAR	9,7	170,55	IPCA	Novembro
Monjolinho	Mercado Livre	0,4	186,95	IGPM	Abril
Morro dos Ventos I	CER	13,0	198,13	IPCA	Julho
Morro dos Ventos III	CER	13,0	198,09	IPCA	Julho
Morro dos Ventos IV	CER	13,0	198,10	IPCA	Julho
Morro dos Ventos IX	CER	14,0	198,11	IPCA	Julho
Morro dos Ventos VI	CER	13,0	198,14	IPCA	Julho
Ninho da Águia	Mercado Livre	4,2	212,93	IPCA	Janeiro
Novo Horizonte	Mercado Livre	9,3	146,74	IGPM	***
Paíol	Mercado Livre	10,9	212,90	IPCA	Janeiro
Paracuru	Proinfa	11,8	339,77	IGPM	Março
Pedra Preta	CCEAR	10,1	163,56	IPCA	Novembro
Pinhal	Mercado Livre	3,7	214,32	IPCA	Janeiro
Pirapó	Mercado Livre	0,6	208,69	IGPM	Janeiro
Plano Alto	Proinfa	10,0	226,35	IGPM	Junho
Praia Formosa	Proinfa	1,8	376,84	IGPM	Julho
Praia Formosa - A	Proinfa	1,5	374,55	IGPM	Agosto
Praia Formosa - B	Proinfa	3,7	373,55	IGPM	Setembro
Praia Formosa - C	Proinfa	21,1	385,34	IGPM	Março
Saltinho	Mercado Livre	0,7	208,69	IGPM	Janeiro
Salto Góes	CCEAR	11,1	194,29	IPCA	**
Salto Grande	Mercado Livre	2,6	214,32	IPCA	Janeiro
Santa Clara I	CER	13,0	196,76	IPCA	Julho
Santa Clara II	CER	12,0	196,76	IPCA	Julho
Santa Clara III	CER	12,0	196,76	IPCA	Julho
Santa Clara IV	CER	12,0	196,76	IPCA	Julho
Santa Clara V	CER	12,0	196,76	IPCA	Julho
Santa Clara VI	CER	12,0	196,76	IPCA	Julho
Santa Luzia	CCEAR	14,0	205,00	IPCA	**
Santa Luzia	Mercado Livre	4,0	224,60	IPCA	Agosto
Santana	Mercado Livre	2,6	214,32	IPCA	Janeiro
São Gonçalo	Mercado Livre	6,4	212,93	IPCA	Janeiro
São Joaquim	Mercado Livre	5,1	214,32	IPCA	Janeiro
Socorro	Mercado Livre	0,3	214,32	IPCA	Janeiro
Solar	Mercado Livre	0,2	194,65	IPCA	Janeiro
Taíba Albatroz	Proinfa	6,6	349,74	IGPM	Março
Três Saltos	Mercado Livre	0,5	214,32	IPCA	Janeiro
Varginha	CCEAR	4,0	205,00	IPCA	**
Várzea Alegre	Mercado Livre	4,8	212,93	IPCA	Janeiro
Total		748,7			
Preço Ponderado		224,0			

(*)Data de Referência 30/06/2015

(**) Reajuste do contrato é realizado na data do reajuste tarifário do comprador (distribuidora).

(***) Reajuste do contrato é realizado na data do reajuste tarifário do comprador (consumidores livres).

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

23. CUSTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em
	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2014
Custo:								
Custo de compra de energia (a)	(5.138)	(54.852)	(37.714)	(57.776)	(45.429)	(147.439)	(64.484)	(179.635)
Encargos de uso do sistema	-	-	(3)	(3)	(19.443)	(39.245)	(13.638)	(25.485)
Custo de operação das usinas	-	-	-	-	(26.092)	(46.739)	(16.085)	(27.345)
Materiais	-	-	-	-	(4.864)	(8.803)	(1.222)	(2.512)
Custo de pessoal	-	-	-	-	(4.942)	(9.857)	(3.424)	(6.789)
Arrendamentos	-	-	-	-	(2.718)	(7.288)	(2.730)	(5.727)
Depreciação e amortização	-	-	-	-	(89.387)	(173.124)	(70.177)	(137.509)
Outros custos de operação	-	-	-	-	(1.250)	(2.770)	(1.866)	(3.194)
Total	(5.138)	(54.852)	(37.717)	(57.779)	(194.125)	(435.265)	(173.626)	(388.196)
Despesas gerais e administrativas:								
Despesas com pessoal	(9.245)	(19.311)	(10.674)	(21.147)	(9.450)	(19.625)	(10.674)	(21.147)
Despesas de ocupação	(1.078)	(1.932)	(937)	(1.879)	(2.016)	(3.818)	(1.643)	(2.542)
Material	(367)	(521)	(321)	(507)	(385)	(571)	(388)	(597)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(1)	34	211	211
Serviços profissionais	(4.004)	(8.723)	(5.581)	(8.693)	(10.143)	(18.569)	(8.212)	(15.850)
Provisões para risco trabalhista, tributárias e cíveis	(539)	(7.055)	-	-	(615)	(7.124)	-	-
Provisão de baixa de ativo imobilizado	-	-	-	-	(10.974)	(10.974)	-	-
Reversão de provisão para baixa de investimento	-	-	-	-	3.350	3.350	-	-
Impostos e taxas	-	-	-	-	-	-	(590)	(1.177)
Outros	(560)	(1.155)	(428)	(1.059)	(2.405)	(2.693)	(706)	(1.331)
Total	(15.793)	(38.697)	(17.941)	(33.285)	(32.639)	(59.990)	(22.002)	(42.433)
Remuneração dos administradores	(2.303)	(4.400)	(2.590)	(4.555)	(2.303)	(4.400)	(2.590)	(4.555)
Depreciação e amortização	(814)	(1.631)	(700)	(1.394)	(494)	(1.653)	(700)	(1.394)
Amortização do direito de exploração	-	-	-	-	(42.539)	(85.918)	(34.708)	(67.253)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	2	-	1	-	2	-	2	2
Total	(18.908)	(44.728)	(21.230)	(39.234)	(77.973)	(151.961)	(59.998)	(115.633)

- (a) A Companhia e determinadas controladas participam do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. Durante o primeiro semestre de 2014 e de 2015, os participantes desse mecanismo não geraram o volume de garantia física sazonalizada pelos agentes no período devido a condições hidrológicas desfavoráveis. Decorrente deste fato, os agentes participantes do MRE tiveram que comprar energia no mercado de curto prazo a preços de PLD - Preço de Liquidação das Diferenças.

Adicionalmente, em decorrência da postergação de entrada em operação de algumas usinas durante o primeiro trimestre de 2014 (nota explicativa nº 12), a Companhia e suas controladas compraram energia no mercado para honrar seus contratos.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em
	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2014
Receitas financeiras:								
Receita de aplicação financeira	2.456	4.696	9.752	14.762	23.868	51.168	26.524	43.788
Variações monetárias ativas	225	400	217	516	298	634	329	771
Ajuste a valor presente	-	-	-	-	2.980	2.980	1.272	2.670
Outras	78	160	461	1.556	2.734	4.707	397	784
Total	2.759	5.256	10.430	16.834	29.880	59.489	28.522	48.013
Despesas financeiras:								
Juros sobre empréstimos e debêntures	(47.505)	(91.500)	(39.636)	(70.312)	(133.897)	(256.875)	(105.540)	(200.080)
Juros capitalizados no imobilizado	-	-	-	-	4.180	4.180	-	10.668
Fiança bancária/Comissões e corretagens	(123)	(360)	(457)	(463)	(3.819)	(4.544)	(331)	(650)
Variações monetárias passivas	(278)	(367)	(15)	(62)	(5.628)	(7.016)	(26)	(78)
Ajuste a valor presente	-	-	-	-	(1.286)	(2.545)	(1.149)	(2.069)
Juros sobre mútuo	(6.726)	(11.116)	-	-	-	-	-	-
IOF	(2.454)	(6.043)	(6)	(9)	(3.237)	(7.184)	(83)	(687)
Outras	(1.962)	(4.533)	(443)	(1.615)	1.753	(4.240)	(464)	(2.394)
Total	(59.048)	(113.919)	(40.557)	(72.461)	(141.934)	(278.224)	(107.593)	(195.290)

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

25.1. Imposto de renda e contribuição social correntes

A Administração da Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação, com exceção das SPEs Bons Ventos, Formosa e Icaraizinho, que adotaram o regime de tributação com base no lucro real. Na controladora e nas SPEs em construção e em preparação (em desenvolvimento) foi adotado o regime de tributação com base no lucro real.

O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas para a controladora e os efeitos consolidados vigentes nos respectivos períodos.

	Controladora							
	Trimestre	Trimestre	Semestre	Semestre	Trimestre	Trimestre	Semestre	Semestre
	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em
	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2014	30/06/2014	30/06/2014
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	IR (94.086)	CS (94.086)	IR (158.516)	CS (158.516)	IR (65.949)	CS (65.949)	IR (120.256)	CS (120.256)
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	23.522	8.468	39.629	14.266	16.487	5.935	30.064	10.823
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):								
Exclusão - equivalência patrimonial (nota explicativa nº 11)	375	135	9.239	3.326	639	230	1.554	559
Outras (adições) exclusões permanentes	(440)	(159)	(2.578)	(928)	(874)	(314)	(993)	(357)
Créditos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais não registrados em função da incerteza na sua realização	(23.457)	(8.444)	(46.290)	(16.664)	(16.252)	(5.851)	(30.625)	(11.025)
Imposto de renda e contribuição social - receita (despesa)	-	-	-	-	-	-	-	-

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	Consolidado							
	Trimestre findo em 30/06/2015	Trimestre findo em 30/06/2015	Semestre findo em 30/06/2015	Semestre findo em 30/06/2015	Trimestre findo em 30/06/2014	Trimestre findo em 30/06/2014	Semestre findo em 30/06/2014	Semestre findo em 30/06/2014
	IR (88.533)	CS (88.533)	IR (145.927)	CS (145.927)	IR (67.547)	CS (67.547)	IR (117.050)	CS (117.050)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Alíquota vigente								
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	22.133	7.968	36.482	13.133	16.887	6.079	29.263	10.535
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):								
Outras (adições) exclusões permanentes	(725)	(266)	(2.981)	(1.078)	(1.264)	(455)	(991)	(357)
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lucro de exploração)	(505)	-	2.582		(1.536)		614	
Créditos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais não registrados em função da incerteza na sua realização	(22.385)	(8.176)	(45.166)	(16.321)	(16.526)	(5.761)	(35.934)	(12.938)
Aproveitamento de créditos decorrentes de sua realização	(211)	(76)	1.190	428	(432)	(155)	483	174
Reversão do efeito da tributação - lucro real	4.138	1.450	13.012	4.446	7.869	2.682	13.523	4.938
Tributação pelo regime do lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo.	(5.135)	(2.759)	(11.381)	(6.146)	(3.712)	(1.997)	(8.080)	(4.373)
Imposto de renda e contribuição social - receita (despesa)	(2.690)	(1.859)	(6.262)	(5.538)	1.286	393	(1.122)	(2.021)
Impostos - corrente	(10.761)	(4.765)	(21.575)	(11.051)	(5.196)	(2.069)	(12.288)	(6.297)
Impostos - diferido	8.071	2.906	15.313	5.513	6.482	2.462	11.166	4.276
Impostos líquidos	(2.690)	(1.859)	(6.262)	(5.538)	1.286	393	(1.122)	(2.021)
Alíquota efetiva - %	3,0%	2,1%	4,3%	3,8%	(1,9%)	(0,6%)	1,0%	1,7%

25.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. Adicionalmente, algumas controladas da SIIF Énergies e da Bons Ventos Participações S.A. (BVP), que apuram o imposto no regime de lucro real, registram os créditos fiscais sobre prejuízo fiscal acumulado e base negativa da contribuição social. Os créditos fiscais foram computados de acordo com as alíquotas vigentes para as empresas tributadas pelo lucro real.

As controladas indiretas Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A. e a Bons Ventos Geradora de Energia S.A registram imposto de renda diferido ativo relacionado a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social considerando a sua expectativa de rentabilidade futura, tendo como base a aquisição do grupo econômico SIIF Énergies e BVP pela Companhia e o consequente processo de reestruturação das dívidas destas controladas, visando à redução das suas despesas financeiras.

Os saldos dos impostos diferidos são apresentados no balanço pelo montante líquido, no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

Notas Explicativas**CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas**

	Consolidado					
	30/06/2015			31/12/2014		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Diferenças temporariamente indedutíveis						
Impostos diferidos - ativo:						
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	24.986	69.407	94.393	25.725	71.458	97.183
Prejuízo Fiscal - Base negativa	2.542	7.062	9.604	2.911	8.089	11.000
Total ativo	27.528	76.469	103.997	28.636	79.547	108.183
Impostos diferidos - passivo:						
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	6.231	17.308	23.539	6.477	17.992	24.469
Mais valia de ativos recebidos da antiga ERSA	88.073	244.646	332.719	89.882	249.671	339.553
Intangível - direito de exploração/autorização Jantus, Santa Luzia, Complexo Atlântica, BVP, Rosa dos Ventos e Desa	219.142	608.726	827.868	224.871	624.642	849.513
RTT Depreciação fiscal x societária	12.493	34.702	47.195	11.329	31.470	42.799
Incorporação WF2*	3.578	9.940	13.518	3.578	9.940	13.518
Total passivo	329.517	915.322	1.244.839	336.137	933.715	1.269.852
	301.989	838.853	1.140.842	307.501	854.168	1.161.669

(*) Esse saldo é advindo da incorporação da WF2 e é refere-se aos impostos diferidos sobre ganho de participação societária ocorrido em exercícios anteriores, o qual será realizado, na eventual, alienação do investimento.

Expectativa de recuperação	<u>Consolidado</u>
2015	10.459
2016	7.514
2017	5.579
2018	5.580
2019	5.580
2020 a 2024	27.899
2025 a 2029	27.899
2030 a 2034	13.487
Total	<u>103.997</u>

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

a) Resumo - apresentação no balanço patrimonial - consolidado

O saldo dos impostos diferidos é apresentado no balanço pelo montante líquido no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
Total do ativo	103.997	108.183
Total do passivo	<u>(1.244.839)</u>	<u>(1.269.852)</u>
	<u>(1.140.842)</u>	<u>(1.161.669)</u>
Classificado:		
Ativo líquido	5.290	5.404
Passivo líquido	<u>(1.146.132)</u>	<u>(1.167.073)</u>
	<u>(1.140.842)</u>	<u>(1.161.669)</u>

b) Movimentação dos saldos de impostos diferidos

	Ativo			Passivo		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Saldo em 31.12.2014	1.688	3.716	5.404	308.931	858.142	1.167.073
Realização de impostos diferidos	(30)	(84)	(114)	(5.543)	(15.398)	(20.941)
Saldo em 30.06.2015	<u>1.658</u>	<u>3.632</u>	<u>5.290</u>	<u>303.388</u>	<u>842.744</u>	<u>1.146.132</u>

25.3. Créditos fiscais

A Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais para os quais não foram registrados ativos diferidos de impostos conforme os seguintes valores-base:

	Controladora R\$	Consolidado R\$
Prejuízos fiscais apurados até 30 de junho de 2015	<u>739.503</u>	<u>1.455.907</u>
Base negativa de contribuição social até 30 de junho de 2015	<u>739.503</u>	<u>1.455.907</u>

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia e suas controladas apresentam prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias nas datas dos balanços. A decisão da Administração quanto ao não reconhecimento dos benefícios fiscais futuros está baseada: (i) no fato de a Companhia ser uma holding, cujos resultados são principalmente derivados da equivalência patrimonial de seus investimentos; e (ii) na ausência de histórico de apuração de lucros tributáveis até o momento que suporte o reconhecimento de créditos tributários diferidos.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROSGestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas do grupo possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Companhia mantém Política de Aplicações Financeiras e administração de recursos. A exposição máxima de caixa por instituição financeira, elegível nesta nova política, é limitada a 30% (trinta por cento) do caixa total, resultando em uma maior pulverização da exposição financeira, com consequente redução de risco versus baixo impacto na rentabilidade de caixa.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

26.1. Classificações dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

- a) Ativos financeiros, tendo como categorias: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) mensurados ao valor justo através do resultado; (iii) mantidos até o vencimento; e (iv) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

(i) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5).
- Aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa nº 6).
- Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7).
- Outros créditos (nota explicativa nº 9).
- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10).
- Dividendos a receber (nota explicativa nº 11).

(ii) Mensurados ao valor justo através do resultado

São ativos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo, com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas, a fim de obter-se informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

- Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 6.2).
- Aplicações financeiras (nota explicativa nº 6.1).

(iii) Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção de mantê-los até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

(iv) Disponíveis para venda

Referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma classificação anterior ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro desses ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o patrimônio líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

- b) Passivos financeiros, tendo como categorias: (i) mensurados ao valor justo através do resultado; e (ii) outros passivos financeiros. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios:

(i) Mensurados ao valor justo através do resultado

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

São passivos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses passivos são registrados pelos respectivos valores justos e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

A Companhia não possui passivos financeiros nesta categoria, bem como não operou com derivativos durante todo o período.

(ii) Outros passivos financeiros

São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação anterior. Os passivos financeiros referentes a esta classificação são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10).
- Fornecedores (nota explicativa nº 14).
- Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15).
- Debêntures (nota explicativa nº 16).
- Contas a pagar de aquisições (nota explicativa nº 17).
- Adiantamentos de clientes (nota explicativa nº 18).

O valor justo dos instrumentos financeiros registrados pelo custo amortizado foi estimado com base em cotações de mercado disponíveis ou o uso de técnicas de avaliação, entre elas, o valor presente dos fluxos de caixa futuros. No entanto, métodos e premissas utilizados para a divulgação do valor justo são julgamentais. Assim, o valor justo estimado não reflete, necessariamente, valores que seriam recebidos ou pagos em caso de liquidação imediata desses instrumentos. O uso de metodologias ou premissas diferentes poderia ter um efeito material nos valores de mercado estimados.

As metodologias utilizadas são as seguintes:

- Nível 1 - Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros créditos, fornecedores e outros passivos a curto prazo: devido à natureza de curto prazo destes saldos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas informações contábeis intermediárias.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo:

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

		Consolidado	
		30/06/2015	
		Contábil	Valor Justo
Mensuradas ao custo			
Moeda nacional			
BNDES/FINEP - Investimento	Nível 2	3.024.686	2.513.983
Instituições financeiras	Nível 2	759.587	619.692
Debêntures	Nível 2	2.275.931	1.439.351
Total		6.060.204	4.573.026

O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

- Transações com partes relacionadas: devido às características específicas dos acordos assinados entre a Companhia e suas controladas, entre elas, o fato dos AFACs não apresentarem remuneração ou data de vencimento, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas informações contábeis intermediárias.

26.2. Ativos registrados a valor justo no balanço patrimonial

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, entre os Níveis 1 a 3, como descrito abaixo, com base no grau observável da apuração do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas através de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

A Companhia e suas controladas classificam seus títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras, nos montantes de R\$439 e R\$31.733, respectivamente, em 30 de junho de 2014 (R\$436 e R\$4.888, respectivamente, em 31 de dezembro de 2014) como sendo mensurações de valor justo de Nível 2.

26.3. Considerações sobre riscos**Risco de crédito**

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeiras e patrimoniais de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de “rating”.

Em 30 de junho de 2015, o saldo de contas a receber de clientes, consolidado, inclui entre outros, valores devidos pelos seguintes agentes: (i) R\$81.403 (48% do total) pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS (Proinfra), (ii) R\$39.222 (23% do total) pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE (R\$29.164 de CER e R\$10.058 de mercado livre), (iii) R\$20.815 (12% do total) pelo Grupo CPFL (acionista controlador) e (iv) R\$29.203 (17% do total) por outras empresas.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (“covenants”) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

Em conformidade à instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado.

Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxa de juros variáveis de 30 de junho de 2015 fosse mantido e que os respectivos indexadores

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

anuais apurados na data base de 30 de junho de 2015 permaneçam estáveis (CDI em 13,64% a.a., TJLP em 6% a.a., IGPM em 5,5829% a.a. e TR em 0,64% a.a.); (ii) elevação dos índices atuais em 25% e (iii) elevação dos índices atuais em 50%. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro do Consolidado para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Indexador	Exposição	Cenário I	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Ativo Financeiro					
Aplicação CDB/Debêntures/Títulos Públicos	CDI	615.501	84.083	105.104	126.125
Títulos e Valores Mobiliários	TR	439	3	4	5
Aplicação Fundos*	CDI	775.692	107.400	134.250	161.100
		1.391.631	191.486	239.358	287.229
Passivo Financeiro					
Empréstimos e Financiamentos BNDES, FINEP, FCO, FNE e FINE	TJLP+1,89%	(3.243.103)	(255.996)	(304.643)	(353.289)
Empréstimos e Financiamentos NIB	IGPM+8,63%	(72.951)	(10.720)	(11.826)	(12.932)
Empréstimos e Financiamentos DEBÊNTURES	CDI+1,54%	(2.130.863)	(327.829)	(401.607)	(475.385)
Subtotal		(5.446.917)	(594.545)	(718.076)	(841.607)
Varição		(4.055.286)	(403.059)	(478.718)	(554.378)

(*) A aplicação em fundos não tem remuneração fixa, a remuneração média na data base foi de 101,51% do DI

Em 30 de junho de 2015, o custo total de captação foi de R\$28.933.

A Companhia e suas controladas têm exposição líquida passiva, uma vez que têm mais instrumentos financeiros passivos que ativos; desta forma a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é feita considerando a deterioração do cenário econômico, com aumento das taxas de juros.

Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos “covenants” financeiros atrelados às dívidas do grupo está detalhado nas notas explicativas nº 15 e nº 16.

26.4. Análise de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elaborou um modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Para os fluxos de caixa com juros pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Controladora							
30/06/2015	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e Financiamentos - principal e encargos	11.382	22.980	100.756	255.460	234.953	564.355	1.189.886
Debêntures - principal e encargos	-	22.055	331.078	576.592	614.039	261.347	1.805.111
Total	11.382	45.035	431.834	832.052	848.992	825.702	2.994.997

Consolidado							
30/06/2015	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e Financiamentos - principal e encargos	99.350	96.476	495.480	1.215.490	1.136.520	2.504.936	5.548.252
Debêntures - principal e encargos	1.715	25.831	462.503	1.192.774	828.358	700.643	3.211.824
Total	101.065	122.307	957.983	2.408.264	1.964.878	3.205.579	8.760.076

Em 30 de junho de 2015, a Companhia apresentou nas informações contábeis intermediárias individuais o capital circulante líquido negativo no montante de R\$354.170, decorrente principalmente dos mútuos firmados com suas controladas em dezembro de 2014. Tais valores serão liquidados com o saldo de dividendos a receber e antecipação de dividendos de 2015 pelas controladas.

27. COBERTURAS DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar apólices para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Nas contratações de seguros a Companhia é auxiliada por corretores que possuem expertise do mercado e lhes dá um parâmetro de benchmarking para o desenho das apólices.

Os ativos em construção possuem apólices contratadas de forma isolada, já que cada obra possui características e cronogramas diferentes. É prática comum a Companhia contratar 100% do valor em risco como limite máximo de indenização, já que não se pode determinar uma porcentagem da obra que terá perda máxima no caso de uma catástrofe.

Já para os ativos em operação a prática é agrupar as usinas por tipo de geração (Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usinas Térmicas a Biomassa e Usinas Eólicas) para contratação das apólices. É prática de mercado a determinação da usina de maior valor para estipular o limite máximo de indenização da apólice de riscos operacionais, já que contratar como limite o montante total do valor em risco caracteriza uma situação pouco provável ou nula, em que todas as usinas teriam perda total no mesmo período.

Sendo assim, prefere-se assegurar com um limite que dê conforto para cobrir totalmente a usina de maior valor no caso de uma catástrofe, ou qualquer outra usina de menor valor na apólice. No caso de utilizar-se todo o limite da apólice, o mercado de seguros fornece mecanismos de reintegração do risco, pagando um prêmio proporcional por isso.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Todas as novas contratações e renovações são aprovadas pelos gestores das respectivas áreas, sendo que a Diretoria é informada nas reuniões semanais.

Descrição	Ramo da Apólice	Limite Máximo de Indenização 30/06/21015
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cessantes e Riscos de Engenharia	4.032.293
Responsabilidade Civil	Obras Civis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica	88.000
Automóveis	Cobertura Compreensiva	665
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	85.385
Outros	Seguro Garantia, D&O e outros	140.202
Total		<u>4.346.545</u>

Sinistros

- **Bio Alvorada**

Em junho de 2013, houve um sinistro na tubulação do gás da caldeira da controlada Bio Alvorada, durante o período de testes da obra, danificando parte da estrutura e do sistema da caldeira. A obra está coberta por apólice de Risco de Engenharia e Lucros Cessantes. A seguradora foi acionada, e o processo de danos materiais foi concluído em 2014, tendo sido autorizado o pagamento de indenização, no montante de R\$5.933.

Em 26 de dezembro de 2014, com base nos trabalhos da perícia e regulação do sinistro, a seguradora reconheceu que o total das perdas parciais apresentadas e apuradas até o momento, para a cobertura dos lucros cessantes da Bio Alvorada, é o montante de R\$3.000. Este valor foi registrado como receita de indenização no resultado de 2014 desta controlada e recebido em 29 de janeiro de 2015.

Em 20 de fevereiro de 2015, a seguradora finalizou a apuração das perdas totais para a cobertura dos lucros cessantes do sinistro ocorrido na Bio Alvorada, apresentando um valor adicional a ser pago no montante de R\$4.326 (liquido de franquia). Esse valor foi registrado no resultado desta controlada em fevereiro de 2015 e recebido dentro do próprio mês.

- **Bio Coopcana**

Em maio de 2014, houve um sinistro na queima de bobinas do gerador da controlada Bio Coopcana, durante a operação da usina. A usina está coberta pela garantia do equipamento dada pelo fornecedor, por Seguro Garantia emitido pelo próprio fornecedor à controladora CPFL Renováveis e por apólice de seguro de Risco Operacional contratado pela controladora

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

CPFL Renováveis. A provável causa do sinistro está sendo apurada tanto pelo fornecedor quanto por perito contratado pela controladora CPFL Renováveis. Em 31 de dezembro de 2014, o gerador já tinha sido reparado pelo fornecedor.

- Bio Pedra

Em maio de 2015 houve sinistro no rotor da turbina da controlada Bio Pedra, durante a operação da usina. A usina está assegurada por apólice de Riscos Operacionais, com adicional de cobertura para Lucros Cessantes. O processo de regulação do sinistro já foi iniciado e as causas e perdas estão sendo apuradas. Inicialmente, foi contabilizado uma provisão para perda do imobilizado, no montante de R\$10.947, referente ao valor contábil depreciado da turbina, até que o processo de análise das causas e levantamento das perdas seja finalizado.

As premissas adotadas para a contratação de seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão. Consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

28. COMPROMISSOS**28.1. Arrendamento mercantil**

Os arrendamentos são classificados como operacionais, uma vez que os termos dos contratos de arrendamento não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

	Ref.	Assinatura do Contrato	Área (ha)	Prazo	R\$ mil a pagar para ultimo semestre 2015	Índice Reajuste
CPFL Energias Renováveis (*)	1	-	-	-	410	IPCA
Eólica Santa Clara	2	mar-08	2.079	28 anos	1.068	IGP-M
Eólica Bons Ventos	2	set-06	437	28 anos	1.047	IGP-M
Eólica Formosa	2	out-01	1.094	28 anos	516	IGP-M
Eólica Icaraizinho	2	mar-02	423	28 anos	323	IGP-M
Eólica Paracuru	2	dez-01	107	28 anos	208	IGP-M
Eólica Campo dos Ventos II	2	jun-09	183	37 anos	169	IGP-M
Projeto EOL Bloco Norte e Sul	1	out-08	3.300	37 anos	127	IGP-M
Projeto EOL Campos dos Ventos	1	abr-08	3.206	37 anos	66	IGP-M
SPE Costa Branca	2	ago-08	322	25 anos	79	IGP-M
SPE Juremas	2	ago-08	217	25 anos	74	IGP-M
SPE Macacos	2	ago-08	88	25 anos	81	IGP-M
SPE Pedra Preta	2	ago-08	145	25 anos	126	IGP-M
SPE Baixa Verde	2	ago-08	239	25 anos	8	IGP-M
SPE Cajueiro	2	ago-08	238	25 anos	8	IGP-M
SPE Navegantes	2	mai-09	208	25 anos	8	IGP-M
Rosa do Ventos	2	jan-04	126	25 anos	142	IGP-M
DESA Eurús I e III	2	out-08	89	25 anos	212	IGP-M
DESA Morro dos Ventos	2	out-08	89	25 anos	818	IGP-M
EOL Atlântica	2	set-12	2.314	35 anos	806	IGP-M
Projeto EOL Pedra Cheirosa I	2	jul-13	400	25 anos	156	IGP-M
Total					6.452	

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Observações:

*valores referete aos projetos Projeto EOL Royale, Projeto Pé de Serra, Projeto Serra dos Ventos, Eólica Bom Conselho, Eólica Serra Grande, Projeto Serra das Vacas, Projeto Salóá, Projeto Serra do Angelim, Projeto EOL Achado Projeto, EOL Olhos D'água, Projeto EOL Rodoleiro, Projeto EOL Palmeiras, Projeto EOL Farroupilha, Projeto EOL Cristais, Projeto EOL Dourados, Projeto EOL Esplanada, Projeto EOL Jussara Projeto, EOL São Nicolau, Projeto EOL Sossego, Projeto EOL Ventania, Projeto EOL Santana, Projeto EOL Taipa, Projeto EOL Estância, Projeto EOL Sacatruz, Projeto EOL Pedra Cheirosa I, Projeto EOL Riacho de Santana

1. Fase Pré-Operacional: Valores mensais de R\$1,0 a R\$3,0/há.
2. Fase Operacional: Valores mensais conforme receita bruta de energia.

A seguir o cronograma de pagamento dos compromissos de arrendamentos:

Consolidado			
Vencimento	Fixo	Variável	Total
2015	1.807	4.645	6.452
2016	4.126	12.789	16.915
2017	4.274	14.402	18.676
2018	4.562	15.054	19.616
2019	4.711	15.747	20.458
2020 a 2024	17.800	78.566	96.366
2025 a 2029	17.297	77.990	95.287
2030 a 2034	14.367	60.340	74.707
2035 a 2039	2.115	32.464	34.579
2040 a 2044	-	27.294	27.294
2045 a 2049	-	8.917	8.917
2050 a 2054	-	-	-
	<u>71.059</u>	<u>348.208</u>	<u>419.267</u>

28.2. Compromisso de aquisição negócios (preço complementar)

A Companhia firmou compromisso com o sócio minoritário referente a pagamento complementar na compra das SPEs Cajueiro Energia S.A. e Baixa Verde Energia S.A., condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar o montante de R\$4.833 atualizado monetariamente pelo IGP-M. Esse valor está registrado como passivo na rubrica de contas a pagar de aquisições.

A controlada DESA possuía o montante a pagar de R\$3.350, pela aquisição de Renascer Centrais Elétricas, que seria pago quando fossem obtidas as licenças necessárias para a implantação da Usina. Tendo em vista a descontinuidade deste projeto pela Companhia e

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

a alteração do status do projeto pela ANEEL como “inativo”, em maio de 2015 a provisão para pagamento foi baixa para resultado.

Também possui o montante a pagar de R\$1.281, pela aquisição dos direitos sobre a licença de instalação, projeto básico e demais estudos e direitos relacionados à PCH Mata Velha.

29. PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios, como seguro de vida, assistência médica e plano opcional de complementação de aposentadoria, entre outros, sob o regime de contribuição definida. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e sua concessão cessa ao término do vínculo empregatício.

Em julho de 2012, a Companhia firmou um Plano Gerador de Benefício Livre com a Bradesco Vida e Previdência S.A. O plano é composto por Planos Coletivos de Previdência Complementar Aberta - PGBL, regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSESP. O Plano Gerador de Benefício Livre é estruturado na modalidade de contribuição paritária visto que a Patrocinadora está limitada ao percentual que ela acordou contribuir para o fundo e o valor do benefício pós-emprego recebido pelo funcionário é determinado pelo montante de contribuições pagas pela patrocinadora e pelo funcionário, acrescido dos retornos obtidos sobre os investimentos. Em consequência, o risco atuarial de que os benefícios sejam inferiores ao esperado e o risco de investimentos (riscos de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelo funcionário, já que a escolha do tipo de renda para a contribuição parte empregado e livre para o mesmo. Em 30 de junho de 2015, o saldo de contribuição a pagar pela Companhia é de R\$174. A despesa registrada no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 foi de R\$472.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA E OUTRAS INFORMAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Transações oriundas de combinação de negócios:				
Impostos diferidos passivos	-	-	-	(22.020)
Investimento	-	28.188	-	-
Imobilizado	-	-	-	51.735
Direitos de autorização	-	42.742	-	64.762
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	(34.894)
Outros	-	-	-	11.347
Total	-	70.930	-	70.930
Preço de aquisição a pagar	-	-	-	-
Contrapartida paga	-	70.930	-	70.930
Outras transações não envolvendo caixa:				
Provisão de custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	-	-	-	9.193
Encargos financeiros capitalizados	-	-	4.180	10.668
Transferência entre imobilizado e intangível	-	-	5.418	7.155
Reversão de ativo contingente contra passivo contingente	-	-	-	10.000
Transferência entre imobilizado e outros créditos	-	-	-	28.444
Fornecedores de imobilizado	-	-	29.272	22.565
Realização de reserva de capital de não controlador contra contas a receber	-	-	-	1.315
Capitalização de AFACs	84.039	187.577	-	-

31. EVENTO SUBSEQUENTE

Liminar para aplicação do Generation Scaling Factor (“GSF”)

A Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE, em nome de seus associados da qual a Companhia faz parte, entrou com uma ação judicial contra a ANEEL requerendo que esta determine à CCEE a recontabilização, desde janeiro de 2014, dos montantes de energia elétrica alocados às usinas hidrelétricas de suas associadas. O foco principal desta ação é a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do GSF, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural. Pleiteia-se principalmente nesta ação que seja assegurado o direito ao montante de energia elétrica equivalente a 100% (cem por cento), ou de no mínimo 95% (noventa e cinco por cento), do nível de garantia física de suas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.

O GSF é um índice que expressa a razão entre as somas de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do MRE e das garantias físicas das usinas. De 2005 a 2012 o GSF anual do MRE ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos. A partir de 2013, este cenário começou a se alterar, agravando-se em 2014, quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano. Para o ano de 2015 os valores registrados foram de

110

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

78,3% a 82,5%. O GSF abaixo dos 100% impôs aos geradores um ajuste em sua garantia física no âmbito do MRE, o qual fica aquém do montante de seus contratos de comercialização de energia, obrigando os geradores a adquirir o déficit de energia ao preço do mercado livre.

Em 1 de julho de 2015 foi emitida a Decisão Judicial 2015–A (“Liminar”) que determinou que a ANEEL, até o julgamento da ação judicial referida acima, abstenha-se de calcular e registrar o GSF em relação às empresas representadas pela APINE, caso a geração total do MRE seja inferior ao montante da garantia física das usinas. Os efeitos desta Liminar garantem que não seja necessária a liquidação financeira dos valores, e abrangem os meses a partir de maio de 2015, cujos montantes registrados como redutor de receita de venda de energia é de R\$6.500 e na conta de fornecedores em contrapartida ao custo de energia elétrica comprada para revenda é de R\$13.400, na data base de 30 de junho de 2015.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da

CPFL Energias Renováveis S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da CPFL Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e períodos comparativos

Os valores correspondentes as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e as informações contábeis intermediárias relativas aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados de 02 de março de 2015 e 28 de julho de 2014, respectivamente, que não contiveram qualquer modificação.

São Paulo, 27 de julho de 2015.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho

Contador CRC 1SP141128/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes referenciadas no relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

André Dorf

Diretor Presidente

João Miguel Mongelli Martin

Diretor de Engenharia e Obras e Diretor Interino de Operação e Manutenção

Carlos Wilson Silva Ribeiro

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alessandro Gregori Filho

Diretor de Novos Negócios

Marcio Antonio Severi

Diretor Institucional de Regulação e Comercialização de Energia

São Paulo, 27 de Julho de 2015.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes referenciadas no relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

André Dorf

Diretor Presidente

João Miguel Mongelli Martin

Diretor de Engenharia e Obras e Diretor Interino de Operação e Manutenção

Carlos Wilson Silva Ribeiro

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alessandro Gregori Filho

Diretor de Novos Negócios

Marcio Antonio Severi

Diretor Institucional de Regulação e Comercialização de Energia

São Paulo, 27 de Julho de 2015.